

IDENTIDADES DO TURISMO NO TOCANTINS

ROSANE BALSAN
NÚBIA NOGUEIRA DO NASCIMENTO
MARIELA CRISTINA AYRES DE OLIVEIRA
(ORGANIZADORAS)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

B196i

Balsan, Rosane. (Org.)

Identities do turismo no Tocantins / Organizadores: Rosane Balsan; Núbia Nogueira do Nascimento; Mariela Cristina Ayres de Oliveira. – Palmas, TO: EDUFT, 2020.

137 p. : fots. ; 21 x 29,7 cm.

ISBN 978-65-89119-39-5

Título em inglês: Identities of tourism in the Tocantins.

1. Turismo. 2. Turismo cultural. 3. Turismo, Tocantins. 4. Turismo religioso. I. Rosane Balsan. II. Núbia Nogueira do Nascimento. III. Mariela Cristina Ayres de Oliveira. IV. Título.

CDD – 654

**Rosane Balsan
Núbia Nogueira do Nascimento
Mariela Cristina Ayres de Oliveira
(Organizadoras)**

IDENTIDADES DO TURISMO NO TOCANTINS



**PALMAS - TO
2020**

Universidade Federal do Tocantins

Reitor

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX)

Maria Santana Ferreira Milhomem

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sanzio Pimenta

Conselho Editorial EDUFT

Presidente

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Membros por área:

Liliam Deisy Ghizoni

Eder Ahmad Charaf Eddine
(Ciências Biológicas e da Saúde)

João Nunes da Silva

Ana Roseli Paes dos Santos

Lidianne Salvatierra

Wilson Rogério dos Santos
(Interdisciplinar)

Alexandre Tadeu Rossini da Silva

Maxwell Diógenes Bandeira de Melo
(Engenharias, Ciências Exatas e da Terra)

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Thays Assunção Reis

Vinicius Pinheiro Marques
(Ciências Sociais Aplicadas)

Marcos Alexandre de Melo Santiago

Tiago Groh de Mello Cesar

William Douglas Guilherme

Gustavo Cunha Araújo
(Ciências Humanas, Letras e Artes)

Diagramação e capa: Gráfica Movimento

Arte de capa: Gráfica Movimento

Foto da capa: Simone Mamede

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



<http://www.abecbrasil.org.br>

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
<i>Thiago Allis</i>	
APRESENTAÇÃO	9
<i>Rosane Balsan, Núbia Nogueira do Nascimento e Mariela Cristina Ayres de Oliveira</i>	
TURISMO CULTURAL EM PEDRO AFONSO-TO	11
<i>Núbia Nogueira do Nascimento e Fabrício Rocha de Sousa</i>	
TURISMO CULTURAL: uma estratégia para a educação patrimonial em Porto Nacional-TO	23
<i>Rosane Balsan, Laíres José Gonçalves da Silva Ribeiro, Pablo Amaury Pereira Lima e Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo</i>	
POTENCIALIDADE TURÍSTICA DOS QUILOMBOS: análise da Comunidade Quilombo- la Cocalinho - Tocantins	35
<i>Stephanni Gabriella Silva Sudré, Andressa Ferreira Ramalho Leite e Raimundo Welisson Sousa da Silva</i>	
TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS: oportuni- dades de sustentabilidade	50
<i>Simone Mamede, Maristela Benites e Lyon Cardoso de Sousa</i>	
TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE AVES NO TOCANTINS: hotspots, desafios e perspec- tivas	62
<i>Maristela Benites e Simone Mamede</i>	
RIO ARRAIAS: potencialidades turísticas na região das Serras Gerais	76
<i>Sandra Ferreira dos Santos, Alice Fátima Amaral e Noeci Carvalho Messias</i>	
TURISMO RELIGIOSO NO TOCANTINS: notas introdutórias sobre Natividade (TO) ⁸⁶	
<i>Poliana Macedo de Sousa e José Rogério Lopes</i>	
O TURISMO EM NATIVIDADE: cultura e religião	99
<i>Valéria Maria Pereira Alves Picanço e Márcia Eloisa Lasmar Bieri, Tiese Rodrigues Teixeira Júnior</i>	
TURISMO RELIGIOSO: Monte do Carmo e as festas tradicionais	112
<i>Marinalva do Rego Barros Silva e Kátia Maia Flores</i>	

TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO: como agregar valor ao projeto turístico Mumbuca pelas vias do Turismo de Base Comunitária (TBC)..... 124

Maria de Fátima de Albuquerque Caracristi, Jaci Câmara de Albuquerque e Felipe Ventura Vargas

POSFÁCIO 137

Veruska Chemet Dutra

PREFÁCIO

Com turismo, também se constroem identidades

Em pleno e digitalizado século XXI, é bastante provável que estereótipos ainda rondem as cabeças de uma parte da população brasileira sobre o Tocantins. Não fosse pelo deslocamento físico dos centros econômicos mais populosos e consolidados, isto também se explica pelo renitente desconhecimento do povo brasileiro sobre seu próprio país. Junto de boa educação, as viagens poderiam (e deveriam!) ser um privilegiado meio para estímulo às descobertas de paisagens e culturas. Turismo e identidades, neste sentido, são temas que deveriam estar obviamente articulados.

Identidades do turismo em Tocantins, organizado por Rosane Balsan, Núbia Nogueira do Nascimento e Mariela Cristina Ayres de Oliveira, ao mesmo tempo que apresenta resultados de pesquisa e atuações acadêmicas, contribui para ilustrar e decodificar uma parcela importante do patrimônio natural e cultural tocantinense. Ao leitor é possível, além de entender sobre processos de turistificação potenciais ou correntes, conhecer paisagens, saber sobre ritos e manifestações religiosas, compreender a formação ecológica, aprender sobre história regional do Tocantins.

A obra é produto de colaboração entre 22 acadêmicas e acadêmicos em vários estágios de suas trajetórias profissionais e de vida, o que, por si, seria uma contribuição exemplar deste livro. Estes encontros geracionais manifestam-se na forma de parcerias e aprendizados entre estudantes de graduação, pós-graduação e docentes já mais experientes, com variadas origens disciplinares. E não poderia ser diferente, já que turismo é objeto de estudo complexo e precisa ser olhado, escrutinado, pensado sobre várias perspectivas. José Saramago já disse: “para conhecer as coisas, é preciso dar-lhes a volta. Dar-lhes a volta toda”.

No campo acadêmico e científico, os capítulos, em seu conjunto, trazem um rol de práticas de pesquisa (entrevistas, pesquisas documentais, incursões de campo) e de extensão universitária (roteiros guiados) que representam um enorme potencial como recursos pedagógicos. Por isso, obras deste tipo fazem, em alguma medida, uma prestação de contas sobre as funções primárias da universidade pública brasileira: ensinar, pesquisar e integrar.

Os oito capítulos apresentam como várias vertentes de turismo já são e podem vir a ser desenvolvidas nos vários quadrantes das terras tocantinenses, nomeadamente em função de seu patrimônio cultural, religioso, étnico e ecológico. De maneira transversal, são pautados e discutidos conceitos e práticas de educação patrimônio e sustentabilidade, tão prementes para a constituição do espírito crítico e transformador de cidadãos e cidadãs do mundo atual.

De fato, como traço comum – e alerta geral – todas as contribuições clamam pelo óbvio, porém recorrentemente negligenciado: para que se possa sequer imaginar e, ainda mais, implementar medidas de desenvolvimento turístico, há compromissos de salvaguarda e valorização dos recursos que são incontornáveis. Um povo pode amar sua terra e se empenhar na sua proteção e promoção, mas governos, empresas e organizações civis não podem escapar às suas responsabilidades. A universidade, nesta constelação de atores, também tem seu papel – e, como se vê nesta obra, vem se esforçando para desempenhá-lo.

Em 2018, eu tive o privilégio de conhecer – junto com minha bicicleta – uma grande parte do Tocantins: desde o entrudo de Arraias aos fervedouros do Jalapão, dos azuis de Aurora do Tocantins ao casario de Porto Nacional, da planura de Palmas às escarpas de Taquaruçu... Mas para quem ainda não teve a oportunidade de “dar estas voltas”, a leitura deste livro já é um bom começo.

Boa viagem!

Thiago Allis

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH)

Universidade de São Paulo (USP)

APRESENTAÇÃO

As publicações sobre o turismo vêm estimulando a reflexão de pesquisadores e professores de diversas áreas sobre diversos tipos como turismo religioso, turismo cultural e ecoturismo. Para compreender as identidades do turismo, são necessárias atividades e ações cotidianas, envolvimento com as pessoas e suas vivências, aquisição de informações e interpretação dos dados no Estado do Tocantins. Por conter incipientes trabalhos organizados na área do turismo considerando as diversas relações sobre esta unidade da Federação, a obra traz importantes reflexões sobre a valorização turística dos lugares.

A estruturação aqui apresentada é dividida em três partes: turismo cultural, ecoturismo e turismo religioso. A edição da estrutura do livro compõe-se de dez capítulos divididos nestes blocos que serão descritos a seguir. Em Pedro Afonso, há possibilidade do turismo cultural com enfoque no patrimônio material e imaterial, localizado nas ruas mais evidentes, que deram início ao núcleo urbano da cidade, e em outros pontos por tratar de memórias afetivas que são lembradas pelos moradores locais. E com o passar dos anos, se não houver registro, as lembranças podem ser esquecidas se não forem reavivadas.

As reflexões acerca da educação patrimonial e de um turismo pedagógico são apresentadas em Porto Nacional, no roteiro Geo-Turístico, que atua como dinamizador do turismo alternativo, oferecendo às escolas e à comunidade local possibilidades que valorizam o cotidiano das pessoas no centro histórico. Tem-se na Comunidade Quilombola Cocalinho, situada no norte do Tocantins, um olhar sobre as questões econômicas e sociais vivenciadas, chamando atenção a urgência de debates relacionados ao etnodesenvolvimento.

Em relação ao ecoturismo, a obra traz três capítulos, sendo estudadas as áreas de Unidade de Conservação e proteção que oferecem várias oportunidades aos turistas/visitantes que buscam integração com os ambientes naturais bem como atividades de práticas esportivas. O turismo de vida silvestre, que trata do estudo das observações de aves nativas do bioma cerrado, concretiza e fortalece o estado do Tocantins como destino do turismo *birdwatching*, um caminho promissor, dependendo da união entre Estado, políticas públicas, trade turístico e sociedade civil, de forma geral.

Em Arraias, trata-se do mapeamento e da avaliação dos atrativos naturais com possibilidades para a prática de ecoturismo e a identificação de alguns sinais de degradação ambiental em um trecho do Rio Arraias.

No turismo religioso, têm-se Natividade e Monte do Carmo como dois lugares de manifestações culturais das práticas turísticas. Um exercício de trocas simbólicas nesse sentido compreende também a busca por festas religiosas como Divino Espírito Santo, Nossa Senhora do Rosário, Romaria do Senhor do Bonfim e Nossa Senhora do Carmo, entre outras.

No último capítulo, ressalta-se a metodologia sobre a netnografia utilizada como ferramenta de buscas para subsidiar o turismo de base comunitária. A dinâmica do turismo se expressa na vida social e nos lugares, havendo, portanto, interesse multidisciplinar e transdisciplinar em estudar para contribuir com um turismo a se desenvolver cada vez mais e a se consolidar, caso do Estado do Tocantins.

O turismo do Tocantins materializa-se nessa coletânea em diversos lugares que se alteram ao longo do tempo, com histórias, identidades, memórias, patrimônios culturais, recursos naturais e transformados, que passam a ser um atrativo para o turista. O turismo poder ser analisado sob diferentes escalas e apresenta as singularidades de cada lugar e como desenvolvê-lo. Os autores da coletânea referenciam o patrimônio cultural, as festividades religiosas, a observação de aves, o turismo em unidades de conservação até a região turística do Jalapão para mostrar a diversidade e a cultura do turismo tocantinense, entendendo as múltiplas possibilidades da atividade turística em um lugar, sobretudo quando integrado aos diversos potenciais e recursos ambientais, econômicos, sociais, políticos e culturais.

Rosane Balsan

Núbia Nogueira do Nascimento

Mariela Cristina Ayres de Oliveira

TURISMO CULTURAL EM PEDRO AFONSO-TO

Núbia Nogueira do Nascimento¹

Fabício Rocha de Sousa²

1. INTRODUÇÃO

Pedro Afonso-TO localiza-se a aproximadamente cento e setenta e sete quilômetros de Palmas, capital do Estado, conhecida pelas terras férteis para a produção agrícola, soja e cana-de-açúcar. É uma cidade histórica, pois sua gênese de formação antecede a década de 1960. Torna-se um fator primordial para o rememoração da história tocantinense por vários marcos que a cidade passou quando o território ainda pertencia ao estado de Goiás, até os dias atuais, acontecimentos que são lembrados pelos atores que constituem a cidade. Ao estudar a memória de Pedro Afonso, deparamo-nos com algumas atratividades pouco conhecidas. Este estudo preliminar é uma extensão das teorias abordadas sobre patrimônio, memória e paisagem com a percepção dos monumentos patrimoniais e as manifestações culturais em Pedro Afonso, logo, pensamos: por que não estudar a possibilidade do turismo cultural na cidade?

Para este estudo, tem-se como objetivo geral a seleção dos monumentos representativos e as manifestações mais evidentes que ainda prevalecem na memória dos cidadãos. Por meio de pesquisas *in loco*, podemos destacar os imóveis/símbolos localizados, em específico, na rua Anhanguera e Barão do Rio Branco. Esta última, paralela ao Rio Tocantins, local de evidências culturais e do início do povoamento e demais pontos da cidade.

O turismo cultural “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 2006, p. 15). O turismo cultural tem como objetivo o conhecimento da história local, os monumentos, as obras e outros bens que a cidade oferece, bem como o turismo de lazer com objetivo de desfrutar dos recursos naturais, como as praias de Pedro Afonso, todos, direta ou indiretamente, contribuem para o reconhecimento e a valorização da cidade (NASCIMENTO, 2014).

Assim, o turismo cultural surge da necessidade de pessoas, seja profissional ou mesmo intelectual, de demonstrar interesse em conhecer ou mesmo em pertencer a outros grupos, comunidades e etnias (NASCIMENTO, 2014). Nesse sentido, “o turismo cultural é a motivação da viagem em torno de temas da cultura” (BRASIL, 2006, p. 13). Esta análise tem como rememorar

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (POSGEA/UnB). Mestra em Geografia (UFT). Bibliotecária Documentalista (UFT/Palmas). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Informação, Comunicação e Memória/UFT e do Observatório de Políticas Educacionais e Territoriais (OPTE). E-mail: nascimento.nubia@hotmail.com.

2 Graduado em História (UFT), Pedagogia (Unitins) e Enfermagem (Faculdade Guaraí-FAG). Professor do Município de Pedro Afonso-TO. Ativista cultural em Pedro Afonso-TO, fundador das praças ecológicas, referência para o estado do Tocantins. E-mail: fabricio_pepsi@yahoo.com.br.

os monumentos por meio do patrimônio junto aos cidadãos e a construção da reafirmação de sua história enquanto cidade. É uma proposta apresentada para que a população reconheça o patrimônio existente, o valor simbólico e memorável para construção da identidade tocantinense.

Este capítulo constitui-se em uma parte introdutória, um rememoração da cidade, em uma apresentação dos conceitos com a revisão de literatura e dos imóveis selecionados na cidade como possibilidade de atração turística cultural.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Pedro Afonso é lembrada pela forte influência da agricultura, principalmente com as plantações de soja e cana-de-açúcar, visto por toda BR 235, após sair da BR 153 para se ter acesso à cidade em direção a Pedro Afonso. Este estudo aborda alguns monumentos e/ou símbolos representativos na cidade como forma de rememoração da história local e sua possibilidade para a exploração do turismo cultural tocantinense. O objetivo é correlacionar os estudos do turismo com o patrimônio existente na cidade. Os patrimônios, conforme artigo 216 da Constituição Federal, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomado individualmente ou em conjuntos, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988, p. 15).

De certa forma, o turismo cultural é tudo aquilo que é lembrando por uma população e externado para os visitantes como forma de reaproximação do turista com o local visitado. Por meio dos símbolos/objetos citados, assim, “o turismo cultural é uma forma de turismo que tem por objeto central o conhecimento de monumentos, sítios históricos e artísticos ou qualquer elemento do patrimônio cultural (PÉREZ, 2009, p. 116)”. Conforme Pérez (2009, p. 108), o turismo cultural “apresenta-se como uma alternativa ao turismo de sol e praia, mas, num sentido genérico, o turismo pode ser entendido como um acto e uma prática cultural [...] não pode existir turismo sem cultura, [...] pois o turismo é uma expressão cultural”. Ainda conforme a autora, toda prática turística é também cultural.

Nesse sentido, “o turismo cultural é considerado de formas diversas: actividade, experiência, formato do produto turístico, motivação ou factor chave para a viagem e/ou forma de realizar a actividade cultural” (PÉREZ, 2009, p. 109). Para Smith (2003), no turismo cultural, também podem se encontrar outros tipos de turismo, como os turismos patrimonial, das artes, criativo, urbano, rural, indígena e popular. Em todas essas tipologias da segmentação turística pode-se encontrar parte da cultura, seja na cidade, em uma comunidade ou mesmo nos objetos. Nesse sentido, o turismo cultural é um segmento amplo capaz de interagir com os demais segmentos sem a intenção de reduzir a sua função inicial. Assim, o “turismo cultural é um produto, que contém sensações e experiências emocionais” (PÉREZ, 2009, p. 111).

3. SÍMBOLOS REPRESENTATIVOS EM PEDRO AFONSO-TO

Os imóveis, objetos e/ou símbolos que serão apresentados representam um caráter histórico, patrimonial e de memória para os pedro-afonsinos. A eleição desses objetos foi baseada de acordo com um material elaborado pela Bunge (2014), em que faz uma seleção dos itens considerados patrimônio material e imaterial e de memória, como também símbolos que consideramos com uma contribuição histórica e social para cidade. O patrimônio imaterial ou de memória se caracteriza por alguma história contada, seja folclore, conversa de roda ou mesmo algum acontecimento na cidade que ficaram na lembrança da população até os dias atuais. Como metodologia, utilizamos análises baseadas nas representações de fotografias bem como materiais bibliográficos para contextualizar as imagens com os conceitos que serão relacionados. Serão discutidos sete imóveis na cidade de Pedro Afonso como possibilidade de turismo cultural.

Primeiramente, mencionaremos alguns imóveis disponíveis no centro histórico. A cidade de Pedro Afonso não é patrimonializada, portanto, não há uma delimitação da área de preservação e conservação. Mas, de acordo com pesquisas realizadas *in loco*, denominaremos de centro histórico os imóveis que estão presentes na rua Sete de Setembro, paralela ao rio Tocantins, e na rua Anhanguera, formando um formato de letra “L”. Delimitamos esse perímetro em virtude de terem mais imóveis evidentes quanto ao início do povoamento da cidade.

Em um segundo momento, mencionaremos alguns bem simbólicos e materiais disponíveis no arruamento urbano, que também representam um valor sentimental e memorável para a população local.

3.1. IMÓVEIS DO CENTRO HISTÓRICO DE PEDRO AFONSO-TO

O primeiro imóvel selecionado do Centro histórico é a Igreja São Pedro, localizada na rua Sete de Setembro, que se encontra de frente ao rio Tocantins. A igreja representa para a população local um sentido de religiosidade, fé e devoção para os pedro-afonsinos.

Sua construção foi iniciada no ano de 1888, e antes dessa imponente igreja havia uma bem pequena para a celebração das missas. Conforme o aumento gradativo da população local, houve a necessidade da construção de uma igreja mais espaçosa, capaz de receber todos os fiéis.

Figura 1 - Igreja São Pedro



Fonte: Fotografia tirada por Núbia Nascimento em 11-2-2020.

A Igreja São Pedro tem um valor histórico e de memória, pois, no seu interior, encontra-se a lápide do Frei Rafael de Taggia, Capuchinho que chegou à cidade no ano de 1847 para a catequização das etnias indígenas, em específico dos que se encontravam na região, os Kraos, Xerentes e Guajajaras (MIRANDA, 1973).

O imóvel da figura 2 localiza-se na rua Anhanguera, esquina com a rua 7 de Setembro. A rua Anhanguera é uma das mais tradicionais da cidade, uma das primeiras ruas a compor o núcleo urbano em torno do rio Tocantins. Segundo a população local, assim que o Frei Rafael de Taggia chegou em Pedro Afonso, no ano de 1847, residiu nessa casa, e sua primeira estrutura era composta por uma casa de palha. O Frei, juntamente com os índios Kraos e Xerentes, foram os primeiros habitantes de Pedro Afonso. Esse imóvel ainda preserva alguns traços coloniais, embora pouco descaracterizado em virtude da ação do tempo.

Figura 2 – Casa que pertenceu ao Frei Rafael de Taggia

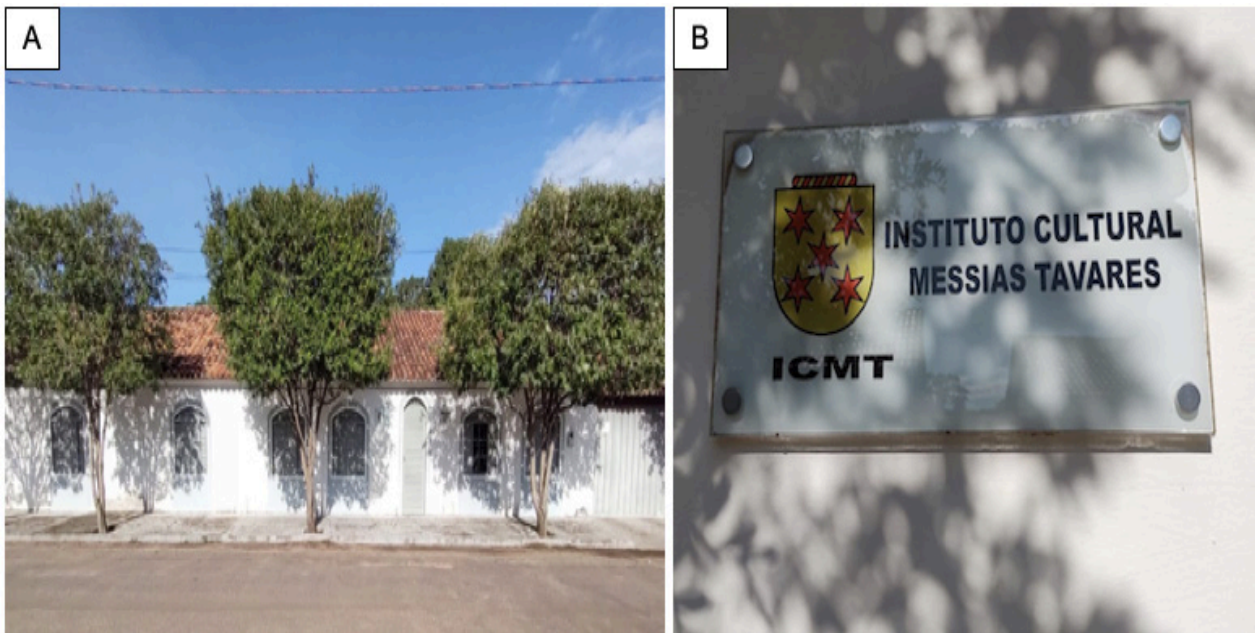


Fonte: Fotografia tirada por Núbia Nascimento em 11-2-2020.

O imóvel hoje pertence ao desembargador do estado do Tocantins José de Moura Filho, natural de Pedro Afonso-TO. É um dos imóveis memoráveis e simbólicos localizados no centro histórico da cidade.

Na figura 3, temos o Instituto cultural Messias Tavares, composto por um acervo historiográfico de Pedro Afonso e da região. Messias Tavares é um escritor local, representante da Academia de Letras do estado do Tocantins, e proprietário do Instituto Cultural Messias Tavares, localizado na rua Barão do Rio Branco. Messias tinha um sonho de montar uma biblioteca como forma do aprimoramento do conhecimento e cultura. De acordo com o Portal da CNN (COSTA, 2016), a instituição é privada, aberta à comunidade e detém mais de 4 mil exemplares de livros, revistas e documentos históricos, em sua grande maioria livros na área do direito. Em virtude de o Instituto localizar-se em uma residência, é necessário o aviso prévio de visita com o atual proprietário do imóvel, filho de seu Messias Tavares, para ter acesso ao acervo e às obras disponíveis.

Figura 3 - Instituto Cultural Messias Tavares



Fonte: Fotografia tirada por Núbia Nascimento em 11-2-2020.

O Instituto Messias Tavares é conhecido pela população como uma biblioteca local, composta de vários materiais históricos de Pedro Afonso, com obras utilizadas em sua vida acadêmica e coleção privada de livros, todos disponíveis nesse Instituto.

No centro histórico de Pedro Afonso, temos vários imóveis visibilizados com função e característica cultural. Aqui, neste capítulo, descrevemos apenas três que estão localizados na parte histórica da cidade, em específico na rua Barão do Rio Branco, Anhanguera e Sete de Setembro. Mas existem outros imóveis e/ou símbolos memoráveis na cidade, como a Praça do Mangal, pista do primeiro aeroporto Coronel Lysias Rodrigues, Bancrévea Clube de Pedro Afonso (BCPA), Casa do motor da Luz entre outros. Já em relação às manifestações culturais, pode-se citar Libertação dos jegues, Colunas Prestes em Pedro Afonso, Lenda do Rio Sono, Festejo de São Pedro entre outros (BUNGE, 2014).

3.2. SÍMBOLOS NO ARRUMAMENTO URBANO DE PEDRO AFONSO-TO

Saindo da parte histórica, agora na área urbana da cidade, localiza-se a Praça Ecológica, um espaço que entrelaça natureza e cultura ao mesmo tempo, simbolizada por ações da população local. Antes da praça, havia um local de despejo de resíduos sólidos e, por iniciativa do ativista cultural local Fabrício Rocha, em parceria com alunos, o local se transformou em Praça Ecológica, local de encontro e aconchego para os cidadãos.

Foi uma ação realizada por muitas mãos, apoiada pela população, com todas as árvores plantadas, cascalhos colocados no chão e decoração em garrafas pet (Fig. 4). As redes, os jarros de plantas e algumas passarelas são compostas de pneus doados pela BP BUNGE, empresa multinacional especialista no ramo da agricultura com um polo no município.

Pérez (2009, p. 124) afirma que “os produtos do turismo cultural incorporam importantes valores educativos e estéticos, mas também deveriam integrar a experiência, o entretenimento e a diversão”.

Figura 4 - Praça ecológica (acesso ao rio do Sono)



Fonte: Fotografia tirada por Núbia Nascimento em 10-2-2020.

A casa da figura 4-B pertencia ao senhor Pedro de Souza Pinheiro, patriarca de uma família tradicional em Pedro Afonso-TO, detentor de posses no ramo da agropecuária e grande fazendeiro na região, que residia nessa casa junto com sua família Pinheiro. Essa família era de uma linhagem do ramo da política, com forte influência nas cidades próximas a Pedro Afonso pelos atos políticos. Atualmente o imóvel está sob responsabilidade dos filhos. É um dos casarões mais representativos do arruamento histórico e atualmente vem sofrendo algumas fraturas e desmoronamento de paredes. No fundo do casarão, localiza-se uma parte do parque de exposição da cidade. Esse imóvel é simbólico, pois está em frente a rua (rampa) que dava acesso ao Rio do Sono, chamava-se “rampa do Rio do Sono”. Esse trajeto era feito pelos jegues guiados pela população no carregamento de água para o abastecimento da cidade anterior a década de 1990 (Fig. 4-C). Após esse período, a cidade passou a ter água encanada, dispensando os jegues desse trabalho. A água do Rio do Sono era considerada límpida e valorizada pelos pedro-afonsinos para tomar banho e na preparação do alimento. Já a água do rio Tocantins era utilizada para outros afazeres domésticos, como lavar roupas e usos gerais, por ser considerada uma água menos valorizada que a do rio do Sono.

A seguir, tem-se a passarela da cidade de Pedro Afonso, uma marca na paisagem por se tratar da maior passarela do Tocantins e com a função de ligar um município ao outro.

Figura 5 - Passarela - Pedro Afonso a Bom Jesus



Fonte: Disponível em: <http://pedro-afonso-to.blogspot.com/2013/04/passarela-que-liga-pedro-afonso-bom.html>
Acesso em: 24 ago. 2020.

A figura 5 trata da passarela utilizada como acesso da cidade de Pedro Afonso a Bom Jesus, com aproximadamente 500 m. Há um trânsito intenso de pessoas atravessando nos horários de pico pela manhã antes das 8h e no final do dia, das 17h30 às 18h30. Muitas pessoas moram em Bom Jesus do Tocantins e trabalham em Pedro Afonso e utilizam a passarela para chegar ao destino de forma rápida. O acesso à passarela é permitido apenas aos ciclistas e pedestres, e quem utiliza os meios de transportes como carros e motos precisa realizar a travessia para cidade Bom Jesus pela BR 235.

A seguir, tem-se o Colégio Cristo Rei, um dos imóveis memoráveis no estado do Tocantins, tanto por sua função educacional e social quanto por sua estrutura apresentar características do período colonial. O Colégio Cristo Rei é uma instituição de ensino estadual e funciona normalmente do ensino primário até o nono ano. Sua administração está diretamente relacionada à Igreja Católica da cidade, bem como uma parte das suas despesas é mantida por esta instituição. O colégio é considerado um símbolo memorável por retratar a educação e sua trajetória na mesopotâmia tocaninense.

Figura 6 - Colégio Cristo Rei



Fonte: Fotografia tirada por Núbia Nascimento em 10-2-2020.

Na imagem seguinte, temos em destaque o Museu Histórico de Pedro Afonso, que se localiza na rua 21 de Abril. A estrutura foi doada pela União ao município, era sede da extinta Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e do programa Pioneiros Mirins e estava abandonada desde a finalização das atividades do projeto, ocorrida em 2009 (PREFEITURA DE PEDRO AFONSO, 2020). O Museu Histórico de Pedro Afonso tem uma área total de 926,05 m², onde foram investidos pelo Poder Executivo Municipal R\$ 141 mil na reforma e revitalização do espaço.

Figura 7 - Museu Histórico de Pedro Afonso-TO



Fonte: Fotografia tirada por Fabrício Rocha em 10-2-2020.

O nome do Museu faz uma justa homenagem ao fundador do município, o Padre Capuchinho Frei Rafael de Taggia. Conta com uma estrutura moderna, mas com adequações, e características coloniais. Em virtude das várias peças disponíveis no museu, houve a necessidade de um espaço maior para que pudesse ser abrigado o acervo com mais segurança e mais espaço para as visitas, como recebimento de turmas de colégios e/ou grupos estudantis.

Nesse sentido, o museu torna-se um monumento do turismo cultural, entendido como “um tipo de turismo “experiencial” por meio do qual os turistas contactam com produções culturais (ex.: artes visuais, artes manuais, festivais, festividades) e com património cultural (sítios históricos, paisagens, arquiteturas, bens patrimoniais imateriais)” (PÉREZ, 2009, p. 120).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os objetos analisados, percebe-se que a cidade tem um potencial turístico e é atrativo para os tocantinenses, principalmente nos meses de férias, em que a cidade recebe vários visitantes, turistas e/ou excursionistas para o uso das praias naturais. Nesse período, pode ser atribuído pela política local um roteiro geoturístico na cidade, que componha a visita dos elementos que foram tratados aqui neste capítulo, como forma de aproximar o turista à parte cultural da cidade.

Os objetos aqui citados foram apenas uma amostra do rol de elementos históricos e memoráveis que a cidade apresenta. O turismo cultural na cidade será um ato de visibilidade dos monumentos históricos espalhados pelo arruamento urbano. Por ser uma cidade pequena, o trajeto pode ser realizado a pé, possivelmente até com uma possibilidade futuramente da criação

de um roteiro geoturístico na cidade. Assim, a população local, além do contato aproximado com os símbolos representativos, viverá um pouco da história contada de como era a cidade antes, sua historiografia, os personagens mais significativos entre outros. Nesse sentido, “o turismo cultural pautado pela ação de visitação e conhecimento do patrimônio cultural possui um sentido educativo, pois é uma mediadora no processo de socialização e apropriação dos bens humanos materializados nos patrimônios, que são os atrativos das cidades turísticas” (MELO; CARDOZO, 2015, p. 1060-1061).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 26 ago. 2014.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo**: marcos conceituais. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2006.

BUNGE. **Patrimônio do Delta**: cultura, memória e patrimônio nas cidades de Bom Jesus do Tocantins, Pedro Afonso e Tupirama, região do Delta do Tocantins, [S.l.: s.n.]: 2014.

COSTA, Kaio. Educação e cultura: Instituto Messias vai fomentar a cultura, educação e o esporte, **Portal CNN**, Pedro Afonso-TO, jul. 2016. Disponível em: <https://www.centronortenoticias.com.br/noticia-1477947593-instituto-messias-vai-fomentar-a-cultura-educa-o-e-o-esporte>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 1059-1075, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015137387>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000401059&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 23 ago. 2020.

MIRANDA, Anna Britto. **História de Pedro Afonso**. Goiânia: Oriente, 1973. 134 p.

NASCIMENTO, Núbia Nogueira do. **Turismo cultural e a patrimonialização do Polígono de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO**. 2014. 222f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2014. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/412>. Acesso em: 13 ago. 2020.

PEDRO AFONSO-TO Brasil. **Passarela que liga Pedro Afonso a Bom Jesus do Tocantins**. Disponível em: <http://pedro-afonso-to.blogspot.com/2013/04/passarela-que-liga-pedro-afonso-bom.html>. Acesso em: 24 ago. 2020.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. Turismo cultural: uma visão antropológica. España, **Colección Pasos Edita**, 2009. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita2.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.

PREFEITURA DE PEDRO AFONSO. **Obras do Museu Histórico de Pedro Afonso são iniciadas**, 2020. Disponível em: <http://www.pedroafonso.to.gov.br/obras-do-museu-historico-de-pedro-afonso-sao-iniciadas>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SMITH, M. **Issues in cultural tourism studies**. London; New York: Routledge, 2003.

TURISMO CULTURAL: UMA ESTRATÉGIA PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PORTO NACIONAL-TO

Rosane Balsan³

Laíres José Gonçalves da Silva Ribeiro⁴

Pablo Amaury Pereira Lima⁵

Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo⁶

1. TURISMO CULTURAL E O ESPAÇO GEOGRÁFICO

O Brasil é um país com diverso potencial turístico, em razão dos recursos naturais, da pluralidade cultural e de povos, lugares excêntricos, e o vasto território com uma superfície de aproximadamente 8.510.295,914 km² (IBGE, 2020). Há tempos o turismo vem expandindo, e passou a ser visto não somente como uma atividade econômica, também capaz de promover o desenvolvimento cultural, disseminando a importância e o significado dos bens materiais e imateriais, notoriamente induzindo à preservação da cultura.

O turismo está “intimamente relacionado ao consumo, não só de bens e serviços, mas ao espaço, pois os turistas normalmente se deslocam para um destino onde podem desfrutar da paisagem” (KAKO, 2006, p. 2). Cruz ratifica este pensamento ao afirmar que “o espaço geográfico é o principal objeto de consumo do turismo, e disso decorre uma das mais importantes especificidades da prática social do turismo: o consumidor (turista) que necessita deslocar-se até o produto a ser consumido, o lugar turístico” (CRUZ, 2003, p. 21). Existe várias formas de consumir a paisagem, seja pelo clima, formas de relevo e a infraestrutura, com o intuito de lazer ou descanso, e ao vivenciar este espaço, o turista não leva consigo um bem ou serviço, entretanto emoções e conhecimento.

O turismo pode estar presente em todos os lugares, dependendo de suas escalas, abrangência e relacionado ao consumo. Os percursos turísticos continuam a serem um referencial para os

3 Doutora em Geografia pela UNESP/ Rio Claro. Professora da Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional. Coordenadora do Projeto de Extensão “Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional”. rosanebalsan@uft.edu.br.

4 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional. Colaboradora do Projeto de Extensão “Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional”. lairesgoncalves@uft.edu.br.

5 Graduando em Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional. Bolsista do Projeto de Extensão “Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional”. pabloamaury77@gmail.com.

6 Doutor em Geografia pela UFG/Goiania Docente do Departamento de Turismo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, Mocambique. helsio.azevedo@hotmail.com.

turistas, permitindo que os usuários desloquem de um lugar para outro com facilidade. “Sendo a Geografia a ciência que estuda a produção espacial e as relações sociais e de poder no espaço geográfico, e o turismo um fenômeno relacionado às pessoas e aos lugares, ocorre forte inter-relação dessas duas áreas” (CORIOLANO; SILVA, 2005, p. 95), de modo que, geograficamente, o turismo pode ser estudado em diferentes escalas e diferentes segmentações.

Possui uma grande diversificação da oferta de turismo, assim como variadas segmentações do turismo. As mesmas são estabelecidas conforme suas características e experiências que podem ser proporcionadas ao consumir determinado tipo de turismo, ou seja, a motivação do deslocamento. Neste trabalho destacamos o turismo cultural, onde o turista é incentivado a deslocar-se primordialmente com a finalidade de vivenciar aspectos e situações que podem ser considerados essenciais da cultura.

O turismo cultural é a prática do turismo que se direciona ao conhecimento e lazer com elementos culturais, sendo seu foco, portanto, o patrimônio histórico e cultural dos lugares em que é fomentado, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2006). Portanto o turismo cultural é um dos tipos de turismo que pode ser realizado no Centro Histórico da cidade de Porto Nacional- TO, já que esse recorte geográfico apresenta as diferentes materializações do trabalho de diversos atores nos períodos históricos em que a cidade foi palco, corroborando com Dourado (2013) que explica que a sede do município carrega carga histórica engendrada por diferentes contextos políticos nacionais, pelos quais passou, tendo sido inclusive nomeada por Porto Real, Porto Imperial e, finalmente, Porto Nacional.

O patrimônio cultural é visto como “a essência do turismo cultural, a grande motivação para o deslocamento dos turistas e capital cultural valioso para as comunidades, pois representa um produto turístico [...]” (DIAS, 2006, p.46). Assim, pelas particularidades da cidade de Porto Nacional, entende-se que esta é um local apropriado para o desenvolvimento de um projeto de turismo cultural. Consoante com Pacheco (2006) quando afirma que:

Há uma carência de práticas integradoras de ensino e aprendizagem nas universidades e nas escolas que incluam a vivência afetiva e cultural das crianças, adolescentes e jovens brasileiros. Práticas que os vinculam a si mesmos e a sua ancestralidade, para que sejam protagonistas de uma história e de uma educação que garantam o fortalecimento de sua identidade para melhoria da qualidade de vida. (PACHECO, 2006, p. 21).

2. ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL – TO

Porto Nacional é um município do estado do Tocantins com população estimada de 53.316 habitantes (IBGE, 2020) e situada na margem direita do rio Tocantins, atual lago da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHE-LEM), a aproximadamente 60 km da capital Palmas – TO. A cidade é cercada por serras e por parte do reservatório da UHE, que teve seu enchimento entre maio e outubro de 2001 (Nascimento, 2011), com profundidade de 2m a 60m. Localiza-se no centro do Estado e é caracterizada por apresentar atrativos histórico-culturais que compreendem o período de exploração aurífera do centro-oeste, e por seus recursos naturais.

O município pertence à região turística do Tocantins denominada Serras e Lago, tendo sido classificado pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2017) como sendo de categoria “C”, numa escala onde quatro variáveis foram cruzadas, sendo essas relacionadas à geração de empregos e demanda de turistas, em uma análise de clusters, dando origem a cinco categorias de municípios (A, B, C, D e E), onde a categoria E é o agrupamento de cidades em que o resultado da análise é mais próxima de zero.

Sendo a segunda cidade do Tocantins a ter seu centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no ano de 2008, Já como a primeira o município de Natividade – TO, em 1987.

3. ROTEIRO GEO-TURÍSTICO, ASPECTOS METODOLÓGICOS E SEU DESENVOLVIMENTO

A pesquisa foi operacionalizada tendo como referência, os atrativos turísticos selecionados no Centro Histórico de Porto Nacional. O conjunto eleito de todos os atrativos turísticos totaliza 17 pontos⁷, estando a maioria no interior da poligonal de tombamento, recorte geográfico reconhecido como patrimônio cultural brasileiro e protegido pelo IPHAN, segue os pontos turísticos visitados durante o percurso do Roteiro, conforme ilustram-se, na Figura 1.

Figura 1 – Pontos turísticos atendidos

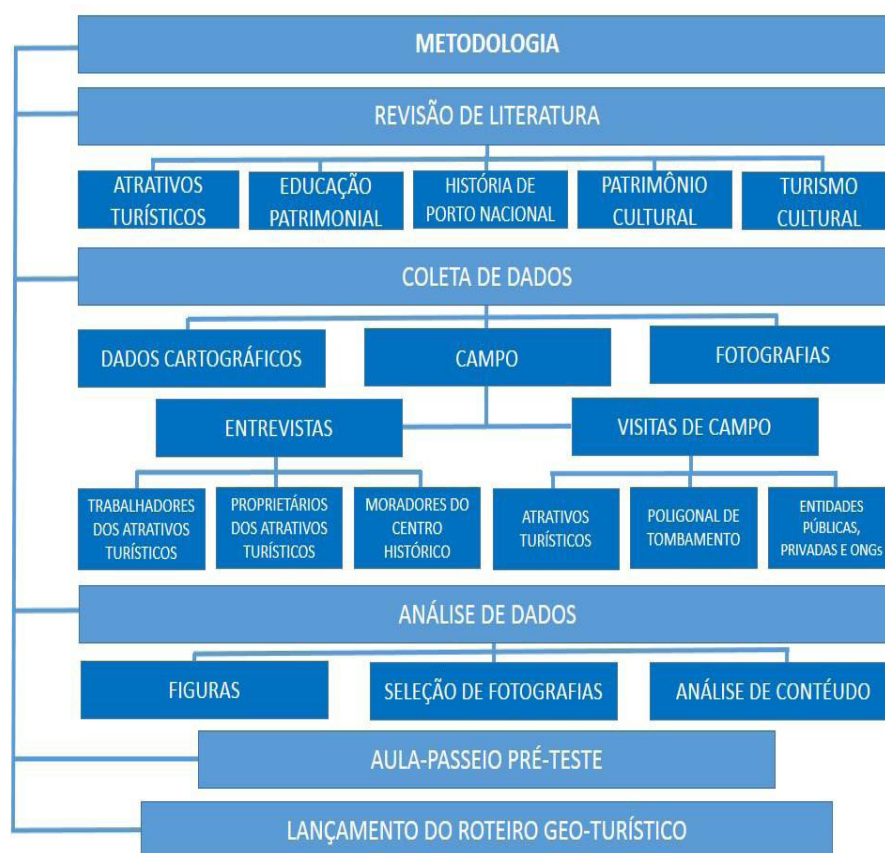
PONTOS TURÍSTICOS ATENDIDOS		
Acervo Luzia da Silva	Casarão João Ayres da Silva	Casarão Maia
Casarão Milton Ayres	Casarão Né Aires	Casarão Pedreira
Catedral Nossa Senhora das Mercês	COMSAÚDE – Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação	Mirante do Rio Tocantins
Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional	NUTA – Núcleo Tocantinense de Arqueologia	Praça Nossa Senhora das Mercês
Rua Coronel Pinheiro	Rua Dr. Francisco Ayres da Silva	Rua Mizael Pereira
Rua Padre Antônio	Seminário São José	

Fonte: Balsan, Lima, Ribeiro (2020).

⁷ Atualmente, no decorrer do trajeto do Roteiro, o número de atrativos turísticos visitados é menor, devido ao tempo disponível de cada grupo. Vale esclarecer que eram 13 o número de atrativos turísticos na data de lançamento.

Para a execução da pesquisa, seguimos o roteiro metodológico esquematizado na Figura 2.

Figura 2 – Metodologia de estruturação do projeto



Fonte: Balsan, Lima, Ribeiro (2020).

O levantamento das informações bibliográficas deu-se nas bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), IPHAN – Superintendência do Estado do Tocantins, Prefeitura Municipal de Porto Nacional e nas bases de dados virtuais, permitindo coletar textos, termos e/ou conceitos para a construção teórica e analítica do trabalho. O levantamento bibliográfico, iconográfico e documental sobre os atrativos turísticos potenciais incluiu vários temas, tais como: História de Porto Nacional (PALACÍN, 1976; GODINHO, 1988; AQUINO, 2008) e Atrativos Turísticos (REIS, 1984; MESSIAS, 2012). Esses e outros autores que já estudaram a cidade e os temas que envolvem o patrimônio cultural local, tornaram-se alicerce para a criação e desenvolvimento do projeto que fundamenta e apresenta-se nesse artigo.

O parâmetro para aquisição de dados no campo, baseou-se nas entrevistas realizadas com sete moradores proprietários de edificações do Centro Histórico e três trabalhadores das entidades gestoras dos atrativos turísticos. A coleta de dados, junto a esses grupos, fez-se aplicando a entrevista semiestruturada em um roteiro pré-estabelecido. As questões foram formuladas verbalmente e as respostas anotadas, pelos pesquisadores e monitores do projeto, em formulários. As entrevistas são aplicadas continuamente até os dias atuais, para esclarecer dúvidas, coletar novas informações pertinentes para o entendimento da dinâmica da evolução da paisagem, da inserção da população local e do patrimônio cultural constituído.

A coleta de dados primários ocorreram no período de março a junho de 2014. Concluída a coleta, as informações foram trabalhadas com a finalidade de gerar um texto guia do roteiro, resumo de dados, informações da arquitetura, geografia e história, para a elaboração do folder, visível na Figura 3, que foi sendo atualizado, revisado e expandido com o desenvolvimento do projeto (BALSAN, 2020). É pertinente ressaltar que os folders são ferramentas para a difusão do Centro Histórico e paralelamente de seus pontos turísticos mais visitados, posto isto entregues aos participantes das aulas-passeio, para suporte durante as mesmas, já que nele estão informações históricas, arquitetônicas, geográficas e etc., e como ferramenta contínua de divulgação do projeto em si.

Figura 3 – Frente e verso do folder do Roteiro Geo-turístico de Porto Nacional atualizado



Fonte: Roteiro, 2019.

Vale enfatizar que mesmo selecionando atrativos que estão presentes na formação histórica de Porto Nacional, com relações de conflitos, poder econômico e político muito forte, procuramos descolonizar os discursos relacionados ao patrimônio selecionado, já que objetivou-se olhar para o todo, ver o conjunto do centro histórico selecionado. Cruz (2012) aborda a “patrimonialização do patrimônio” onde enfatiza a importância de compreender o patrimônio material como manifestação cultural, dotadas de uma temporalidade e espacialidade.

O Roteiro realizou dois pré-testes. O primeiro foi realizado com os monitores e o segundo com os estudantes da turma de Geografia do Turismo do 1º semestre de 2014 do curso de Geografia da UFT, onde Feitosa (2014) elaborou um mapa sugerindo um percurso turístico.

Para o lançamento do Roteiro, bem como para apoio e divulgação, houve articulação com órgãos governamentais, proporcionando, pois, uma experiência interdisciplinar e interinstitucional, estimulando visitantes e pesquisadores a desenvolverem ações em prol do turismo cultural portuense. Atualmente, o projeto conta com o apoio da COMSAÚDE, IPHAN, Laboratório de Geografia do Turismo (LABGEOTUR), Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES) e da UFT, através da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX).

Nesta ótica, o Roteiro segue sendo desenvolvido através de aulas-passeio que são realizadas semanalmente, tendo atendido desde 2014 a aproximadamente três mil e quinhentas pessoas. As aulas-passeio são utilizadas como estratégia à promoção da educação patrimonial. Neste sentido considera-se como educação patrimonial: às ações de educação que oportunizam aos alcançados o real sentido do preservar e valorizar os bens patrimoniais.

4. AS AULAS-PASSEIO

As aulas-passeio são realizadas gratuitamente durante o ano letivo da UFT, com uma média de trinta pessoas atendidas por roteiro, e são postas em prática pelos monitores, que foram sempre discentes dos cursos de graduação, e pela professora coordenadora, de modo que são momentos de explanação a respeito do Centro Histórico da cidade de Porto Nacional, corroborando a um intercâmbio de conhecimento. Quando esses encontros são realizados com a comunidade portuense, esse intercâmbio é muito visível, de tal maneira que o projeto torna-se um mediador e um organizador dessa memória a respeito dos lugares dispostos e suas transformações, concomitante aos seus elementos imateriais, como músicas, poemas e etc.

Este papel do projeto é crucial, já que, tendo o patrimônio cultural como um dos temas pilares das ações, a memória do grupo que vivência esse espaço urbano-turístico-histórico e que o possui no seu imaginário, dotado de histórias, canções, poemas, lendas e etc., é de uma relevância para a manutenção desses espaços, para sua preservação, uma vez que viver esses lugares é também perceber de forma diferenciada sua carga histórica, sua atmosfera e suas experiências.

Assim, as aulas-passeio dão aos participantes a experiência de conhecer não apenas as edificações, contudo a produção de cultura e o desenvolvimento histórico das transformações que vieram a fazer com que o Centro Histórico portuense se consolidasse com o que é atualmente, em suas formas e funções. Para dinamizar o patrimônio material, são agregadas algumas

atividades, como a leitura de poemas e trechos de músicas de artistas regionais, que se tornam também uma nova possibilidade de vivência da cultura local. De modo que a história, a arquitetura, a poesia e a afetividade do espaço são passadas aos turistas e/ou visitantes, assim como a necessidade de preservação e/ou conservação do mesmo como patrimônio cultural brasileiro.

Há a necessidade de valer-se da educação patrimonial, porquanto as atividades educativas do campo do patrimônio cultural podem colaborar com o aprimoramento dos conhecimentos, sobre certa parte da história inicial da formação da cidade de Porto Nacional, e discutir em torno da preservação da memória e patrimônio cultural portuense, além de preparar cidadãos para atuar na manutenção e reconhecimento do passado.

A educação patrimonial é uma ferramenta que consiste em um processo permanente e sistemático focado no patrimônio cultural, com vistas ao conhecimento, à apropriação e valorização de sua herança cultural, que são fatores-chave para a preservação e conservação do patrimônio e para o fortalecimento dos sentimentos de identidade e pertencimento (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Logo os pontos turísticos que fazem parte do trajeto do Roteiro estão dispostos pelas ruas, destacando os “apelidos” pelos quais elas são mais conhecidas, tais como, rua da Cadeia Velha, rua do Cabaço, rua Grande, rua das Flores e outras. Ruas que se cruzam e pelas quais os primeiros moradores da cidade circularam, sendo espaços significativos impregnados de sentidos construídos por aqueles que habitaram e/ou habitam, pois contém acontecimentos e histórias de inúmeras famílias do antigo Norte Goiano, atual estado do Tocantins.

Esse projeto tem possibilitado o desenvolvimento de algumas ações neste período de 6 anos em que está ativo, mesmo com a impossibilidade de ir às ruas realizar as aulas-passeio, devido ao isolamento social causado pela pandemia, a equipe tem buscado manter o vínculo com a sociedade, para que não se perca a conexão já consolidada entre a comunidade e as atividades de turismo cultural, que vem ensinando uma educação patrimonial visando o núcleo gênese da cidade de Porto Nacional.

O projeto tem preocupação de tornar-se sustentável e para isso está buscando mecanismos legais para implantação, operação, administração e manutenção de um projeto universitário que nasceu gratuito e atualmente demanda uma quantidade crescente de número de roteiros agendados. Uma das alternativas cogitadas é de credenciar o projeto junto à Fundação de Amparo a Pesquisa do Tocantins – FAPTO para poder cobrar ingressos de entidades particulares que desejam realizar o percurso.

5. AÇÕES DO ROTEIRO

O projeto se imbuí, desde 2014, de viabilizar ações que enraíze nos envolvidos o senso de que o patrimônio material e imaterial portuense deve ser preservado, além de procurar divulgar o Centro Histórico como aporte turístico. Anualmente atende grupos de várias cidades do estado para participar de aulas-passeio pelo Centro Histórico de Porto Nacional, sendo a maioria desses formados por turmas de escolas públicas ou privadas e instituições do ensino superior do Estado do Tocantins, o que agrega também o turismo pedagógico ao Roteiro, uma vez que se coloca como uma extensão prática da sala de aula, espaço ainda mais fecundo de aprendizagem, porque rompe com uma certa rigidez às aulas tradicionais em sala de aulas.

No ano de 2015, em nível nacional, a equipe do Roteiro Geo-turístico foi contemplada com o projeto “Educação patrimonial: preservação e valorização dos bens culturais em Porto Nacional-TO”, no Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação, que teve o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuem para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social (BRASIL, 2015). Desde a sua criação, a equipe do projeto do Roteiro Geo-turístico participa de eventos científicos para mostrar sua atuação no tripé de Ensino, Pesquisa e Extensão.

No ano de 2016 foram realizadas oficinas lúdicas, tais como jogo da memória, jogo de tabuleiro e mapas mentais com a temática de educação patrimonial em algumas escolas de Porto Nacional e o desenvolvimento de estudos de iniciação científica, exemplifica-se o estudo do inventário do patrimônio cultural da rua Coronel Pinheiro, conhecida como rua do Cabaçaco. Além disso, como consta em Balsan (2020), houve a participação do projeto na 1ª Feira da Cultura Negra/Afro-brasileira, onde foi desenvolvida ação de exposição de fotografias do Centro Histórico da cidade.

No ano de 2017 o Roteiro buscou incluir a Língua Brasileira de Sinais (Libras) com a criação de sinais de atrativos do Roteiro, ação que continua sendo desenvolvida e atualizada em 2020, com a elaboração de folder na Escrita de Sinais. Também foi realizada a pesquisa de iniciação científica de Balsan e Luz (2018), intitulada a “Migração de retorno na Festa de Nossa Senhora das Mercês em Porto Nacional-TO”.

Em 2018 priorizou-se a continuidade da inclusão dos estudantes do curso de Licenciatura em Letras: Libras, da UFT, campus de Porto Nacional, que gerou a inserção de duas músicas regionais em LIBRAS. No primeiro semestre deste mesmo ano, foi desenvolvido um “Ciclo Audiovisual sobre memória, patrimônio e preservação cultural de Porto Nacional”, tendo o objetivo de contribuir para o fortalecimento de ações que visam o debate sobre o patrimônio, memória e preservação cultural através de uma atividade que proporcione uma visão prática sobre o tema, tendo como produto final a produção de um vídeo. O Ciclo teve oito encontros e foram exibidos documentários e realizadas palestras e apresentações musicais.

No segundo semestre, entre os meses de setembro a novembro, foi realizado um evento intitulado “Encontro com o patrimônio cultural da cidade”. O evento fez parte de uma série de encontros com o objetivo de promover a divulgação e a valorização da cultura portuense por meio de exposições e músicas, documentários, rodas de conversa e desenvolvimento de aula-passeio do Roteiro, com avaliações que geraram uma moção com sugestões que foram votadas em plenária e distribuída para vários órgãos que possui competência para efetivar as ações propostas. O evento teve a participação de moradores do centro histórico e entorno, professores e demais interessados na temática da preservação e conservação do patrimônio cultural portuense. Ainda no ano de 2018, por de um edital de fomento a programas e projetos de extensão, tornado público pela PROEX, e projeto foi contemplado, gerando o folder na língua inglesa.

Em 2019, o projeto chegou a terceira edição do seu folder em língua portuguesa, havendo, assim, a revisão e adição do NUTA como ponto turístico do projeto. A parceria do Roteiro Geo-turístico com o curso de graduação de Letras: Libras, em consonância com o Plano Nacional de Turismo de 2018-2022 que visa a promoção das políticas de inclusão propostas pelo turismo de base local, vem desenvolvendo ações de turismo acessível e de integração da comunidade surda ao conhecimento em relação ao patrimônio cultural portuense. Essas ações já traduzi-

ram poemas e músicas para LIBRAS, além de criar sinais para muitas edificações dispostas pelo Centro Histórico. Assim, além de divulgar fazendo do Centro Histórico um espaço mais conhecido, busca também a integração da comunidade para uma maior abrangência do entendimento da necessidade do cuidado e da manutenção do patrimônio.

Em 2020, nesse ínterim de divulgação e inclusão, o Roteiro busca sempre a inserção da cultura produzida pelos portuenses a respeito de seu centro histórico. Suas músicas, poemas, romances, fotografias etc., são inseridas nas aulas-passeio, onde as músicas são reproduzidas e os poemas declamados, e também em ações virtuais, como é o caso da divulgação semanal de poesia portuense, em forma de fotografias e poemas, nas redes sociais do projeto. É importante a administração dessas redes sociais, já que é um meio que o projeto encontrou de estar em constante contato com a comunidade, que é muito ativa nas plataformas digitais, demonstrando sempre suas opiniões, falando sobre suas memórias e explicitando as transformações do espaço.

As redes sociais, inclusive, foram de grande serventia nos meses de distanciamento social provocado pela pandemia de Covid-19, onde o projeto não pôde estar nas ruas, nem desenvolver atividades que tivessem aglomerações como consequência. O projeto encontrou no Facebook e na possibilidade de realização de transmissões em tempo real a ideia de realizar um ciclo de debates, onde muitos pesquisadores que tiveram o Centro Histórico e outros pontos importantes na história da cidade, como objeto de pesquisa puderam escrever textos e os explicar para a comunidade portuense. O ciclo de transmissões foi um desdobramento do projeto que durou três meses e teve um total de quatorze transmissões que abordaram acerca da história, geografia, arquitetura, poesia, música e outros temas pertinentes à comunidade portuense. Essa ação está disponível nas redes sociais Facebook do Roteiro (2020) e Instagram do Roteiro (2020) e é visível a interação da comunidade durante as explicações, cumprindo assim com o caráter extensionista do projeto.

Ao final do ciclo de transmissões, a equipe do Roteiro Geo-turístico realizou a entrega de uma coletânea de textos impressos, elaborados por esses pesquisadores, para um total de 30 famílias do Centro Histórico de Porto Nacional, como devolutiva à sociedade quanto aos trabalhos desenvolvidos durante este período de isolamento social. Para tal ação, contou-se com o apoio da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo de Porto (SECULT), com o provisionamento dos volumes produzidos.

É inquestionável que as novas tecnologias, principalmente a *internet*, oferecem resultados efetivos na promoção do turismo cultural, já que permitem que as informações sejam constantemente atualizadas. Assim, as ações desenvolvidas pela equipe do roteiro durante a pandemia por meio deste veículo de informação ampliaram o alcance ao público.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as limitações encontradas no desenvolvimento do Roteiro Geo-turístico de Porto Nacional, destacam-se inicialmente as incipientes ações voltadas para o desenvolvimento do turismo evidenciando o patrimônio histórico-cultural do município de Porto Nacional. Almeja-se, porém, que com a continuidade e a divulgação do projeto será possível uma maior aproximação com os agentes públicos e privados do *trade* turístico, sensibilizando-os inclusive para a possibilidade de desenvolverem atividades complementares ao Roteiro que possibilitarão a geração de renda.

A falta de recursos financeiros também limita a atuação do projeto, principalmente quanto à divulgação das ações para a educação patrimonial e na viabilização do atendimento de mais escolas que poderiam ser atendidas. Por fim, acredita-se na importância da relação entre o turismo e as diversas ciências, resgatando cada vez mais a memória socioespacial do Centro Histórico, realizando roteiros que fogem dos tradicionais, pois utilizamos os elementos da arquitetura, geografia, história, música, poesia, inclusão das pessoas surdas e etc., contando com a participação e apoio da comunidade local, uma característica fundamental do turismo de base comunitária.

Apesar da cidade ser conhecida pelos municípios como “Capital da Cultura do Tocantins” e ter seu centro histórico tombado como patrimônio cultural brasileiro, e mesmo assim é pouco assistida em políticas públicas específicas para o turismo cultural. Percebe-se que o núcleo histórico é pouco divulgado, além de não possuir placas de sinalização que indicam a localização e identificação dos atrativos turísticos, havendo também a necessidade de revitalização do local.

Observa-se nesse conjunto, ruas vazias e moradores insatisfeitos com o “abandono” por parte dos órgãos públicos, destarte no que se refere a ações e projetos direcionados ao Centro Histórico da cidade, esses são insuficientes. Para tanto, são necessárias medidas que visem a estruturação, o desenvolvimento, a promoção e, para isso, há a necessidade de restauração de alguns casarios que estão deteriorando-se, além da implementação de medidas de segurança e melhor planejamento turístico, etc.

Dessa forma, espera-se, sobretudo, que o roteiro venha contribuir para o desenvolvimento, promoção da diversidade cultural, exista maior participação da comunidade, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural do Centro Histórico do município de Porto Nacional.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Napoleão Araújo. Aspectos **das leis voltadas à preservação do patrimônio histórico e das memórias urbanas**: Porto Nacional (TO). In: Congresso Nacional de História da UFG, 1., 2008, Jataí. Congresso Regional de História da UFG, 2., 2008, Jataí. Anais... Jataí: UFG, 2008, p.1-9.

BALSAN, Rosane. **Dossiê: Roteiro geo-turístico de Porto Nacional**: preservando o patrimônio cultural de Porto Nacional- TO. Porto Nacional: [s.n.], 2020. 74 p.

BALSAN, Rosane; LUZ, Dannyella dos Santos. FESTA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS EM PORTO NACIONAL–TO: MIGRANTES DE RETORNO. **Revista Produção Acadêmica -Núcleo De Estudos Urbanos Regionais E Agrários/ NURBA** – v. 4, n. 1, 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **ProExt – Apresentação**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241:proext=-apresentacao&catid=235:proext-programa-de-extensao-universitaria-&Itemid=487. Acesso em: 13 ago. 2020.

Brasil. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas** / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2006. 44 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo do Tocantins muda e agora estado tem 40 municípios com vocação turística.** 2017. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/8162-mapa-do-turismo-de-tocantins-muda-e-agora-estado-tem-40-munic%C3%ADpios-com-voca%C3%A7%C3%A3o-tur%C3%ADstica.html>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Glossário do Turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos.** 2018, 44 p. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/Glossario_do_Turismo_-_1%C2%AA_%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 11 ago. 2020.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T.; SILVA, Sylvio C. B. de Mello. **Turismo e Geografia: abordagens críticas.** Fortaleza: UECE, 2005.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo.** 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **Revista Geosp – espaço e tempo**, São Paulo, n. 31, 2012, p. 95-104. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geosp/ojs-2.2.4/index.php/geosp/article/viewFile/537/281>. Acesso em: 5 jun. 2016.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e Patrimônio Cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades.** São Paulo: Saraiva, 2006.

DOURADO, Benvinda Barros. **Educação no Tocantins: ginásio estadual de Porto Nacional.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação. Goiânia – GO, 2010

Goiânia, 2010 FEITOSA, Thalyta de Cássia da Silva. **Geografia, Cartografia e Turismo: a elaboração de um mapa turístico para o Centro Histórico de Porto Nacional - TO.** 2014. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Tocantins. Porto Nacional: UFT, 2014.

GODINHO, Durval. **História de Porto Nacional.** [S.l.: s.n.], 1988.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básica de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Porto Nacional-TO.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/porto-nacional/panorama>. Acesso em: 31 de ago. de 2020.

KAKO, Iara Sakitani. **Geografia e cartografia do turismo.** São Paulo: USP, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01102008-154015/pt-br.php>. Acesso em: 22 de jan. 2018.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Porto Nacional: patrimônio cultural e memória.** Goiânia: PUC Goiás, 2012.

NASCIMENTO, Júnio Batista do. **Tocantins: história e geografia**. 7. ed. Goiânia: Bandeirante, 2011.

PACHECO, Lilian. **Pedagogia griô: a reinvenção da roda da vida**. Lençóis: Grãos de Luz e Griô, 2006. 175 p. Disponível em: <http://www.acaogrio.org.br/wpcontent/uploads/2012/08/pedagogiagrio.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

PALACÍN, Luiz. **Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. 2. ed. Goiânia: Oriente, 1976.

PORTO NACIONAL. Página do Roteiro Geo-turístico de. Facebook: usuário do Facebook. 2020. Disponível em: www.facebook.com/RoteiroPN. Acesso em 02 set. 2020.

PORTO NACIONAL. Perfil do Roteiro Geo-turístico de. Instagram: @roteiropn. 2020. Disponível em: www.instagram.com/roteiropn. Acesso em 02 set. 2020.

REIS, Regina Augusta. **A Catedral de Porto Nacional**. Goiânia: T.H.-9, 1984.

ROTEIRO Geo-turístico. Roteiro Geoturístico: centro histórico de Porto Nacional. 3.ed. Porto Nacional: UFT, 2019. 1 folder ilustrativo.

POTENCIALIDADE TURÍSTICA DOS QUILOMBOS: ANÁLISE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA COCALINHO - TOCANTINS

Stephanni Gabriella Silva Sudré⁸

Andressa Ferreira Ramalho Leite⁹

Raimundo Welisson Sousa da Silva¹⁰

1. INTRODUÇÃO

É observado na história do Brasil, que o país é constituído por grandes grupos sociais identitários, como indígenas e quilombolas, sendo considerados como os remanescentes de quilombos, os grupos que se enquadram como comunidades tradicionais, através do reconhecimento e valorização das suas culturas originais, especificidades e importância histórico-cultural para o país.

Nesta perspectiva, as organizações sociais que compõem as comunidades quilombolas apresentam um considerado arcabouço de aspectos que enriquecem o turismo de experiência, motivando assim, a visitação a territórios, que contemplem esses aspectos.

O Estado do Tocantins, por sua vez, se apresenta no mercado brasileiro de viagens e turismo, como um dos territórios com eminente potencialidade turística oriunda dessas comunidades e demais grupos sociais, por sua composição étnica observada pela existência dos povos indígenas locais, como também das comunidades quilombolas, sendo este último, o objeto de estudo desse trabalho.

Dessa forma, este estudo justifica-se na urgência de debates inerentes às questões relacionadas ao etnodesenvolvimento e ao fomento da geração de renda e trabalho para as comunidades remanescentes de quilombos, visto a problemática econômica e social vivenciada por seus autóctones, em virtude de viverem quase que exclusivamente, do cultivo de pequenas culturas de subsistência, e ainda em sua grande maioria, sem a efetiva regularização do território compreendido pelo quilombo.

8 Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Docente e coordenadora do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: stephanni_@uft.edu.br.

9 Mestre e Doutoranda em Gestão de Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: andressa.ramalho@uft.edu.br.

10 Discente do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo da (UFT) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: welissonsousa807@hotmail.com.

O movimento de resistência secular em contrapartida ao regime escravocrata existente no país, até a promulgação da Lei Áurea¹¹ sancionada pela Princesa Isabel no ano de 1888, é marcado por lutas políticas em diferentes estados brasileiros, trazendo novos direcionamentos a partir do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias existente na Constituição Federal Brasileira de 1988.

A partir da constituição de 1988, uma nova moldagem foi dada aos quilombos, permitindo processos mais ágeis e eficazes de defesa dos territórios, seguindo um mesmo caminho legal processual em todos os casos.

Dessa forma, com a legalização desses territórios, o turismo passou a se apresentar, como uma potencial atividade econômica na geração de emprego e renda das populações quilombolas, propiciando a valorização cultural e social dessas comunidades em seus territórios originários e de direito.

Outrossim, o presente estudo tem como objetivo central, analisar a potencialidade turística da comunidade quilombola Cocalinho localizada no Estado do Tocantins – Região Norte do Brasil. E para tanto, se atribui como objetivos específicos da pesquisa: a) Identificar os elementos característicos da comunidade e seus aspectos históricos; b) Descrever a infraestrutura básica e os atrativos existentes com potencialidade turística.

Como pressupostos metodológicos, foi utilizada a abordagem qualitativa de dados, através de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, e posteriormente, com a realização da pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas aos moradores da comunidade.

É válido salientar que, o trabalho foi desenvolvido no âmbito da pesquisa científica acadêmica através do “Núcleo de Turismo em Áreas Naturais” – NTAN, registrado no Sistema de Gestão de Processos Universitários da Universidade Federal do Tocantins - GPU nº 3303, e coordenado pela docente do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, Professora MSc Stephanni Sudré.

A pesquisa conta também com a parceria do programa “Startur – Incubadora de Talentos” registrado e homologado no GPU UFT nº 3366 sob a coordenação da professora MSc Andressa Ramalho, e que traz como o objetivo principal, a necessidade de ações práticas em Gestão de Turismo, como forma de desenvolvimento e apoio a propostas multi, trans e interdisciplinares configuradas no Projeto Pedagógico do Curso de Turismo.

O trabalho se apresenta com um levantamento literário sobre a temática quilombola, suas percepções e panoramas, subdivididos em alguns tópicos temáticos que se sucedem e se complementam, mutuamente, na compreensão da problemática inicial dessa pesquisa.

11 A Lei Áurea (Lei nº 3.353) foi sancionada pela Princesa Dona Isabel, filha de Dom Pedro II, no dia 13 de maio de 1888, e concedeu liberdade total aos escravos que ainda existiam no Brasil neste período, abolindo definitivamente, a escravidão no país.

2. O TURISMO E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS: UM PANORAMA SOCIOCULTURAL

No contexto epistemológico do turismo cultural, Barretto (2007, p.87), explana que o mesmo pode ser considerado como aquele em que o principal atrativo deixa de ser a natureza, sendo então “[...]um aspecto da cultura humana, que pode ser a história, o cotidiano, o artesanato, ou qualquer dos aspectos abrangidos pelo conceito de cultura”.

Assim, ainda segundo o autor, esse segmento do turismo se diferencia dos demais por considerar relevante a narrativa do sujeito, enquanto demonstração de suas manifestações culturais e saberes identitários.

De acordo com Sudré (2012, p. 22): “A partir do entendimento de que o turismo constitui um importante setor para alavancar o crescimento econômico, essa atividade vem sendo considerada pela sociedade brasileira, com capacidade de traduzir e divulgar sua imensa riqueza natural, étnica e cultural”.

De acordo com Dias e Aguiar (2002), o turismo cultural é composto de um todo que caracteriza a comunidade onde se desenvolve, e assim atrai visitantes em busca de características singulares de um determinado povo e local.

Neste contexto, os turistas tidos como culturais possuem como principal motivação, o desejo de entrar em contato com diferentes culturas, visitando os elementos representativos do patrimônio de uma determinada comunidade: conjuntos arquitetônicos, sítios arqueológicos, danças típicas, religiosidade, gastronomia, o artesanato, a musicalidade, performances artísticas.

O turismo étnico ou o turismo baseado no legado cultural étnico vem se afirmando como uma alternativa frente ao turismo massificado no qual predomina o consumo desenfreado das culturas locais.

Sob o paradigma da diversidade cultural e da pluriétnicidade, os turistas culturais apresentam-se como grupos de consumidores interessados na vivência cultural no âmbito de comunidades remanescentes de etnias específicas, ou naquelas em que predomina a representação do legado cultural herdado ao longo de processos históricos e sociais e reinterpretado no presente sob novas significações.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT (2003, p. 168), o turismo étnico “é voltado para as tradições e estilo de vida de um grupo e utilizado, principalmente, para destacar o turismo nas comunidades ou enclaves específicos, em processo de desenvolvimento”. Considera-se que a vivência dos turistas com os elementos do patrimônio cultural pode contribuir para o fortalecimento das identidades e para a revalorização da memória e da cultura locais.

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006, p. 13), “o turismo étnico é a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade dos grupos étnicos”. Consiste, portanto, na busca pela interação e integração dos turistas com o cotidiano de comunidades que apresentam determinadas características sociais, econômicas, além de tradições culturais baseadas num forte sentido de territorialidade. O objetivo maior relaciona-se à busca pelo conhecimento e aprendizado intercultural.

De acordo com Leite, Lamas, de Mendonça Nóbrega (2019, p.69), “Nesse contexto, pode-se entender que a satisfação do cliente é a razão de ser de qualquer negócio, e está diretamente relacionada às experiências vivenciadas”, ou seja, o turista busca por essas vivências em suas viagens escolhendo roteiros que os propiciem essas experiências únicas.

O turismo étnico para Beni (2002, p. 145), destaca-se “pela busca ascendência num arcabouço histórico-cultural local e regional. Incluem-se aí ainda aqueles que se deslocam com objetivos eminentemente antropológicos para conhecer as características étnico-culturais daqueles povos que constituem o interesse de sua observação”.

Entende-se então, que o turismo desenvolvido em comunidade pode contribuir de forma relevante para o desenvolvimento sustentável, que assim restringe o crescimento econômico ao desenvolvimento humano e social, no qual chama a atenção para a necessidade do equilíbrio ambiental, e o fortalecimento da cultura local e da identidade das populações tradicionais.

De acordo com o Ministério do Turismo (MTur) o Turismo de Base Comunitária deve atentar para os princípios básicos a exemplo da autogestão; associativismo e cooperativismo; democratização de oportunidades de benefícios; colaboração, parceria e participação; valorização da cultura local; o protagonismo das comunidades locais na gestão; dentre outros aspectos.

2.1. AS REGIÕES TURÍSTICAS TOCANTINENSES E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS – A PERSPECTIVA DO TURISMO CULTURAL

As comunidades quilombolas estão na formação cultural do Estado de Tocantins, e pertencem ao patrimônio cultural do norte do Brasil, somando um total de quarenta e quatro comunidades mapeadas e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, com processos reconhecidos desde 2006, como a Comunidade Quilombola Cocalinho.

Algumas das comunidades quilombolas tocantinenses reconhecidas são as seguintes: Kalunga de Mimoso e Lagoa de Prata, em Arraias; Malhadinha e Córrego Fundo em Brejinho de Nazaré; Barra do Aroeira em Santa Teresa; Redenção em Natividade; Cocalinho em Santa Fé; Baviera em Aragoimas; Comunidade do Prata em São Félix do Tocantins; São Joaquim e Lajinha, em Porto Alegre do Tocantins; São José e Chapada, em Chapada da Natividade; Mumbuca, em Mateiros; e São João em Santa Rosa no Tocantins.

Conforme ocorreu em todo o país, com a redemocratização advinda da Constituição de 1988 e com a criação em 2003 do decreto de reconhecimento e demarcação das terras para as comunidades negras, no Tocantins não foi diferente, especialmente após o decreto 4.887 do ano de 2003.

Neste período se iniciou, verdadeiramente, o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas tocantinenses e já foi possível no ano seguinte, certificar o território de comunidades existentes. A literatura fala que em 2016, os quilombos já somavam trinta e oito certificações no Tocantins, com quarenta e quatro comunidades reconhecidas e prontas a receber as políticas públicas de reparação governamental.

São várias as comunidades quilombolas em regiões turísticas do Tocantins já consolidadas, como nas Serras Gerais e no Jalapão, que além de compor a atratividade dos roteiros tocan-tinenses, essas comunidades buscam através do Turismo, a valorização e a divulgação dos seus saberes e fazeres através da visitação em seus territórios.

Nas regiões turísticas do Tocantins como o Jalapão, o qual está localizado ao leste do estado do Tocantins, é possível se encontrar o famoso capim dourado, que serve de matéria-prima para diversas peças artesanais, e que também é território de comunidades quilombolas e aspectos culturais, que diferenciam essa região, levando-a muito além da oferta de atrativos naturais ecossistêmicos. Os municípios que a integram a região são: Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins e São Félix do Tocantins.

Vale ressaltar que, um fator advindo da exploração do capim dourado foi a proliferação de visitas ao Jalapão, o que suscitou a ideia e possibilitou, por parte da iniciativa pública e privada, da promoção da atividade turística como um segmento econômico na região.

É válido observar também que, o fator identitário é eminente e se faz presente neste caso, visto que o Estado incorporou, simbolicamente, em suas publicidades e propagandas turísticas, o capim dourado e todo conceito que dele é emanado, como a cultura telúrica dos moradores do reduto quilombola, a cor do ouro que é referência de prosperidade latente em contraponto a uma planta tão simples e tão representativa do bioma Cerrado como o capim dourado, que se espalha nas veredas, a plenitude de um deserto que serve de refúgio para mananciais de rios e corredeiras, aves e espécies piscosas.

A atividade turística crescente na localidade tem definido algumas mudanças na fisio-nomia de Mateiros. O território é sensível ao aumento da construção de hotéis e restaurantes oriundos da demanda turística que chega ao Jalapão, trazendo com isso, certa preocupação dos órgãos gestores e de monitoramento ambiental da região.

2.2. FATOS HISTÓRICOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO

A Associação Quilombola de Cocalinho (ACQC) teve início no ano de 2006 onde recebeu sua certificação e reconhecimento junto a Fundação Cultural Palmares, e apresentou amplo re-conhecimento social, porém sua primeira e maior dificuldade foi no auto reconhecimento por seus membros.

Em contrapartida e a partir de esforços pessoais e pontuais, nos últimos anos, a comuni-dade tem sido contemplada através de premiações e editais, sendo o principal deles intitulado “A arte do Saber: Saberes e fazeres de uma Comunidade Quilombola” que foi patrocinado pelo Centro Cultural Convênio Andrés Bello de Bogotá – Colômbia, e que no Brasil, tiveram apenas três projetos selecionados pelo Programa.

A comunidade também já foi contemplada em premiações como o prêmio “Culturas Populares 2007, Mestre Duda – 100 anos de frevo (MinC)”; Resgatando a Cultura de Um Povo Quilombola, aprovado no Prêmio Seu Cisso 2011, de Apoio a Transmissão de Saberes Tradi-cionais Quilombolas, promoção realizada pela Secretaria de Cultura do Estado do Tocantins através do Fundo Estadual de Cultura e Projeto de Sustentabilidade familiar Horta orgânica 2019.

Desse modo, é válido observar, como a cultura é um elemento de expressão de relevante significância para a comunidade Cocalinho e seus integrantes, por tratar-se da forma mais autêntica de expressão dos seus costumes e vivências comunitárias.

No discurso dos entrevistados, é possível evidenciar os caminhos do reconhecimento e da formação comunitária, através dos membros que já presidiram a associação da comunidade. Foi relatado certo receio dos moradores no início do processo de reconhecimento como remanescentes quilombolas, pois a maior parte da população, ainda demonstrava muito receio em voltar à escravidão, segundo relata o Entrevistado01:

A comunidade temia as mudanças vindas pelo reconhecimento como quilombolas, e identificou em uma mulher da própria comunidade, a força e o encorajamento necessários para a representação em entidades, órgãos públicos e outras comunidades, também quilombolas. Entrevistado 01 (2020).

Ainda segundo o Entrevistado01, entre idas e vindas à capital do estado, a cidade de Palmas, “a comunidade se fortaleceu em participações em eventos, partindo para a liderança com a senhora Maria do Espírito Santo”. O fato de ter a Sra Maria à frente da comunidade culminou na formalização da associação e na eleição da primeira mulher como presidente da comunidade Cocalinho. O segundo presidente da comunidade foi o José Carlos Silva Sousa, que ainda vivenciou um pouco da sua insegurança relatada no início.

Segundo o Entrevistado02:

A criação da associação foi meio complicado para a comunidade por ser algo novo, de difícil entendimento para grande parte da comunidade, que observavam receosos com os representantes políticos, como do prefeito da época. A primeira reunião feita nem todos os membros participaram já na segunda teve maior adesão. Entrevistado 02 (2020).

A maior dificuldade relatada pelos entrevistados era o significado do termo quilombola, pois não estava claro para todos. Havia muitas dúvidas em relação à legalidade da terra, à perseguição e à identificação, até eles ampliarem o contato com outras comunidades também quilombolas, melhorando assim, a aceitação e o entendimento do contexto histórico e social.

Nos relatos, algumas personalidades que fundaram a comunidade falaram sobre os primeiros grupos de pessoas que começaram a constituir a comunidade na década de 60, onde chegaram pequenos grupos do Estado do Maranhão a procura de terras boas para a criação de pequenos animais e plantação.

Nas entrevistas, a comunidade demonstra que possui um laço familiar consolidado e muito forte. E algumas pessoas foram muito importantes no período de consolidação da comunidade, sendo elas: O Sr Roque Chila, a Sra Maria, o Sr Severino, o Sr Domingo Zídio, o Zé Preto, a Sra Joana, o Goiano, o Sicizidio, Boa Ventura, o Sr Antônio do Rio e o Sr Manoel do Rio, dentre outros nomes relatados pela comunidade entrevistada nesta pesquisa.

A infraestrutura básica comunitária e pública do Quilombo Cocalinho é composta, basicamente, pela Escola Municipal Emanuel Cocalinho, pelo Posto de Saúde Rosimar Resplende, e pela Casa de Cultura de Cocalinho, onde a comunidade pode contar desde 2018 de um auditório, cozinha, escritórios, espaços para oficinas e lojinha de artesanato. A Casa de Cultura foi um espaço construído graças a um acordo com a empresa ATE de produção elétrica.

A Escola Municipal Emanuel Cocalinho é a única na comunidade quilombola, e iniciou suas atividades por volta de 1974, com turmas improvisadas na residência de um dos moradores na época, o Senhor Eduardo Pereira de Sousa, onde tinha como professor, Lázaro Pereira Barbosa, que dava aulas particulares aos filhos dos moradores desta comunidade. Quem pagava o salário do professor Lázaro, eram os próprios pais dos alunos.

De acordo com o depoimento do Entrevistado03:

Em seu início de atividades, foi um período de grandes lutas até mesmo após a aprovação da criação de uma escola na comunidade, porém se passou certo tempo para se construída. Os alunos passaram a estudar em uma igreja que tinha a sua construção feita de paredes de barro e cobertura de cavacos. Entrevistado 03 (2020).

A comunidade sentia com a necessidade de professores para atender a demanda da mesma, pois todos os professores que iam lecionar aos alunos eram todos de fora, e a comunidade era muito carente, não possuía luz elétrica, água encanada e nem outros meios básicos. Passaram-se vários professores, mas todos acabavam não continuando na comunidade.

Em 1978/1979, veio a professora Francisca Josefa da Silva, que trabalhou por um espaço de tempo nesta comunidade, mas a mesma teve um problema de saúde e veio a falecer, com isso os alunos voltaram a ficar sem aulas novamente em 1981.

E chegou a professora Benta Teolinda de Oliveira, que veio do Maranhão e passou a morar na comunidade e passar a dar aulas a 4ª série do ensino Fundamental. Neste período a comunidade é contemplada com uma sala de aula, feita de tabua e coberta de telhas de cimento.

Na época a unidade contava com uma turma de 40 alunos, e foi só aumentando cada vez mais, por esse motivo a professora Benta sentiu a necessidade de mais uma pessoa para ajuda-la, e com isso em 1983 surge a primeira professora de dentro da própria comunidade Maria Aparecida da Silva Lima, que iniciou a sua carreira de trabalho como professora de pré-escola, 1ª inicial e 2ª série multisseriados.

A mesma continua trabalhando até os dias atuais. E assim seguiu aumentando o número de alunos e a comunidade foi conquistando cada vez mais espaço. Em 1986 foi feita a construção da primeira sala, mesmo com a escola já funcionando, mas não havia salas construídas, e posteriormente recebeu a construção de sala, banheiros e outros cômodos.

Em 2000 a Escola Municipal Emanuel contava com uma quantidade de mais de 200 alunos, aumentando também o número de professores, onde surgiu a necessidade da oferta de mais turmas.

E mesmo sem o espaço suficiente, as turmas passaram a funcionar em outros espaços cedidos pela comunidade, e com isso a escola ganhou a construção de um outro pavilhão que comportasse duas salas de aulas e duas salas para serviços administrativos. Em 2005 e 2007 a escola se destaca com os projetos voltados para melhoria do ensino de qualidade (Meio ambiente e Femec - Festival da escola Municipal Emanuel Cocalinho).

Em 2013 a escola é contemplada com o PAR, e ganha nova estrutura, que passa a funcionar em outro local, ou melhor, a construção de um novo prédio mudando de endereço e com o mesmo nome. A escola municipal Emanuel atende hoje alunos de 1ª a 9ª ano e o EJA II seguimento.

Possui também uma extensão da Escola Estadual Anaides Brito Miranda que atende alunos da 1ª a 3ª série do Ensino Médio e a Creche e a Creche Tia Suely que funcionam do prédio da mesma.

A comunidade possui o posto de saúde Rosimar Resplende, onde se realizam alguns atendimentos básicos, como consultas médicas e odontológicas, além de ocorrer acordos com o calendário municipal de saúde de santa fé do Araguaia. O prédio da unidade conta com três consultórios médicos um consultório de Odontologia, sala de triagem, sala de vacina, cinco banheiros, enfermaria e uma cozinha.

2.3. ASPECTOS DOS POTENCIAIS ETNOTURÍSTICOS

2.3.1. DANÇA LINDÔ

A dança do Lindô é uma dança praticada na comunidade quilombola de Cocalinho, criada por escravos em São Domingos do Maranhão no povoado Viola, anteriormente conhecido como povoado Lili. Uma dança de roda dançada em pares, onde se dá a quantidade de participantes de acordo com o espaço de realização da dança.

Esta dança, inicialmente, se caracterizava como uma dança de comemoração dos finais de colheitas, onde os mesmos ganhavam um momento de folga e usava aquele momento para comemorar entre eles. E foi trazida para a comunidade por José Pereira da Silva, o qual aprendeu com 12 anos de idade, vendo seus avós dançar.

A dança era realizada na comunidade principalmente na sexta-feira Santa, e é praticada neste período pelo motivo da tradição de velar os santos do altar, então teriam que se manterem acordados, e até então sempre é dançado o Lindô para espantar o sono.

A Comunidade Cocalinho manifesta sua cultura através do LINDÔ. O Lindô é uma dança que traz todo um contexto na sua forma de se apresentar, esta dança dispensa todo e qualquer tipo de instrumento musical, onde o seu forte é a batida forte dos pés no chão que demonstram uma forma de resistência pelo território que é considerado sagrado para os negros quilombolas, as sátiras nas letras das cantigas demonstram que mesmo em tempos difíceis sempre teremos força pra se divertir e a forma dançada em círculo, onde todos tem contato com todos demonstram que todos somos iguais, a força da religiosidade e a união deste povo bravo e valente na defesa dos seus.

Na figura 01, se observa a apresentação dessa dança típica, conforme se apresenta a seguir:

Figura 1 - Apresentação dança do Lindô



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os africanos originários de várias regiões com sólida tradição musical possuíam amplo domínio dos tambores. A presença do tambor na Dança do Lindô é forte e contribui na marcação dos passos durante o bailado (FILHO et al, 2011).

Na comunidade não existiam festas, era exclusivamente o Lindô. Quando se está na época que precede a semana santa, os ensaios acontecem todas as noites por uma ou duas horas. E no dia de sexta-feira, todos os membros se reúnem para rezar em casa. Quando finalizam, os participantes dançam o Lindô, além de fazer leituras, orações e outras danças até às 5 horas da manhã.

2.3.2. EVENTOS

No que diz respeito aos eventos da Comunidade Cocalinho, existe uma programação muito diversificada, com calendário anual durante períodos diferentes.

Diante o cenário festivo a comunidade tem como o maior evento o Festejo de São Domingos de Gusmão. A festividade acontece sempre no início do mês de agosto e é realizada em nove noites de novena, além de trazer com sigo uma vasta programação religiosa e social.

Durante todas as noites de festejo acontece novenas e celebração da palavra e procissão com o padroeiro no encerramento. Após as atividades religiosas, segue a programação social com os bingos, leilões, apresentações culturais, e vendas de comidas típicas e bebidas. As atividades têm como objetivo a geração de fundos para a Igreja.

No encerramento das festividades religiosas, normalmente, são organizados alguns torneios esportivos de futebol amador para a comunidade, além de baile dançante à noite. Na figura 02, segue a imagem da festividade religiosa da comunidade:

Figura 2 - Festejo de São Domingos de Gusmão



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No ano de 2014 foi acrescentada na programação religiosa, a Cavalgada no encerramento do festejo, se tornando com isso, mais um dos atrativos da festa, como também um considerável gerador de renda durante o período de realização das festividades.

É comumente relatado entre os entrevistados da pesquisa, que houve um aumento considerável do público após a criação da cavalgada, tornando a festa ainda mais vista e fazendo a economia local lucrar com o incremento.

Estimativas do blog Comunidade Quilombola de Cocalinho “no primeiro ano de cavalgada, por ser a primeira eram esperados em torno de 100 pessoas montadas e segundo os organizadores ultrapassou os 180, além disso, baseia-se que passaram pela comunidade cerca de mais de mil e duzentas pessoas durante todo o período de festa”. A figura 03 se apresenta a seguir:

Figura 3 - Cavalgada Cocalinho



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Até então foram festejadas cinco anos consecutivos de cavalgada ficando o ano de 2019 sem a realização, porém já era previsto a volta da programação na próxima realização. O evento em 2020 foi cancelamento por motivo da pandemia do novo coronavírus.

Em Novembro é a vez da comemoração do dia 20 “O Dia da Consciência Negra” e FEMEC Projeto da Escola Municipal Emanuel, além de acontecer variados tipos de eventos como esportivos, religiosos, sociais e as famosas baladas dançantes.

A consciência negra é um evento promovido pela Associação Quilombola de Cocalinho (ACQC) onde teve início após o reconhecimento da comunidade como remanescentes quilombolas, na gestão da presidente Maria do Espírito Santo.

O evento tem como objetivo a conscientização e valorização da cultura Quilombola dentro da comunidade que de início passava por grandes dificuldades para aceitar o seu reconhecimento étnico quilombola. A programação do evento é formada por apresentações culturais da comunidade e visitantes, palestra e passeata pelas ruas de Cocalinho.

O evento é realizado em dois dias e tem como parceiro a Escola Emanuel com o projeto FEMEC (Festival da escola Municipal Emanuel de Cocalinho) Festival Estudantil que estar presente nas programações da comunidade através da professora Rejanês Sousa Gomes, que iniciou o projeto. A programação é realizada com apresentações de alunos da escola Emanuel, onde tem o espaço disponível para mostrar seus talentos e também é reservado momentos para apresentações de colégios vizinhos.

2.3.3. COMIDAS TRADICIONAIS

É observado que, a comida tradicional de uma comunidade traduz os seus elementos naturais, culturais e sociais, e a Comunidade Cocalinho demonstra suas raízes através da preparação dos seus pratos típicos na comunidade.

A culinária típica está sempre presente em suas festividades, e no dia-a-dia da comunidade, sendo um dos pratos típicos de Cocalinho, o Bolo de Puba assado na pedra, preparado apenas na Semana Santa.

Lucia Maria Rodrigues (popular Dona Lucia) e Francisca Maria da Conceição (popular Dona Chica) moradoras da comunidade são as cozinheiras mais conhecidas deste prato. Este prato que hoje atrai pessoas para ver, fazer e comer ganhou importância, porém sempre foram as poucas alternativas nos momentos festivos da comunidade.

O bolo de puba é uma comida com organização específica, que existe um grande processo para ser preparado, o processo tem uma sequência que apenas olhando a receita pode não trazer resultados parecidos com os que fazem na comunidade.

E ainda outros pratos como as tortas feitas de feijão e jerimum, que eram preparadas de formas simples e saborosa. A Torta de jerimum, o preparo inicia com o jerimum amassado, o depois jogava junto com ovo batido, insere sal com os temperos a gosto e coloca para assar. O preparo da Torta de Feijão, começa ao tostar de feijão trepa-pau, depois cozinhar com água, depois tira o caldo e deixa escorrer até ficar só o caroço do feijão, amassa bem, e segue batendo ovo bem batido joga massa de feijão e sal.

Estas receitas são feitas e distribuídos durante a Festa da Semana Santa entre os vizinhos, mas próximos e familiares, como uma forma de lembrar do passado e ainda para mostrar aos jovens de hoje, como eram feitas as comidas de antigamente.

2.3.4. PRODUÇÃO ARTÍSTICA

A cultura em Cocalinho se apresenta em diferentes formas, além dos eventos, apresentações culturais e comidas típicas, o artesanato também está presente na comunidade.

Com um simples pedaço de madeira em mão e formão, o artesão e artista plástico Elimar Sousa Ribeiro (popular Negão Reggae) transforma pedaços de madeira e tronco de árvore em grandes obras de artes. O Elimar passa seus dias no fundo do quintal de sua casa produzindo artefatos de madeira. O artesão possui várias obras de artes, porém ainda é pouco conhecido. Entre as suas obras estão a imagem de Nossa Senhora, São Jorge, imagem de animais, dentre outras.

Em sua mais nova obra de arte, o Negão do Reggae, como gosta de ser chamado, trás uma maquete de um casarão antigo, onde segundo ele retrata um pouco do passado, em tempos de escravidão e de grandes diferenças raciais.

Segundo o artista, a maquete irá retratar mais a vida dos patrões do que até mesmo a dos escravos, pois naquele tempo um casarão era “coisa de burgueses”, e remetia às diferenças

sociais da época, além das que vemos hoje em dia, lembrando-nos do tempo em que os valores morais e éticos eram em favor das diferenças.

O artista tem sua maior inspiração na criação das suas artes através do reggae, principalmente quando é uma arte com foco na cultura quilombola, com os aspectos da música. O reggae é um estilo musical que trata dessas representações culturais, de acordo com Elimar. Em bandas como, Adão Negro, Edson Gomes, Ponto de Equilíbrio e algumas outras tratam muito destes temas.

Em resumo, é apresentado o Quadro 01 os aspectos etnoturísticos encontrados na comunidade quilombola Cocalinho – Tocantins:

Quadro 1 – Aspectos Etnoturísticos

Etnoturismo	O que é?	Quem organiza?	Local	Proposições/Sugestões
Cultural - Dança	Dança Lindô	Comunidade	Apresentação em locais públicos e privados.	Criação de grupos de dança e apresentações fora da comunidade
Eventos	Festa do padroeiro e cavalgada	Paroquia e Comunidade	Local público	Calendário anual de eventos (religiosos, culturais e sociais)
Comidas típicas	Culinária típica, como bolo de puba, torta de feijão, jerimum	Comunidade	Locais públicos, Comunidade em geral	Festival gastronômico e cursos de capacitação para produção turística. Patente de pratos.
Produção artística	Peças de artesanato	Artesãos	Residência, eventos, locais em geral	Patente de produtos

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo conclui que, as potencialidades turísticas da comunidade quilombola Cocalinho – Tocantins se apresentam de maneira incipiente e com organização comunitária, estando evidenciadas as possibilidades de desenvolvimento do turismo cultural, turismo de experiência, religioso, de eventos, dentre outros segmentos.

É válido ressaltar, o envolvimento da comunidade em ações de empoderamento e construção da identidade, proporcionando resultados satisfatórios no crescimento da comunidade, inclusive perante o governo, entidades públicas e privadas, além de outras comunidades que ainda não se fortaleceram por algum motivo.

Infelizmente, a comunidade apresenta baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), e com isso, a comunidade também enfrenta a problemática financeira no seu território de entorno, corroborando com isso, a importância do fortalecimento de uma atividade econômica e geradora de divisas, como o turismo para a região.

Contudo, a atividade turística para se apresentar como uma boa proposta deve ser pensada, planejada e realizada com a premissa sustentável, onde o meio ambiente, o meio social e o meio econômico estejam em consonância e contemplados pelas ações, tanto de implementação, como de aplicação e continuidade.

Como proposição e sugestão, o presente trabalho apresenta no quadro 01, de forma sistemática, alguns apontamentos e ações que possam ser implementadas pela comunidade, a partir dos indícios encontrados nesta pesquisa.

É importante ratificar que a comunidade deve estar a frente de todo o processo, e que as decisões devem ser tomadas de forma democrática e para o bem de todos.

Como sugestão, a comunidade pode instituir parcerias entre os quilombos do Tocantins e elaborar um roteiro turístico entre eles, abordando suas diferentes culturas e expressões, além de interligar outros segmentos da sociedade.

Além das ações em sociedade, é salutar prever demais ações de acompanhamento, fiscalização e *feedback*, propiciando assim, maiores chances de sucesso e retorno positivo das atividades.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Margarita. **Cultura e turismo**. Papyrus Editora, 2007.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

BRASIL. Decreto nº 6.040 de 07/02/2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais – PNPCT**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 8 maio 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2006. Acesso em: 11 mar. 2020.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues de. **Fundamentos do turismo: conceito, normas e definições**. [S.l.]: Alínea, 2002.

LIMA FILHO, Júlio Oliveira; CARDOSO, Leticia Conceição Martins; PACHECO, Lúcia Maria. Dança do Lindô: Uma tradição transmitida do leste para o sul do Maranhão. *In: Anais do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, Maceió, AL, 15 a 17 de junho 2011.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs)**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/quadro-geral-por-estado-ate-27-11-2014.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

GRÜNEWALD, R. de A. **A Reserva da Jaqueira: etnodesenvolvimento e turismo**. *In*: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (orgs.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2002.

LEITE, Andressa Ferreira Ramalho; LAMAS, Suellen Alice; DE MENDONÇA NÓBREGA, Wilker Ricardo. Sistemas de gestão ambiental e competitividade: uma análise de múltiplos casos em meios de hospedagem de Natal–RN. **Turismo-Visão e Ação**, v. 21, n. 1, p. 65, 2019.

SUDRÉ, Stephanni Gabriella Silva. **O turismo no Rio Paraguai em Cáceres, Pantanal Mato-Grossense, Brasil**. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado de Mato Grosso.

TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS: OPORTUNIDADES DE SUSTENTABILIDADE

Simone Mamede¹²

Maristela Benites²

Lyon Cardoso de Sousa³

1. INTRODUÇÃO

Há anos o Brasil vem sofrendo com a perda de significativas áreas naturais e sua biodiversidade, seja pelo desmatamento desenfreado para substituição da vegetação nativa por pastagens e monoculturas agrícolas, seja pelos grandes incêndios ocorrentes durante o período de estiagem, dentre outras ameaças. A luta pela criação de Unidades de Conservação (UCs) com vistas à conservação da biodiversidade, da paisagem, à manutenção de espaços para turismo e lazer são abordados por autores como Pádua (1987), Diegues (1996), Drummond (1997), Rodrigues e Abrucio (2020), que analisam as áreas protegidas como possibilidades de proteção da biodiversidade, da cultura, dos saberes locais e como formas de desenvolvimento socioambiental e econômico.

Além de cumprirem o objetivo de conservação dos ambientes naturais, as unidades de conservação (UCs) brasileiras se constituem de importantes espaços para o desenvolvimento do ecoturismo e de outros segmentos turísticos como o de experiência e de interação com a natureza e a cultura local. Ao transformar o sentido da visitação de “contato” com a natureza para o de “interação” do visitante com os ambientes naturais e sociais, proporcionados pelas unidades de conservação, cresce de importância a abordagem sobre o caráter relacional e as oportunidades de sustentabilidade encerradas no conceito de áreas protegidas.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, lei 9985/2000, o Brasil contempla dois grupos de UCs, cuja classificação está relacionada aos seus objetivos de manejo e formas de uso, a saber: Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

¹² Pesquisadora em Ecoturismo e Educadora Ambiental. Instituto Mamede de Pesquisa Ambiental e Ecoturismo (IMPAAE). Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: simone.mamede1@gmail.com.

²Educadora ambiental e Pesquisadora em ornitologia e ecoturismo. Instituto Mamede de Pesquisa Ambiental e Ecoturismo. Doutoranda em Ensino de Ciências. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul-UFMS.

³Inspetor de recursos naturais. Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, UESPI - licenciado em ciências biológicas. e-mail: lyoncardoso@gmail.com.

As Unidades de Conservação de Proteção Integral têm como objetivo principal a proteção da natureza sob menor influência humana direta. Nessas UCs são admitidas ações de uso indireto dos bens naturais, vedados o consumo ou a coleta de materiais e qualquer outro tipo de prática que ofereça danos ou ameaças à biodiversidade local. Nesse grupo de UCs pode-se desenvolver atividades como: pesquisa científica, educação ambiental, recreação e lazer em contato com a natureza, ecoturismo, entre outras atividades sugeridas como mais harmoniosas com os ambientes naturais, detendo-se, naturalmente, às diretrizes do plano de manejo de cada unidade.

As unidades de conservação de uso sustentável, por sua vez, têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável da biodiversidade, conciliando a presença humana com determinadas práticas produtivas e a proteção socioambiental. Para as Unidades de Conservação de Uso Sustentável são permitidos a coleta e o uso dos bens naturais, desde que manejadas de forma a garantir a manutenção e reposição dos bens ambientais renováveis e a estabilidade dos processos ecológicos, e sempre respeitando o plano de uso ou de manejo.

Ao todo somam-se 12 categorias de Unidades de Conservação no Brasil previstas no SNUC, das quais cinco são de Proteção Integral e sete de Uso Sustentável (Tabela 1).

Tabela 1 – Grupos de Unidades de conservação brasileiras e suas respectivas categorias de manejo

Unidades de Conservação		
	Proteção Integral	Uso Sustentável
Categorias de manejo	Estação Ecológica (ESEC)	Área de Proteção Ambiental (APA)
	Reserva Biológica (REBIO)	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)
	Parque Nacional, Estadual ou Municipal	Floresta Nacional (FLONA)
	Monumento Natural (MN)	Reserva Extrativista (RESEX)
	Refúgio de Vida Silvestre (REVIS)	Reserva de Fauna (REFAU)
		Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)
		Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

Fonte: SNUC, 2000 (Adaptado pelos autores)

Quanto à visitação pública, em todas são permitidas ações de educação ambiental, mas nem todas autorizam a visitação com finalidade exclusivamente turística. Exemplos disso são

as Unidades de Conservação do tipo Estação Ecológica (ESEC) e Reserva Biológica (REBIO) que são abertas exclusivamente para finalidade científica e de educação ambiental demandando apresentação prévia de projetos ao órgão gestor da unidade e sua respectiva aprovação. As demais unidades tanto de Proteção Integral como de Uso Sustentável permitem a visitação, sendo uma oportunidade para vivências com a natureza, convívio com a biodiversidade de diversos biomas brasileiros, além da aproximação e conhecimento sobre a rica cultura das comunidades moradoras ou de entornos dessas áreas protegidas.

O estado do Tocantins se destaca por congrega ricas áreas naturais protegidas com significativa sociobiodiversidade. A região é privilegiada por ser contemplado pelo bioma Cerrado que possui um grande mosaico de paisagens com predomínio de diferentes fitofisionomias, além do bioma Amazônico, reconhecido como uma das grandes regiões naturais do planeta, rico em diversidade biológica. Tocantins abriga zonas de transição ecológica entre os biomas Cerrado-Amazônia (oeste) e Cerrado-Caatinga (leste), reconhecidas como ecótonos. Tais áreas ecotonais fazem de Tocantins um dos estados mais interessantes para observação de vida silvestre e, portanto, para o ecoturismo no Brasil.

Tocantins possui em seu território diversas áreas protegidas sob a forma de unidades de conservação, as quais cumprem o papel não só de conservar os ambientes naturais, mas também de aproximar pessoas à natureza através do uso público, do turismo e da educação ambiental. Este trabalho tem como objetivo apresentar oportunidades e alternativas sustentáveis por meio do turismo em unidades de conservação no estado do Tocantins.

2. DESENVOLVIMENTO

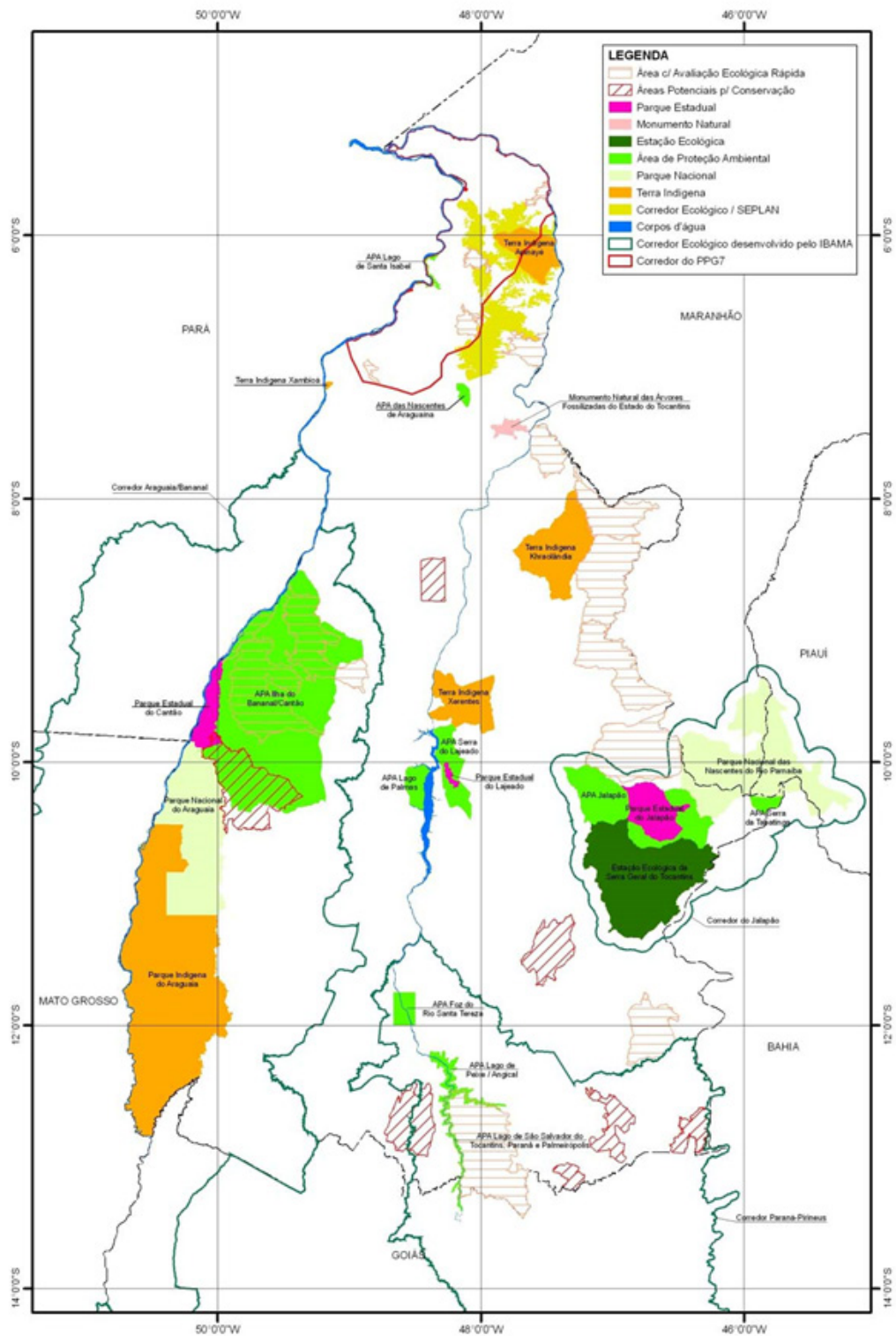
2.1. O POTENCIAL TURÍSTICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO TOCANTINS

A diversidade biológica presente nas unidades de conservação do Tocantins faz com que naturalmente essas áreas sejam potenciais para a prática do turismo, sendo os bens naturais presentes nessas unidades os principais atrativos turísticos.

Tocantins possui oficialmente 32 Unidades de Conservação, sendo 9 de Proteção Integral e 23 de Uso Sustentável. Dentre as UCs de Proteção Integral no Tocantins estão as categorias Parque e Estação Ecológica (ESEC). Já entre as UCs de Uso sustentável estão as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Reserva Extrativista (RESEX) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) (Figura 1). Em todas as UCs onde é permitida visitação pública, ou seja, à exceção da ESEC, há oportunidade para o desenvolvimento do turismo. Além das unidades de conservação, o estado do Tocantins contempla em seu território Terras Indígenas (TIs) com rica cultura dos povos originários e significativa beleza natural, como as TIs Xerente, Krahô Itacajá, Apinajé e Parque Indígena do Araguaia. Esses locais possuem significativo potencial para o etnoturismo, no entanto, o turismo em territórios indígenas não será aqui abordado por entender que tal assunto merece um trabalho específico que reflita o protagonismo e a autonomia dos povos indígenas (CORBARI *et al.*, 2017). Portanto, o trabalho ora apresentado tratará es-

pecificamente das unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável no estado do Tocantins.

Figura 1 - Unidades de Conservação do estado do Tocantins.



Fonte: SEPLAN-TO, 2006.

Das cinco categorias de unidades de conservação de Proteção Integral no Brasil, o estado do Tocantins contempla oficialmente três delas, sendo as quais: Parque, Estação Ecológica e Monumento Natural. Das nove UCs de Proteção Integral existentes no estado, seis são da categoria Parques (Nacional, Estadual e Municipal), uma é Estação Ecológica e duas são Monumentos Naturais (Figura 2).

Entre os parques estão aqueles sob gestão estadual: Parque Estadual do Cantão, Parque Estadual do Jalapão e o Parque Estadual do Lajeado; os federais: Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e Parque Nacional do Araguaia; e um municipal: Parque Natural Municipal de Palmeirópolis.

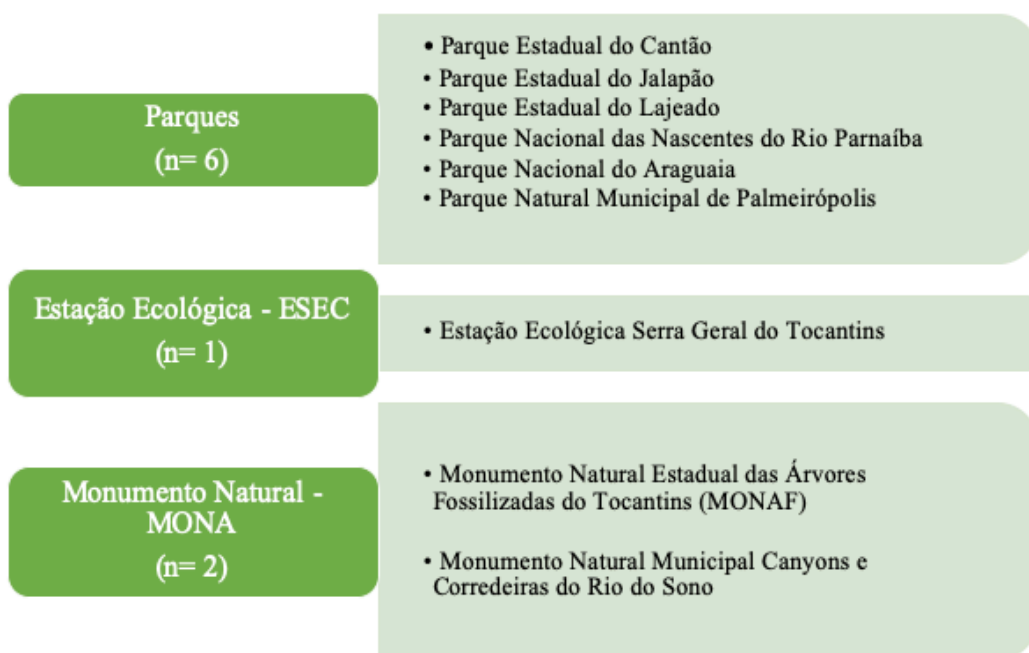
De todos os parques estaduais, o do Jalapão, apesar de ter o acesso mais difícil, distante aproximadamente 300 quilômetros da capital Palmas (cerca de 155 km desprovidos de pavimentação asfáltica), é o que possui a maior taxa de visitantes/ano. Em 2016, o Parque Estadual do Lajeado (distante 32 km de Palmas) teve visitação de 177 pessoas, o Parque Estadual do Cantão (distante 262 km de Palmas) obteve mais de 600 visitantes e o Parque Estadual do Jalapão teve 14.493 visitantes. Isso possivelmente se deve não só à beleza paisagística do Cerrado, serras e dunas da região do Jalapão, mas também às possibilidades de práticas de lazer nas propriedades de entorno da localidade como os banhos nas águas cristalinas dos fervedouros, o passeio em trilhas e os banhos de cachoeiras, além de estratégias de marketing.

Algumas acepções podem ser feitas a partir desse panorama. Em primeiro lugar é que as paisagens e os ambientes naturais possuem vocações próprias que ora atraem um contingente social maior, ora são de interesse a atividades específicas e em momentos também determinados. Isso demonstra a vocação e interesses múltiplos encerrados pelas unidades de conservação. Por outro lado, o caso Jalapão denota-se *sui generis*. Conforme apontam Costa *et al.* (2019), foi desenvolvido todo um aparato midiático a serviço de uma construção visual de um Jalapão idealizado. Pode-se dizer, portanto, que o Jalapão reúne singularidade e espetacularização da natureza. No entanto, o turismo em unidades de conservação pode transcender a relação comercial da interação com a natureza. E nessa realidade complexa e multidimensional estratégias podem ser desenvolvidas a fim de valorizar tais espaços culturais, históricos e naturais em processos sustentáveis de apropriação social da natureza.

Já os Parques do Cantão e do Lajeado, apesar de menor visitação, detêm outros valores distintivos. O Parque Estadual do Cantão apresenta uma visitação mais especializada em observação de vida silvestre, algo relevante vez que se localiza na região do ecótono entre Cerrado e Amazônia. No Parque Estadual do Lajeado a visitação está vinculada a fins pedagógicos, recebendo visitantes majoritariamente universitários e estudantes do ensino básico que visitam o parque para atividades de campo, vivências e estudo do meio envolvendo o conhecimento sobre a biodiversidade do Cerrado.

Informação relevante apresentada por Dutra (2016), é que a região do Parque do Jalapão, considerado uma das unidades de conservação mais visitadas do estado, ao reunir amostra de 792 turistas entrevistados em 2015 apontou que a maioria dos visitantes (99%) foram de origem nacional, de estados como Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, dentre outros menos expressivos, além de munícipes do próprio estado do Tocantins, e apenas 1% dos visitantes foi de origem internacional. Isso demonstra a perspectiva de oportunidades e estratégias de gestão regional integrada para o turismo.

Figura 2 - Unidades de Conservação de Proteção Integral do estado do Tocantins



Fonte: Elaborada pelos autores.

O Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba é compartilhado pelos territórios de quatro estados brasileiros: Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, abrangendo no Tocantins os municípios de Mateiros, São Félix do Tocantins e Lizarda. O parque tem entre seus objetivos, além da conservação da biodiversidade, o desenvolvimento de atividades de recreação e turismo ecológico. Tal parque contempla relevantes atrativos naturais para o ecoturismo como cachoeiras e alta biodiversidade.

Localizado no município de Filadélfia, o Monumento Natural Estadual das Árvores Fossilizadas (MONAF) foi criado em outubro de 2000 com o objetivo de preservar o sítio paleontológico e arqueológico constituído de fósseis de árvores do período Permiano da Era Paleozóica, que remonta entre 250 a 295 milhões de anos, de paisagem singular e de significativa beleza cênica.

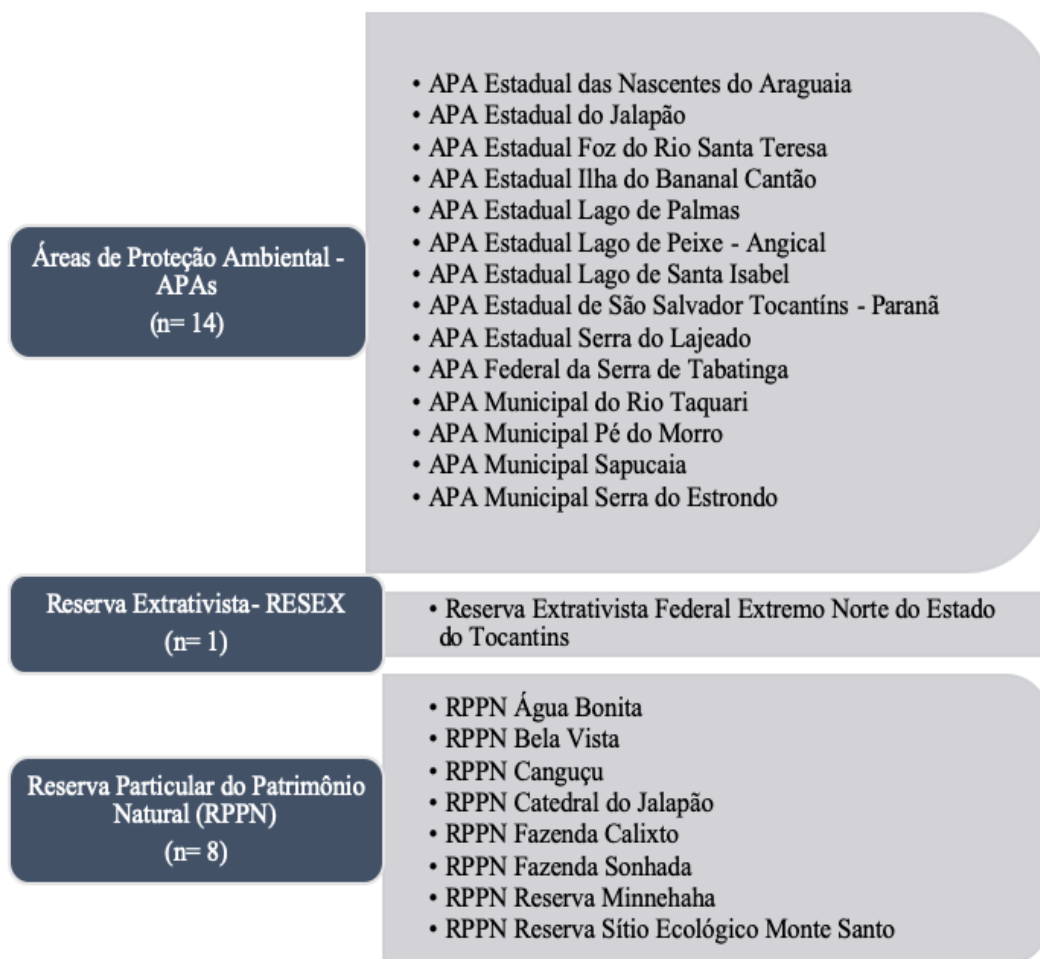
O Monumento leva esse nome devido à existência de sítios paleontológicos e arqueológicos presentes em seu território, como os fósseis de árvores como pteridófitas, esfenófitas, coníferas e cicadáceas. O MONAF abriga um dos maiores registros de flora fossilizada do mundo, sendo também conhecido como Parque das Árvores Petrificadas, cujos fósseis são chamados de pedras de pau pela população local (Plano de Manejo, 2005). Em 2019, o MONAF teve aproximadamente 1078 visitantes refletindo um aumento gradual em relação aos anos anteriores (2018: 644 visitantes; 2017: 921 visitantes; e 2016: 402 visitantes). Entre os atrativos estão: afloramentos de fósseis nas fazendas Buritirana, Andradina e Peba e Cachoeira do Jenipapo.

Entre as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o estado do Tocantins contempla 14 APAs, uma RESEX e oito RPPNs (Figura 3). Entre as APAs, estão as estaduais: Nascentes do Araguaia; do Jalapão; Foz do Rio Santa Teresa; Ilha do Bananal/Cantão; Lago de Palmas; Lago de Peixe/Angical; Lago de Santa Isabel; Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis; e Serra do Lajeado. Uma federal: Serra de Tabatinga; e as municipais: Rio Taquari; Pé do Morro; Sapucaia; e Serra do Estrondo.

O estado tem apenas uma Reserva Extrativista, a RESEX do Extremo Norte do Tocantins, criada através do decreto nº 535/1992 com uma área aproximada de 9.280 hectares. A RESEX do Extremo Norte do Tocantins foi criada e declarada de interesse social, para fins ecológicos.

As RPPNs são áreas muito representativas entre as UCs do Tocantins e segundo o SNUC/2020 as unidades desta categoria são de caráter privado, criadas por iniciativa do proprietário, dispensam a necessidade de desapropriação e permitem a proteção perpétua de uma área. O estado contempla oito RPPNs, sendo elas: Água Bonita, Bela Vista, Canguçu, Catedral do Jalapão, Fazenda Calixto, Fazenda Sonhada, Fazenda Minnehaha e Reserva Ecológica Monte Santo. Dessas, duas merecem destaque na área do turismo sustentável: a Canguçu e a Catedral do Jalapão que vêm conciliando a proteção ambiental ao usufruto dos ambientes naturais através do turismo em contato com a natureza.

Figura 3 - Unidades de Conservação de Uso Público do estado do Tocantins



Fonte: Elaborada pelos autores.

No centro-oeste do Tocantins, encontra-se a região da Ilha do Bananal/Cantão localizada na faixa de transição entre o Cerrado e Amazônia formando uma área ecotonal reconhecida como área de elevada biodiversidade referendado por um complexo de UCs que incluem o Parque Nacional do Araguaia (Sítio Ramsar), o Parque Estadual do Cantão, a Área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal/Cantão e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural Canguçu,

Bico do Javaés, Água Bonita e Sonhada, juntas integram o Corredor Ecológico Araguaia Bananal (PINHEIRO, 2019). Esse Corredor Ecológico constituído de Unidades de Conservação e suas áreas de influências são enormes potenciais para o Ecoturismo, Turismo de Científico, Turismo de Experiência, Turismo Cultural e principalmente Turismo de Observação de Vida Silvestre, destacando-se o Turismo de Observação de Aves – birdwatching.

Tocantins ainda compõe juntamente com os estados vizinhos Bahia, Piauí e Maranhão, o mosaico de unidades de conservação do Jalapão. Este mosaico congrega nove unidades de conservação, sendo elas: Parque Estadual do Jalapão, APA Estadual do Jalapão, Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba, ESEC Serra Geral do Tocantins, APA Serra da Tabatinga, RPPN Catedral do Jalapão, ESEC do Rio Preto, APA do Rio Preto e o Monumento Natural Municipal dos Canyons e Corredeiras do Rio do Sono. Este mosaico abriga um dos maiores remanescentes de Cerrado no Brasil. Além de contribuir no processo de gestão e proteção deste bioma, o Mosaico do Jalapão fortalece a conexão entre as áreas protegidas, integra o território, reconhecendo e valorizando a cultura das comunidades locais e tradicionais, consistindo de ferramenta importante para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Além das unidades de conservação, os mosaicos e corredores ecológicos existentes no território do TO, há novas unidades em processo de criação como o Monumento Natural da Serra da Natividade, Monumento Natural da Serra da Cangalha e dois parques estaduais: Águas do Paranã e Vale do Rio Corda.

2.2. PRÁTICAS TURÍSTICAS DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS E EM SUA ÁREA DE ENTORNO

Existem algumas práticas turísticas que estão muito associadas a ambientes naturais e a unidades de conservação, como é o caso de práticas relacionadas ao turismo de observação de vida silvestre, turismo de observação de aves, turismo científico, turismo pedagógico, ecoturismo, entre outros. De acordo com Lopes e Santos (2014), as unidades de conservação com seu potencial natural têm importante destaque paisagístico, que permite atrair visitantes com os mais diversos interesses contemplativos, seja em paisagens de forma geral, rios, cachoeiras e tantos outros relevantes atrativos naturais para o exercício de atividades turísticas.

Portanto, há um leque de oportunidades para as práticas turísticas nessas áreas, algumas das quais já vêm sendo desenvolvidas e muitas ainda necessitam de implementação. A contemplação de paisagens, fotografia de natureza, observação de vida silvestre, observação de aves, lazer, trekking, vivências e estudo do meio, cicloturismo, canoagem, camping e intercâmbio cultural com as comunidades locais são apenas algumas das inúmeras possibilidades de atividade de baixo impacto desenvolvidas nessas UCs e que estão para além da proteção e conservação da fauna e flora.

De acordo com Mamede *et al.* (2017) a maioria dos turistas em ambientes naturais estão em busca preferencialmente de paisagens e são motivados pela abundância de água, corredeiras e cachoeiras. A satisfação do turista a respeito das experiências com água é algo muito presente em áreas do mosaico de Unidades de Conservação do Jalapão com seus fervedouros para banho e áreas para a prática de rafting e canoagem como os rios do Sono, Soninho e Novo. A APA

Serra do Lajeado também se destaca com empreendimentos abertos à visitação para prática de trekking e banhos em cachoeiras na região de Taquaruçu.

No caso do turismo de observação de aves, todas as UCs tocantinenses podem ser reconhecidas como *hotspots/birdingspots* (áreas importantes para a observação de aves) para essa atividade, uma vez que apresentam indicadores suficientes para a definição da área como importante para a observação de aves previstos por Mamede e Benites (2020), tais como: diversidade de aves, heterogeneidade de paisagem, paisagismo funcional e biofílico, entre outros. Podemos afirmar que quatro grandes regiões de conglomerados de UCs no Tocantins são de extrema importância para observação da vida silvestre, assim como para o turismo de observação de aves, sendo elas, o Corredor de Biodiversidade Ilha do Bananal/Cantão, o conglomerado de unidades de conservação na região de Palmas, o Mosaico de unidades de conservação do Jalapão e a congregação das unidades de conservação da região do Bico do Papagaio. Das espécies atrativas para a observação de aves na região do Tocantins estão as raras e ameaçadas como o pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*), além de várias endêmicas (exclusivas) do Cerrado.

As visitas com perspectivas de práticas pedagógicas como o estudo do meio e vivências são comuns em Unidades de Conservação do Tocantins em especial no Parque Estadual do Lajeado e no MONAF. Tavares *et al.* (2020) apontam que o MONAF tem sido uma ferramenta importante para ações de Educação Ambiental e Patrimonial das instituições de ensino básico e superior da região. E Moreira e Maia (2020) reiteram que as visitas guiadas realizadas à floresta petrificada e as visitas às residências dos moradores do interior da UC representam ferramentas significativas para a integração com o entorno e a sensibilização ambiental.

Tanto no interior como no entorno dessas UCs é possível observar empreendimentos turísticos associados direta ou indiretamente às unidades de conservação, os quais complementam e enriquecem a experiência do visitante à região, como o Turismo de Base Comunitária. Isso é observado, por exemplo, na região do Jalapão com as Comunidades Quilombolas do Prata, Mumbuca e Comunidade Rio Novo que além da hospitalidade, culinária, manejam e desenvolvem artesanatos com o capim-dourado. Também vale ressaltar a comunidade Torrãozeira na região do Cantão com a iniciativa de Turismo de Base Comunitária associado ao Turismo de Observação de Aves e de Vida Silvestre.

A APA do Lajeado é outro exemplo que, além de atender os mais diversos perfis de turistas com foco em turismo contemplativo de paisagens, de arte rupestre, o turismo de aventura e o turismo arqueológico, a região também apresenta significativa produção de artesanatos desenvolvidos pela comunidade local, como a produção de sabonetes a partir de elementos naturais, embalagens elaboradas com palha de buriti e tantos outros produtos de valorização do Cerrado brasileiro. Esses arranjos produtivos locais complexos e sustentáveis são importantes para a integração das UCs junto às comunidades de entorno e para a construção de territórios sustentáveis.

2.3 PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE

O conceito de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade embora muito comuns no emprego, são profundos em significados. Enrique Leff pontua que para os territórios se tornarem sustentáveis uma nova racionalidade oposta à racionalidade dominante se faz necessária.

A racionalização da sustentabilidade abre a possibilidade de construir um novo paradigma produtivo, fundado nas potencialidades da natureza e na recuperação e enriquecimento do conhecimento que ao longo da história desenvolveram diferentes culturas sobre o uso sustentável de seus recursos ambientais. (LEFF, 2006, p. 408).

As unidades de conservação do Tocantins são importantes espaços de socialização, seja para a comunidade local como para turistas de diversas regiões do Brasil e do mundo que encontram nessas unidades o prazer de desfrutar das paisagens, do convívio com ambientes íntegros, das belezas naturais e práticas saudáveis com a natureza. Tais unidades congregam elementos que possuem grandes potenciais para ecoturismo integrados a outros modelos de turismo, seja no interior das unidades como no entorno, envolvendo aspectos ambientais e sociais.

As UCs permitem a construção e conectividade de arranjos produtivos locais complexos e sustentáveis no território onde elas estão inseridas. Essa integração entre sociedade e natureza, o reconhecimento do coexistir e do pertencimento são alguns dos fatores para a construção de territórios sustentáveis a partir das unidades de conservação, seus moradores, comunidades de entorno e seus visitantes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As unidades de conservação do estado do Tocantins são excelentes destinos para o turismo de interação com a natureza. O estado é constituído por inúmeras paisagens de beleza cênica envolvendo os biomas Cerrado, Amazônia e Caatinga, as suas redes de interações e a possibilidade de conhecimento da rica cultura das comunidades moradoras e de entorno dessas unidades. Assim, oportunizam investimentos nos vários segmentos do turismo, em especial o ecoturismo, o turismo de experiência, o turismo de base comunitária, dentre outros.

As áreas de uso público dessas unidades oferecem várias oportunidades aos turistas/visitantes que buscam integração com os ambientes naturais. Os momentos de integração podem ser proporcionados a partir práticas diversas como caminhadas, trekking, atividades contemplativas de diferentes paisagens, entre outros diversos meios e atrativos naturais que conduzem o visitante para o mundo das UCs.

Ressalta-se a importância da participação da comunidade local nos processos de implementação do turismo tanto dentro das unidades de conservação como no entorno, como uma forma de valorização do pertencimento ao lugar seja a partir de suas referências culturais com os valores locais seja com a experiência com esses ambientes de seu cotidiano, conciliando conhecimento popular, manejo da unidade e demanda turística.

As UCs se apresentam como a melhor estratégia da política ambiental brasileira de salvar a biodiversidade e reduzir a sua perda. No entanto, visitar áreas naturais, não pode se resumir a um objeto de consumo com valor meramente mercadológico. A exemplo de algumas práticas de *selfie tour*, onde o contato é instantâneo, a fruição igualmente passageira, a coleção de imagens muitas vezes é o principal objetivo, além da narrativa da felicidade eterna de corpos flutuantes. Por outro lado, o *selfie* também pode ser uma forma de guardar lembranças de uma ação educativa, da interação aprimorada com a natureza e com as comunidades. O resultado depende significativamente do turista e também da mediação que foi trabalhada durante a experiência turística.

As UCs permitem interação sistêmica com a natureza, da qual se depreendem vários questionamentos. Quais as implicações da existência de uma UC no território? Qual a sua relevância e funcionamento para o abrigo da rede hidrográfica e sua qualidade? Quais funções desempenhadas pelas UCs na produção e na segurança alimentar? O que elas representam para a economia e desenvolvimento das populações locais? Quais interações possíveis com a cultura local, os processos interculturais que devem ser respeitados? Para as águas do Cerrado, considerado “o berço das águas”, qual a relevância das mesmas? Quais as relações de pertencimento podem ser desenvolvidas a partir desses espaços? Quais arranjos produtivos locais complexos e sustentáveis podem ser estimulados e mobilizados? Tais indagações levam a refletir sobre a (re) apropriação social da natureza pelas comunidades ampliando pertencimento, gerando inclusão e participação democrática e a troca de saberes.

Em tempos de mudanças climáticas as UCs se revelam como verdadeiros bolsões vegetativos reguladores dos ciclos naturais que vão desde a regulação do clima até a produção alimentar e demais serviços ecossistêmicos, como o turismo, por elas desempenhados os quais muitas vezes são imperceptíveis pela sociedade e racionalidade dominante.

Ao mesmo tempo em que esses ambientes se apresentam em suas complexidades, também são frágeis e necessitam de proteção. Elas também representam o universo simbólico comum de muitas comunidades. É importante apreender as UCs como territórios dinâmicos e multifacetados e nessa perspectiva contribuir para territórios e turismo sustentáveis.

REFERÊNCIAS

CORBARI, Sandra Dalila; BAHLE, Miguel; SOUZA, Silvana do Rocio. **Legislação indigenista e perspectivas para o turismo em Terras Indígenas no Brasil**. Revista turismo em análise, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 53-70, 2017.

COSTA, Natiele Lopes; OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio; BARBOSA, Rafael Fialho. *Novela cartão-postal: imagens de ‘O outro lado do paraíso’ e o turismo no Jalapão*. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 24., 2019, Vitória. **Anais eletrônicos...** Vitória: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-1370-1.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro - os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF - Universidade Federal Fluminense, 1997.

DUTRA, Veruska Chemet. **Monitoramento de indicadores-chave do turismo sustentável em unidades de conservação: um estudo de caso no Parque Estadual do Jalapão-Tocantins**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

LOPES, Elfany Reis do Nascimento; SANTOS, Adriana Melo. Turismo e recursos naturais: o lugar das unidades de conservação no ecoturismo. **Nature and Conservation**, v. 7, n. 1, p. 48-60, 2014.

MAMEDE, Simone; BENITES, Maristela; SABINO, José; ALHO, Cleber. Ecoturismo na região turística Caminho dos Ipês: conexões entre identidade biofílica e usufruto dos serviços ecossistêmicos. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 10, n. 4, 2017.

MOREIRA, Lucas Lima; MAIA, Ana Carolina Resende. A educação ambiental no Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins. **Revista Sítio Novo**, v. 4, n. 1, p. 217-231, 2020.

RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; ABRUCIO, Fernando Luiz. Valores públicos e os desafios da responsabilização nas parcerias para o turismo em áreas protegidas: um ensaio teórico. **Turismo: Visão e Ação**, v. 22, n. 1, p. 67-86, 2020.

PINHEIRO, Renato Torres. Turismo de observação de aves nas Unidades de Conservação da região da Ilha do Bananal, Cantão (TO). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 12, n. 4, 2019.

TAVARES, Tatiane Marinho Vieira; ALENCAR, Marina de Alcântara; PACÍFICO-FILHO, Miguel. Monumento natural das árvores fossilizadas do Tocantins (MONAF): política pública ambiental e patrimonial. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 14, p. 225-244, 2020.

TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE AVES NO TOCANTINS: *HOTSPOTS*, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Maristela Benites¹³

Simone Mamede¹⁴

1. INTRODUÇÃO

1.1. AS AVES DO TOCANTINS E SEU POTENCIAL PARA O TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE AVES

O Brasil se destaca como o país de maior diversidade biológica do mundo (MYERS *et al.*, 2000; LEWINSOHN e PRADO, 2002), liderança tal que se estende aos grupos taxonômicos, ainda que as posições possam ligeiramente variar. No que se refere à diversidade de aves, estão anotadas 1.919 espécies até o momento, número que posiciona o Brasil em segundo lugar dentre os detentores de maior diversidade avifaunística: Colômbia, Brasil e Peru (PIACENTINI *et al.*, 2015).

Dados disponíveis em literatura científica (BRAZ, 2003; PACHECO, 2004; PACHECO e OLMOS, 2006; PINHEIRO e DORNAS, 2009; PACHECO e OLMOS, 2010; REGO *et al.*, 2011; DORNAS *et al.*, 2012; DORNAS e PASCOAL, 2019) somados aos registros da plataforma de ciência cidadã brasileira, Wiki Aves (<https://www.wikiaves.com.br/especies.php?t=e&e=TO>), apontam a ocorrência atual de 662 espécies no estado do Tocantins. Isto significa que o estado se aproxima da marca de 700 espécies, o que representa 1/3 da avifauna brasileira. A grandeza que se manifesta potencializa o Tocantins como um importante destino para o turismo de observação de aves na natureza (turismo *birdwatching* ou *birding*).

A expressiva riqueza avifaunística está relacionada à heterogeneidade de ambientes e fitofisionomias representativas dos diferentes domínios morfoclimáticos e fitogeográficos compreendidas no território tocantinense, com espécies tanto do bioma Cerrado, da Amazônia, da Caatinga, além das áreas de inundação que favorecem a ocorrência de espécies comuns (não endêmicas) ao bioma Pantanal (BRAZ, 2003; PACHECO, 2004; PACHECO e OLMOS, 2006;

13 Pesquisadora em ornitologia, ecoturismo e educadora ambiental do Instituto Mamede de Pesquisa Ambiental e Ecoturismo, doutoranda em Ensino de Ciências na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: maris.benites@gmail.com.

14 Pesquisadora em Biodiversidade e Ecoturismo. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Instituto Mamede de Pesquisa Ambiental e Ecoturismo. E-mail: simone.mamede@gmail.com.

PINHEIRO e DORNAS, 2009; PACHECO e OLMOS, 2010; REGO *et al.*, 2011; DORNAS *et al.*, 2012; DORNAS e PASCOAL, 2019). Embora com ocupação predominantemente de Cerrado, há zonas importantes de contato entre Cerrado e Amazônia, fator potencializador da riqueza avifaunística, não somente por congregar outro bioma, mas sobretudo porque a Amazônia detém maior número de espécies dentre os biomas brasileiros. Estudos também afirmam que a região ecotonal entre a Amazônia e o Cerrado, localizada no centro-norte do Tocantins, é altamente relevante do ponto de vista biogeográfico (PINHEIRO e DORNAS, 2009; DORNAS *et al.*, 2012), conseqüentemente, para o *birdwatching* (PINHEIRO, 2019), que é a observação de aves livres.

1.2. ESPÉCIES CONSIDERADAS ATRATIVAS AO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE AVES NO TOCANTINS

Há uma lista considerável de espécies atrativas ao turismo de observação de aves no Tocantins. Em geral, o grau de atratividade das espécies está relacionado à raridade, condicionada por fatores históricos e biogeográficos de distribuição e/ou por razões de ameaça antrópica às reduzidas populações. Alguns perfis de observadores, no entanto, podem se interessar por grupos específicos de aves e espécies com plumagem colorida, por exemplo, também costumam exercer fascínio sobre os observadores. Espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção representam verdadeiros desafios e motivação aos observadores de aves, especialmente fotógrafos, os quais se dispõem a encontrar raridades. Quando se trata de espécies ameaçadas de extinção o valor da raridade é altamente considerado na decisão sobre os locais e espécies a serem procurados pelos *birders*, necessitando, portanto, de estratégias de manejo dos ambientes que ponderem nível de perturbação aceitável com a escala de oportunidade.

Tocantins é o estado que pode proporcionar muitos *lifers* aos observadores de aves. O termo *lifer* é usado pela comunidade de observadores para designar a primeira vez que uma pessoa observa e reconhece uma espécie de ave (STRAUBE *et al.*, 2010) e desfruta desse momento. Entre os *birders*, como são chamados os observadores, existe a *life list* que são as listas individuais construídas ao longa da vida, as quais são robustecidas pela oportunidade turística.

Desta forma, lugares exclusivos e sua biodiversidade estimulam os observadores a se deslocarem para determinadas regiões do país ou do mundo em busca de espécies particulares que permitem o momento do encontro, do *lifer* que é o momento mais esperado por muitos turistas observadores de aves mundo afora. Em outros termos, aves movimentam pessoas e estas o turismo.

Tocantins é um estado que permite o encontro com muitas espécies do Cerrado, da Amazônia e algumas da Caatinga, sugerindo excelentes roteiros para o *birdwatching*. Neste contexto, poderíamos até mesmo listar várias espécies consideradas atrativas, no entanto, esse exercício exigiria mergulhar no universo subjetivo dos *lifers*.

Ainda assim, vale destacar algumas espécies de valor especial à observação e conservação de aves no estado, como: pica-pau-da-taboca (*Celeus obrieni*), espécie ameaçada de extinção e bioindicadora ambiental, sua presença no hábitat é sinal de existência de várias outras espécies; gavião-real (*Harpia harpija*) e uiraçu (*Morphnus guianensis*), ambas são espécies ameaçadas de extinção e predadoras de topo de cadeia, contribuindo na regulação de populações de várias

espécies de mamíferos, aves e répteis; inhambu-carapé (*Taoniscus nanus*), espécie endêmica (exclusiva) do Cerrado e ameaçada de extinção; chororó-de-goiás (*Cercomacra ferdinandi*), espécie florestal endêmica do Cerrado, região do Vale do Araguaia e ameaçada de extinção; jacu-de-barriga-castanha (*Penelope ochrogaster*), espécie endêmica do Cerrado e ameaçada de extinção; mineirinho (*Charitospiza eucosma*) e campainha-azul (*Porphyrospiza caerulescens*), ambos endêmicos do Cerrado e globalmente quase ameaçados de extinção; joão-do-araguaia (*Synallaxis simoni*) e cardeal-do-araguaia (*Paroaria baeri*), endêmicos do Cerrado, região do Vale do Araguaia; pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*), considerado embaixador das águas brasileiras e criticamente ameaçado de extinção em âmbito global; além de várias outras espécies que fazem do estado do Tocantins um destino altamente relevante para a observação de aves. A valorização das espécies por meio do turismo de observação de aves pode ser uma maneira de contribuir para a conservação de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção. Algumas espécies de interesse ao turismo de observação de aves no estado podem ser conferidas na Figura 1.

Figura 1 - Registros fotográficos de algumas espécies de interesse para o turismo de observação de aves - *birdwatching* no Tocantins



Fonte: Elaborado pelas autoras. Créditos das fotos: Simone Mamede, 2019-2020.

Nota: 1) pica-pau-da-taboca (*Celeus obrieni*); 2) campainha-azul (*Porphyrospiza caerulescens*); 3) chororó-de-goiás (*Cercomacra ferdinandi*); 4) tangará-príncipe (*Chiroxiphia pareola*); 5) pato-corredor (*Neochen jubata*); 6) mineirinho (*Charitospiza eucosma*); 7) jacu-de-barriga-castanha (*Penelope ochrogaster*); 8) ferreirinho-da-capoeira (*Poecilatriccus sylvia*); 9) rapazinho-carijó (*Bucco tamatia*).

Apenas como referência, visto que os números são dinâmicos em função dos registros submetidos pelos observadores, é possível verificar quais são, no momento, as 15 espécies mais registradas no Wiki Aves para o estado do Tocantins (Tabela 1).

Tabela 1 - Classificação das espécies de aves mais registradas para o Tocantins, em ordem decrescente, no Wiki Aves

Nome popular	Nome científico	Número de registros
arara-canindé	<i>Ara ararauna</i>	314
cigana	<i>Opisthocomus hoazin</i>	285
pica-pau-da-taboca	<i>Celeus obrieni</i>	261
chora-chuva-preto	<i>Monasa nigrifrons</i>	258
pica-pau-ocráceo	<i>Celeus ochraceus</i>	252
pato-corredor	<i>Neochen jubata</i>	243
pipira-vermelha	<i>Ramphocelus carbo</i>	236
batuíra-de-esporão	<i>Vanellus cayanus</i>	200
ariramba	<i>Galbula ruficauda</i>	200
papa-formiga-pardo	<i>Formicivora grisea</i>	198
choca-d'água	<i>Sakesphorus luctuosus</i>	198
uirapuru-laranja	<i>Pipra fasciicauda</i>	195
xexéu	<i>Cacicus cela</i>	194
curica	<i>Amazona amazonica</i>	191
chororó-de-goiás	<i>Cercomacra ferdinandi</i>	190

Fonte: Wiki Aves, 2020.

Observa-se que há uma mescla entre espécies abundantes localmente, migratórias e ameaçadas de extinção. Isto significa que espécies com localização restrita, raras e ameaçadas de extinção em associação às oportunidades para registro de espécies comuns e carismáticas compõem o conjunto de espécies mais registradas no estado. Vale destacar que a arara-canindé (*Ara ararauna*), a mais registrada, é uma espécie abundante em Tocantins e se constitui na ave-símbolo do estado.

1.3. CONTRIBUIÇÃO DAS PLATAFORMAS DE CIÊNCIA CIDADÃ PARA O CONHECIMENTO DA AVIFAUNA DO TOCANTINS E INCENTIVO AO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE AVES

As plataformas de ciência cidadã que consistem de acervos remotos de informações produzidas por cidadãos de várias partes do mundo com referência ao registro de espécies impulsionaram, indubitavelmente, o turismo de observação de aves no Brasil e no mundo (por exemplo, Wiki Aves, eBird, Biofaces, Táceus). No Brasil, o Wiki Aves, plataforma virtual brasileira, inovou totalmente a forma de produzir e disponibilizar informações de maneira coletiva e inte-

rativa a respeito das aves brasileiras, o que contribuiu decisivamente na formação de verdadeira comunidade de observadores de aves e impulsionou o turismo *birdwatching*.

Em termos práticos, esses portais funcionam como catálogos virtuais para os observadores, com os quais compartilham registros das passarinhadas (saídas para observação de aves), consultam novidades sobre ocorrência das espécies, acessibilidade e atratividade dos locais visitados por outros observadores. A dinâmica de uso múltiplo dessas plataformas gera uma rede autopromotora de destinos e estimuladora de novos observadores. Assim, os álbuns e listas criados pelos usuários funcionam como chamarizes aos mais variados locais e destinos *birding* acessados por meio do turismo.

Portais como Wiki Aves, Táceus e Biofaces são de origem nacional e se constituem de plataformas abertas e colaborativas de ciência cidadã, as quais têm revolucionado o interesse pela ciência e pela diversidade biológica do Brasil. Dificilmente um/a observador/a de aves não está cadastrado/a em alguma, senão todas, as plataformas de ciência cidadã ora mencionadas. Assim, as plataformas de ciência cidadã envolvem e estimulam a participação ativa de cidadãos e podem trazer benefícios multilaterais para fins de ciência, conservação, sustentabilidade e inegavelmente ao turismo (MAMEDE *et al.*, 2017). As listas de espécies (*check lists*), fotografias e sons materializam a fruição e a experiência de muitos observadores de aves no mundo.

Segundo dados disponíveis no portal Wiki Aves, principal plataforma feita para e com observadores de aves no Brasil, estão listadas 650 espécies de aves para o estado do Tocantins, totalizando 34.287 registros, dos quais, 32.253 registros são fotos e o restante consiste de registros sonoros. Apesar da alta riqueza de espécies, há somente 170 usuários cadastrados no estado, número bastante inexpressivo se comparado ao estado de São Paulo com 10.211 usuários paulistas. Acrescente-se que muitos desses usuários nunca publicaram nenhum registro e outros aparentemente se mudaram do Tocantins. O estado ocupa uma das últimas posições quanto ao número de usuários cadastrados (23º colocado dos 27 estados brasileiros), entretanto encontra-se na 15ª colocação em número de espécies registradas. Esse panorama retrata a alta diversidade de espécies, a presença de turistas *birders* pela região do Tocantins, ao mesmo tempo que indica a necessidade de popularizar a cultura da observação de aves no estado, haja vista o baixo número de observadores locais cadastrados na principal plataforma de observação de aves brasileiras. Além disso, é necessário sensibilizar a cadeia produtiva do turismo para que inclua o turismo de observação de aves em suas pautas prioritárias.

1.4. OS *HOTSPOTS* DE OBSERVAÇÃO DE AVES DO TOCANTINS E DESAFIOS

O estado é constituído de sete regiões turísticas, a saber: Bico do Papagaio; Encantos do Jalapão; Ilha do Bananal; Lagos e Praias do Cantão; Serras e Lago; Serras Gerais; e Vale dos Grandes Rios. Todas essas regiões apresentam grande potencial para o turismo de observação de aves, uma vez que contemplam em seu território inúmeras unidades de paisagem e várias unidades de conservação que possibilitam a presença tanto de espécies residentes quanto migratórias.

Tomando como referência a plataforma eBird que classifica os locais visitados pelo maior número de espécies registradas, destacam-se: a RPPN Canguçu (Centro de Pesquisa), Parque

Estadual do Cantão, Pousada Praia Alta, RPPN Catedral do Jalapão, Pratinha-Palmas, Cachoeira da Roncadeira, entre outros. O eBird sugere 32 áreas importantes (*hotspots*) para a observação de aves no estado. Destas, 12 apresentam listas com mais de 100 espécies de aves. Ressalta-se que isto não significa baixa riqueza de espécies em outros potenciais *hotspots* distribuídos no estado, mas que poucos observadores visitaram e/ou submeteram listas à plataforma de ciência cidadã eBird. Esses *hotspots* estão distribuídos nas regiões turísticas: Lagos e Praias do Cantão, Ilha do Bananal, Serras e Lago, Encantos do Jalapão, Serras Gerais e Vale dos Grandes Rios. A região do Bico do Papagaio é a única que ainda não possui *hotspots* qualificados com mais de 100 espécies.

Dos 12 *hotspots* analisados, 7 (58,3%) localizam-se em territórios de unidade de conservação, compreendendo duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), dois Parques Estaduais e duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Isso demonstra a importância das áreas protegidas não apenas para a proteção dos ambientes naturais e sua biodiversidade, mas também para a prática do turismo de observação de aves, uma vez que abrigam o principal elemento de contemplação da prática de *birdwatching*, as aves (Tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição de *hotspots* nas regiões turísticas do Tocantins, segundo ordem decrescente no número de espécies registradas na plataforma virtual eBird, 2020.

<i>Hotspot</i>	Presença em UC	Região turística
RPPN Canguçu (381 espécies)	Sim	Lagos e Praias do Cantão
Pousada Praia Alta (327 espécies)	Não	Ilha do Bananal
Parque Estadual do Cantão (300 espécies)	Sim	Lagos e Praias do Cantão
Pratinha - Palmas (255 espécies)	Não	Serras e Lago
Cachoeira da Roncadeira/APA Serra do Lajeado (196 espécies)	Sim	Serras e Lago
RPPN Catedral do Jalapão (154 espécies)	Sim	Encantos do Jalapão
Fazenda Ecológica/APA Serra do Lajeado (143 espécies)	Sim	Serras e Lago
Serra da Contenda/Serra da Traíra (133 espécies)	Não	Serras Gerais
Parque Estadual do Lajeado (131 espécies)	Sim	Serras e Lago
Parque Cesamar (100 espécies)	Não	Serras e Lago
APA Serra do Estrondo (100 espécies)	Sim	Serras e Lago
Matas de Palmeiras do Tocantins (172 espécies)	Não	Vale dos Grandes Rios

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme verificado por Mamede e Benites (2020), os observadores de aves preferem áreas naturais com baixa interferência humana para suas passarinhadas ou as que apresentam algum grau de complexidade ecológica, pois devem possuir maior riqueza de espécies, redundando em maiores chances de avistamento.

Além desses locais identificados no eBird como *hotspots*, outras áreas podem ser prospectadas e identificadas como *hotspots/birdingspots*. Mamede e Benites (2020) propõem alguns indicadores socioambientais para a determinação de *hotspots*, tais como: riqueza de espécies de

aves, heterogeneidade de paisagem, paisagismo funcional e biofílico, segurança do local e do visitante, grau de antropização, uso por observadores de aves, tipo de acesso, se é área verde ou unidade de conservação, entre outros. Com base nessa análise destacam-se, além dos *hotspots* já registrados no eBird, outros locais que são unidades de conservação como: Parque Estadual do Jalapão, APA Ilha do Bananal/Cantão, APA do Lago de Palmas, APA de São Salvador, além de outras UCs presentes no território do Tocantins que contemplam tais indicadores e abrigam alta diversidade de aves.

O fato de não haver *hotspots* identificados pelo eBird na região do Bico do Papagaio está relacionado à ausência de listas registradas pelos observadores, o que denota baixa visitação nessa importante região de contato com a biota amazônica. De acordo com Pinheiro (2019), o corredor ecológico Araguaia-Bananal abriga espécies ameaçadas de extinção, endêmicas da Amazônia e do Cerrado, além de espécies migratórias que fazem da região um importante destino para o turismo de observação de aves e um dos principais do Brasil. Depreende-se portanto, que todas as regiões turísticas do Tocantins dispõem de *hotspots* para a observação de aves, os quais oportunizam diversos roteiros turísticos para essa prática naturalista.

Os *hotspots* são dinâmicos e os que não estão protegidos sob a forma de Unidades de Conservação são os mais ameaçados, uma vez que estão sujeitos a desmatamentos e outras ameaças antrópicas, comprometendo a prática do turismo de observação de aves nestes locais.

A criação de novas unidades de conservação, a manutenção e proteção dos corredores ecológicos e mosaicos de unidades de conservação são medidas fundamentais para manter ambientes viáveis para as populações de aves e conseqüentemente à prática da observação. Outra estratégia viável a considerar é a conservação de remanescentes do entorno das estradas e a criação de Estradas-parque que assegurem a efetiva conservação dessas áreas de alta biodiversidade e conseqüentemente estratégicas para o turismo de observação de aves.

Como atribuir caráter perpétuo aos *hotspots* de observação de aves, que sejam ao mesmo tempo funcionais e estratégicos no contexto socioambiental? Algumas das medidas seriam assegurar proteção dos ambientes naturais enquanto UCs, sensibilizar os proprietários, em casos de áreas privadas, concomitantemente à sensibilização e engajamento comunitário, criação de políticas públicas, além de pesquisas científicas subsidiárias. Constata-se que os *hotspots* para observação de aves são dinâmicos e, por vezes, instáveis e dados a vulnerabilidades, principalmente os que não estão protegidos, seja na forma de unidade de conservação ou sob algum outro regime de manejo protetivo determinado pelo proprietário (MAMEDE e BENITES, 2020). Por isso, demandam atenção especial voltada a sua proteção para não perderem a condição de *hotspot*.

1.5. TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE AVES: UMA MODALIDADE TURÍSTICA DEPENDENTE DE AMBIENTES NATURAIS CONSERVADOS

Diferente de outros modelos de turismo, o de observação de vida silvestre, no qual se inclui a observação de aves, está intrinsecamente associado à qualidade ambiental. Em outras palavras, a perda de ambientes naturais íntegros inviabiliza o turismo de observação de aves e

todas as oportunidades socioeconômicas prospectadas pelo ecoturismo. Há exemplos bastante didáticos no Tocantins que podem ilustrar essa afirmação.

O pica-pau-da-taboca (*Celeus obrieni*) é uma espécie muito simbólica para o estado e para a observação de aves. Permaneceu 80 anos desaparecido após sua descrição e novos registros surgiram no Tocantins em 2006. Essa espécie é um dos principais *lifers* desejados pelos amantes da observação e fotografia de aves. No portal Wiki Aves é uma das principais espécies registradas (261 registros), superada apenas pela arara-canindé (*Ara ararauna*, 314 registros) e cigana (*Opisthocomus hoazin*, 285 registros). Ocorre, no entanto, que o pica-pau-da-taboca é altamente exigente ao tipo de hábitat e está presente em matas de galeria associadas a cerradões e florestas ombrófilas mistas entremeadas a densos e extensos tabocais (DORNAS *et al.*, 2012). A taboca, uma espécie de bambu, nem sempre é tolerada pelos proprietários rurais e os ambientes florestais que contornam os tabocais são da maior relevância para a manutenção das populações dessa ave. Resumidamente, a história natural e evolutiva do pica-pau-da-taboca descreve que a ave se refugia no interior dos ambientes florestais e a dieta se restringe a poucas espécies de formigas presentes na taboca, o que faz dessa ave globalmente ameaçada de extinção. Dessa forma, não basta manter apenas a mata e excluir os tabocais, tampouco eliminar a mata e conservar somente os tabocais. A combinação para conservação dessa ave é obrigatoriamente tabocal com vegetação florestal associada (PINHEIRO *et al.*, 2012).

Outro exemplo é o chororó-de-goiás (*Cercomacra ferdinandi*), pequena ave dependente de sub-bosque bem estruturado em matas ripárias, nas quais o bambu também se faz presente (PINHEIRO *et al.*, 2012). No ambiente natural florestal, sub-bosque é a camada mais próxima ao solo sombreado pela copa das árvores. O pica-pau-da-taboca e o chororó-de-goiás, duas das espécies mais procuradas por observadores no Tocantins, são exemplos práticos do que acontece quando se pretende formatar um roteiro de observação de aves e inserir o produto no mercado. Exigem-se responsabilidade e confiabilidade nessa construção, visto que o turista ao se dispor à experiência espera ser atendido em suas expectativas, ou se não o forem que não seja por falta de planejamento, mas por condições naturais próprias da observação de vida silvestre. Nesse sentido, o desmatamento, as queimadas e a destruição de hábitats essenciais à presença de várias espécies particulares comprometem sobremaneira a formatação de roteiros e sua comercialização para o *birdwatching*.

Muitas queimadas que se convertem em verdadeiros incêndios, assim como a intensificação dos desmatamentos, têm tornado escassas as populações de muitas espécies silvestres e acelerado os processos de extinção local. Vários estudos têm alertado para a perda e conversão de hábitats no Tocantins e seu impacto na riqueza de aves e na biodiversidade em geral presentes no estado (PACHECO e OLMOS, 2006; PACHECO e OLMOS, 2010; DORNAS *et al.*, 2012; PINHEIRO *et al.*, 2012). Se por um lado as ameaças antrópicas empobrecem a vida no planeta e desorganizam a rede de interações complexas que sustenta a biodiversidade, por outro, significa a ruína para o turismo de observação de vida silvestre e para os serviços ecossistêmicos em geral.

O Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil (MapBiomias), por meio de análise de imagens de satélite, apresenta uma compilação histórica sobre o uso do solo desde 1985 até o ano mais recente, no caso 2019 (MapBiomias, 2020). Os dados demonstram que Tocantins perdeu 47,8% de sua cobertura vegetal nativa desde 1985 e a agricultura que ainda não havia se desenvolvido aumentou significativamente, assim como as pastagens exóticas que continuamente expandem suas áreas (Tabela 3).

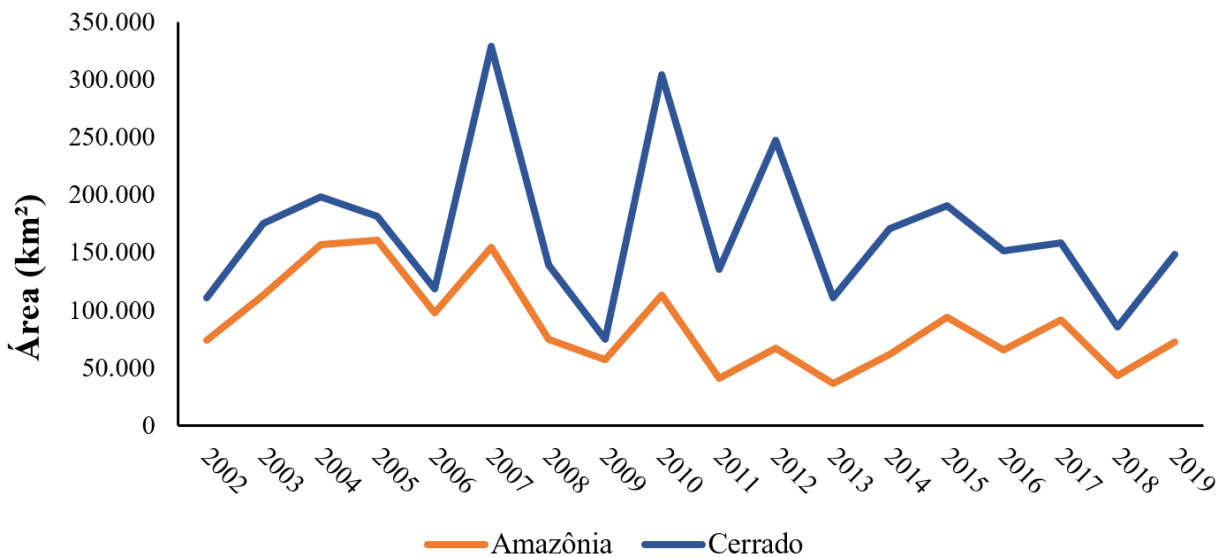
Tabela 3 - Panorama sobre a perda de vegetação nativa no período de 1985 a 2019.

Anos	Vegetação nativa (km ²)	Pastagem plantada (km ²)	Agricultura (km ²)
1985	1.262.584	1.161.232	-
2019	659.605	1.741.581	18.611

Fonte: MapBiomias (2020).

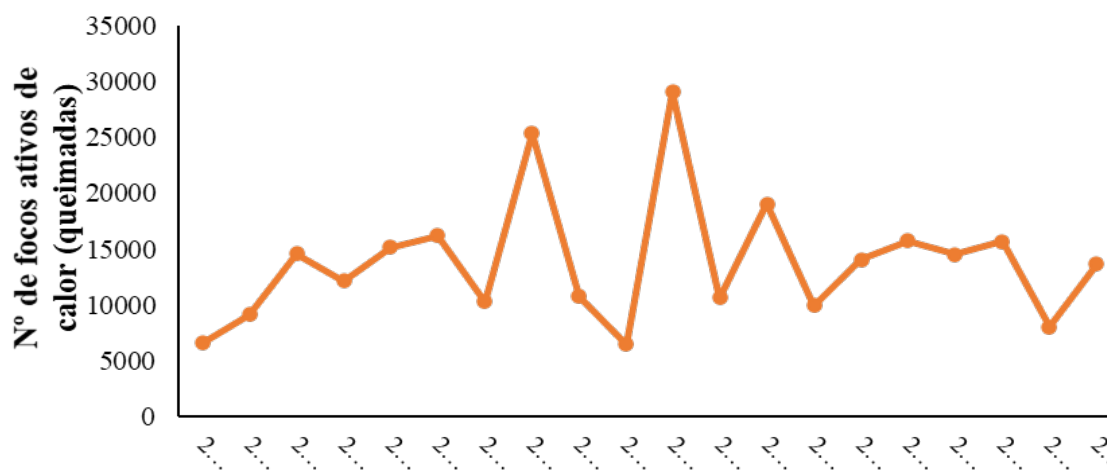
Além disso, os biomas Amazônia e Cerrado, representativos no território tocantinense, têm sofrido com as queimadas anuais, como mostram os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, em série histórica de 2002 a 2019 (INPE, 2020a; 2020b). O ritmo de aceleração que vinha diminuindo nos últimos anos, a partir de 2013, ganhou novo impulso em 2019. E o número de focos de calor (queimadas e incêndios) no Tocantins têm seguido o mesmo padrão (Figuras 2 e 3).

Figura 2 - Tamanho das áreas queimadas nos biomas Amazônia e Cerrado em série histórica de 2002 a 2019



Fonte: INPE (2020a).

Figura 3 - Número de focos de calor no estado do Tocantins, série histórica de 2000 a 2019



Fonte: INPE (2020b).

A supressão da vegetação nativa associada a queimadas e incêndios recorrentes representam as principais ameaças para a conservação da biodiversidade regional e para a prática de observação de aves. Se por um lado a prática da observação de aves tem crescido e agregado mais adeptos nos últimos anos, não só em Tocantins, mas Brasil afora, por outro, a cada instante mais áreas naturais e habitats de diversas espécies de aves têm sido perdidos devido ao desmatamento e às queimadas na região de Cerrado e Amazônia.

Relatos de guias de observação de aves, os quais dependem economicamente do setor, temem pela continuação da atividade e sua qualidade no longo prazo se esse cenário de destruição for mantido. Igualmente, pesquisadores se mostram preocupados com a redução dos ambientes nativos, segundo os quais o cenário reflete situação crítica para conservação e manutenção das espécies de aves amazônicas, por exemplo, o que deve resultar em curto e médio prazo à categorização das espécies de aves amazônicas a algum grau de ameaça de extinção em nível estadual (DORNAS *et al.*, 2012).

Mais do que nunca urgem políticas públicas e medidas de gestão dos ambientes que ainda restam. Nesse ritmo recorrente de queimadas e perda de habitats perdemos vidas silenciadas e que seguem silenciosas à extinção, e os efeitos desses impactos reduzem igualmente a integridade dos serviços ambientais, as oportunidades e os sonhos, vez que o turismo, seja qual for o segmento ou a modalidade, é permeado de sonhos e desejos. Concretizar um *lifer* constitui objetivo de muitas viagens. A propriedade de um espaço não subentende a propriedade de vidas que ali vivem tampouco o domínio destrutivo sobre as mesmas. Compreender essa condição é um caminho para reflexão sobre a responsabilidade com a manutenção da vida, sobre quem e qual ser humano queremos ser, bem como o tipo de herança deixada às futuras gerações.

1.6. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE AVES NO TOCANTINS

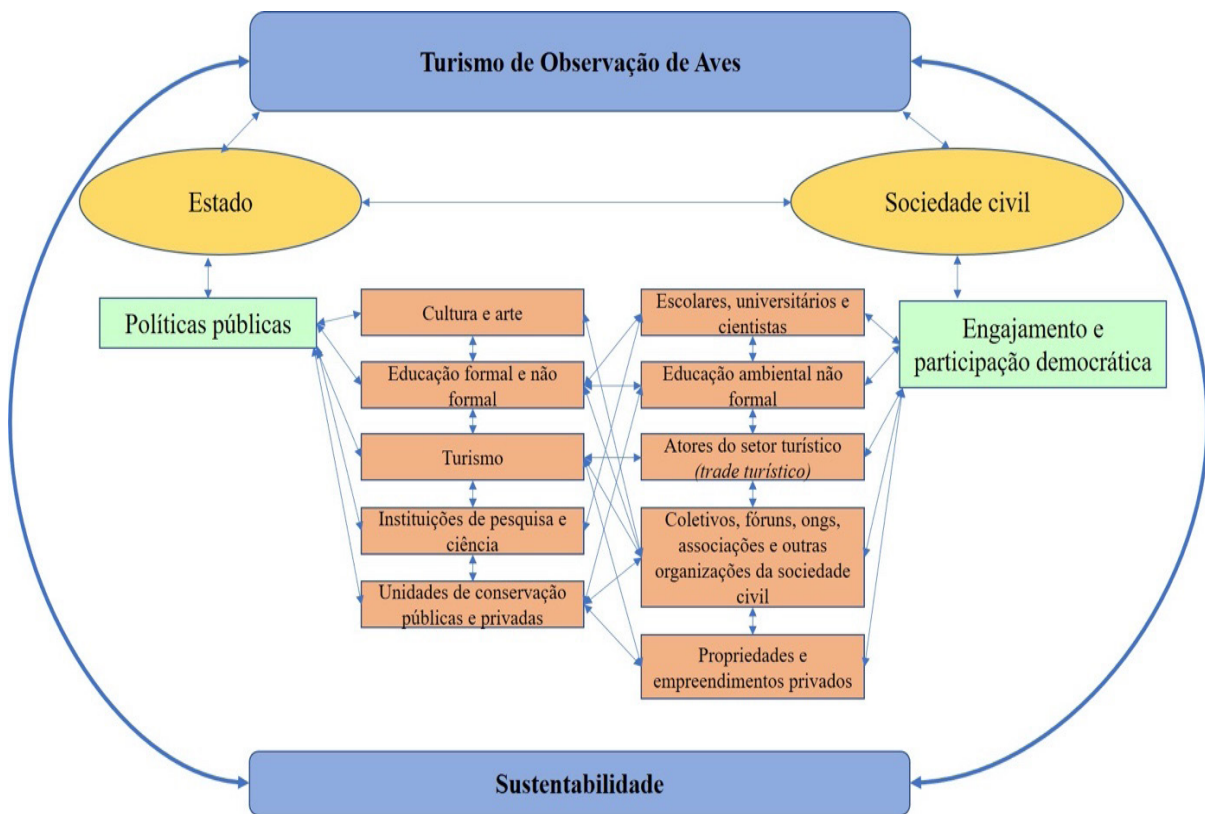
Sem dúvida o Tocantins está entre os estados brasileiros com grande potencial para o turismo de observação de aves no país. O estado se revela enquanto destino turístico para obser-

vadores de aves nacionais e internacionais, no entanto, a prática ainda é incipiente se comparado ao potencial que o estado apresenta. As iniciativas de turismo neste segmento são poucas, mas desenvolvidas de forma muito qualificadas pelos poucos atores que se dedicam a essa prática no estado.

Vale ressaltar o papel motivacional e catalisador do projeto liderado pela Agência de Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa do Tocantins (Adetuc) com apoio do Banco Mundial, ao colocar em pauta de prioridades o fomento ao Turismo de Observação de Aves na gestão do Turismo do Tocantins. A iniciativa tem promovido a formação de pessoas, a identificação de áreas potenciais para observação de aves, o estímulo ao Vem Passarinho Tocantins com o propósito de despertar a comunidade para a prática das passarinhadas, com incentivo à cultura da observação de aves.

O turismo de observação de aves vem alçando voo no Tocantins e há um caminho promissor à frente, mas dependente da sua concepção multidimensional, na qual precisam interagir e convergir vários setores e atores sociais para o êxito dessa atividade ecoturística. A concepção do turismo de observação de aves pode se constituir em exercício de como uma atividade pode mobilizar e integrar toda a sociedade em favor da sustentabilidade (Figura 3).

Figura 3 - Fluxograma sobre o caráter relacional da observação de aves e estratégia de fortalecimento do turismo *birdwatching* no estado do Tocantins.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A observação de aves integrada ao turismo, pode ser uma ferramenta de educação ambiental que promova sensibilização, reflexões e questionamentos sobre a sociedade do consumo, superando a neutralidade, a mercantilização da vida, a hegemonia do retorno econômico na

relação sociedade e natureza e direcionando à transformação social. Portanto, a educação ambiental é de alta relevância para a observação e empatia pela biodiversidade, para inclusão social, para geração de pertencimento e de protagonismo (BENITES *et al.*, 2020). Mobilização social, comunicação e ações de sensibilização compõem o arcabouço estrutural da educação ambiental.

Políticas públicas que implantem critérios técnico-científicos para autorização de supressão vegetal e manejo de áreas naturais, de modo a não priorizar somente remanescentes florestais, mas constituídos de visão sistêmica sobre a necessidade de conservação de áreas naturais em observação aos tipos de fitofisionomias naturais de cada bioma representado no território tocan-tinense. Para conservar a biodiversidade, em sua integridade e estabilidade, com finalidade ao ecoturismo, ou outra forma de uso e produção sustentável do espaço, é preciso considerar que não basta assegurar a proteção exclusiva de ambientes florestais (matas) e sim de remanescentes que assegurem o funcionamento ecológico de cada sistema natural, representado em condição nativa no território, sejam ambientes florestais ou abertos.

Considera-se também que não bastam os *hotspots* disporem de atributos físicos e biológicos, como a presença de paisagens e espécies, se não houver infraestrutura, serviços adequados e pessoas envolvidas para o desenvolvimento pleno do potencial ecoturístico que a atividade dispõe. Por isso, a necessidade de se criar uma rede dinâmica em favor da cultura de observação de aves, de modo a promover sua fruição, a conexão de pessoas, a conservação dos ambientes naturais e a dinamização do *trade* turístico em torno do turismo sustentável.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou trazer um panorama geral sobre o turismo de observação de aves no Tocantins, apresentando oportunidades, desafios e perspectivas desta atividade na região.

A interação, por meio do turismo, com um componente biológico (aves) pode propiciar benefícios importantes que melhorem a relação do ser humano com a natureza, aprimorando valores e atitudes, trazendo bem-estar físico e emocional, facilitando a compreensão e o engajamento público para a manutenção da vida e a transformação da realidade.

Ressalta-se a necessidade de políticas públicas para acesso dos observadores de aves às unidades de conservação, através normativas que assegurem o uso desses locais, visto que os horários mais adequados para o sucesso da atividade são específicos e nem sempre compatíveis com o horário de expediente comum. Compreender que o observador de aves contribui para a proteção efetiva das unidades, sendo um aliado da conservação da biodiversidade é um caminho para gestão das unidades de conservação e conquista de apoio público.

Sugere-se apoio e incentivo às iniciativas locais de turismo de observação de aves no Tocantins, seja através de *Famtours* ou incentivo para participação em feiras nacionais e internacionais para o turismo de observação de aves, como Avistar Brasil, Feria de Aves de Sudamérica e Bird Fair, além do apoio às iniciativas que buscam integrar o *birdwatching* a outras atividades turísticas ou segmentos turísticos como as de turismo de base comunitária, turismo de experiência, turismo de aventura, turismo rural e turismo de contato com a natureza. Tais iniciativas enriquecem a experiência do visitante com vistas à adoção de percepção sistêmica sobre a integração sociedade e natureza e fortalece o turismo sustentável.

A proteção dos ambientes naturais, a integração dos atores do turismo, o fortalecimento da cultura da observação de aves livres no estado, a continuidade das ações do Vem Passarinhar TO são algumas das alternativas para a construção de territórios mais sustentáveis tendo como instrumentos deste processo a cultura, a educação e o turismo de observação de aves.

Vale considerar que conforme ganha importância a observação de aves, cresce paralelamente as ameaças antrópicas à biodiversidade no Tocantins. Desta forma, é necessário a criação de políticas públicas para assegurar a proteção das áreas importantes para a observação e favorecer a consolidação e perpetuidade desse modelo sustentável de produção.

Turismo de observação de aves já uma realidade no Tocantins. Há várias oportunidades para observação desde quintais arborizados, praças e áreas verdes urbanas, além de ambientes rurais conservados e unidades de conservação. Várias dessas áreas possibilitam excelentes roteiros para observação de aves e fazem do Tocantins um importante destino para o *birdwatching* no Brasil.

REFERÊNCIAS

BENITES, Maristela; MAMEDE, Simone; CARDOSO, Maria Angélica; VARGAS, Icléia de Albuquerque. Observação de aves e da biodiversidade durante a pandemia pelo SARS-COV-2: uma resignificação? **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 589-609, 2020.

BRAZ, Vivian da Silva. **A representatividade das Unidades de Conservação do Cerrado na preservação da avifauna**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

DORNAS, Tulio.; CROZARIOL, Marco. Aurélio. Aves associadas a ambiente de veredas na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins com novos registros para a região e nota sobre população local de *Culicivora caudacuta*. **Atualidades Ornitológicas**, Ivaiporã, v. 169, p. 54-65, 2012.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Ministério da ciência, tecnologia e inovações. **Monitoramento de focos ativos nos estados**. Disponível em: http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/. Acesso em 10 set. 2020.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Ministério da ciência, tecnologia e inovações. **Queimadas**. Disponível em: <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/aq1km/>. Acesso em: 10 set. 2020.

LEWINSOHN, Thomas Michael; PRADO, Paulo Inácio. **Biodiversidade Brasileira: síntese do estado atual do conhecimento**. Brasília: Editora Contexto. 2002.

MAMEDE, Simone; BENITES, Maristela; ALHO, Cleber José Rodrigues. Ciência cidadã e sua contribuição na proteção e conservação da biodiversidade na reserva da biosfera do Pantanal. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 153-164, 2017.

MAPBIOMAS. Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil (MapBiomias). Disponível em: <https://mapbiomas.org/estatisticas>. Acesso em: 19 set. 2020.

MAMEDE, Simone; BENITES, Maristela. Identificação e mapeamento de hotspots para observação de aves: indicadores socioambientais e roteirização turística em Campo Grande, MS. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 409-434, 2020.

MYERS, Norman; MITTERMEIER, Russell Alan, MITTERMEIER, Cristina Goettsch; FONSECA, Gustavo Alberto Bouchardet, KENT, Jennifer. 2000. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, Londres, v. 403, p. 853-858.

PACHECO, José Fernando. As aves da Caatinga: uma análise histórica do conhecimento. *In*: Silva, J. M. C.; Tabarelli, M.; Fonseca, M. T.; Lins, L. V. (ed.). **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília: MMA, 2004, p. 189-250.

PACHECO, José Fernando; OLMOS, Fábio. As aves do Tocantins 1: região sudeste. **Revista Brasileira de Ornitologia**, Natal, v. 14, n. 2, p. 55-71, 2006.

PACHECO, José Fernando; OLMOS, Fábio. As Aves do Tocantins, Brasil 2: Jalapão. **Revista Brasileira de Ornitologia**, Natal, v. 18, n. 1, p. 1-18, 2010.

PIACENTINI, Vítor Queiroz de; ALEIXO, Alexandre; AGNE, Carlos Eduardo; MAURÍCIO, Giovanni Nachtigall *et al.* Annotated checklist of the birds of Brazil by the Brazilian Ornithological Records Committee / Lista comentada das aves do Brasil pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. **Revista Brasileira de Ornitologia**, Natal, v. 23, n. 2, p. 91-298, 2015.

PINHEIRO, Renato Torres. Turismo de observação de aves nas Unidades de Conservação da região da Ilha do Bananal, Cantão (TO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 400-433, 2019.

PINHEIRO, Renato Torres; DORNAS, Túlio. Distribuição e conservação das aves na região do Cantão, Tocantins: ecótono Amazônia/Cerrado. **Biota Neotropica**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 187-205, 2009.

PINHEIRO, Renato Torres; DORNAS, Túlio; LEITE, Gabriel Augusto; CROZARIOL, Marco Aurélio; MARCELINO, Dianas Gomes; CORRÊA, André Grassi. Novos registros do pica-pau-do-parnaíba *Celeus obrieni* e status conservação no estado de Goiás, Brasil. **Revista Brasileira de Ornitologia**, Natal, v. 20, n. 1, p. 59-64, 2012.

REGO, Marco Antônio; SILVEIRA, Luís Fábio, PIACENTINI, Vítor de Queiroz., SCHUNCK, Fabio; MACHADO, Érika, PINHEIRO, Renato Torres; REIS, Elivânia. The birds of Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins. **Biota Neotropica**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 283-297, 2011.

STRAUBE, Fernando Costa; GUIMARÃES JUNIOR, Arnaldo Bráz; VIEIRA-DA-ROCHA, Maria Cecília; PIOLI, Dimas Pioli. **Glossário brasileiro de Birdwatching**: inglês - português - inglês. Cadernos técnicos, n. 1. Curitiba: Hori Consultoria Ambiental, 2010. 284 p.

RIO ARRAIAS: POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NA REGIÃO DAS SERRAS GERAIS

Sandra Ferreira dos Santos¹⁵

Alice Fátima Amaral¹⁶

Noeci Carvalho Messias¹⁷

1. INTRODUÇÃO

A Região das Serras Gerais é composta pelos municípios de Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Paranã, Rio da Conceição e Taguatinga, sendo detentora de um rico patrimônio cultural e natural, reunindo inúmeras manifestações culturais e naturais.

Em 2016, com o intuito de produzir um mapeamento do patrimônio cultural e natural da Região Sudeste do Tocantins, uma de nós idealizou e elaborou o projeto guarda-chuva, intitulado “Mapeamento do patrimônio cultural e natural da Região Sudeste do Tocantins”, a ser desenvolvido nos vinte e um municípios dessa região. O objetivo principal do projeto consistia em produzir um inventário de identificação do patrimônio cultural e natural da região, visando a organizar uma base de dados e informações para subsidiar pesquisas acadêmicas, programas de ações públicas, privadas e comunitárias e, simultaneamente, promover a valorização, a preservação e a difusão do patrimônio cultural e natural desta região. Posteriormente, o projeto original passou a se chamar “Mapeamento do patrimônio cultural e natural das Serras Gerais”, mas permanecendo com os mesmos objetivos, quais sejam, produzir um inventário de identificação do patrimônio cultural e natural da Região das Serras Gerais e propor recomendações e diretrizes turísticas para as áreas estudadas. (MESSIAS, 2016).

A Região Sudeste do Tocantins, que no mapa turístico é denominada de Serras Gerais, comporta algumas cidades que tiveram origem no século XVIII, relacionadas com ciclo do ouro, como Arraias, Paranã, Natividade, Chapada de Natividade e Dianópolis. Os 21 municípios desta região têm um inestimável patrimônio cultural e natural, uma diversidade de celebrações, formas de expressões, ofícios e lugares, procedentes sobretudo do saber-fazer popular, inseridos na dinâmica viva do cotidiano da população local e regional. (MESSIAS, 2016).

São inúmeras as manifestações culturais que acontecem nessa região. Como exemplo, os ritmos tradicionais com instrumentos de percussão, como tambor, cuja origem remonta às

15 Técnica formada no Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade Federal do Tocantins em Arraias-UFT/Arraias. santossandra@uft.edu.br.

16 Mestra em Ecologia e Conservação de Recursos Naturais, Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Arraias. E-mail: alicefamaral@uft.edu.br.

17 Doutora em História. Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Palmas. E-mail: noeci@uft.edu.br.

raízes africanas; a suça; as festas em louvor ao Divino Espírito Santo; as Folias de Reis; procissões fluviais; giros de folias; Romarias; Cavalhadas; Entrudo; festas dos(as) santos(as) padroeiros(as); os saberes e fazeres. (MESSIAS, 2016).

A região é circundada pelas Serras Gerais e entremeada por belíssimas paisagens naturais como o Rio Azuis, considerado o menor rio do país localizado no município de Aurora do Tocantins. Outro potencial da Região Sudeste é o rico acervo arqueológico e formações rochosas dos municípios de Aurora e Dianópolis onde se encontram grutas e cavernas com inscrição rupestres, necessitando de ações de cadastro e licenciamentos para pesquisas e mapeamentos.

Há ainda dunas também no município de Aurora; Canyon Encantado e o Arco do Sol no município de Almas; inúmeros rios, lagoas, vales, mirantes e cachoeiras. Todo esse acervo faz dessa região lugar propício para o ecoturismo, visto que esta modalidade preza pelas práticas de turismo de “forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem estar das populações envolvidas” (VIANA; NASCIMENTO, 2009, p. 82).

Há que se destacar a produção artesanal das joias de filigrana em Natividade e sua rica e diversificada gastronomia como as paçocas de carne de sol, bolos de arroz, biscoito amor-perfeito e tantas outras iguarias a serem identificadas, reconhecidas e saboreadas. (MESSIAS, 2016).

Outro destaque precioso na Região Sudeste são as comunidades quilombolas, detentoras de riquezas culturais e naturais, que necessitam ser reconhecidas, difundidas e valorizadas. (MESSIAS, 2016).

O que apresentamos aqui neste artigo é parte dos resultados do projeto de pesquisa intitulado “Cachoeiras e Trilhas com Potencial Turístico nas Serras Gerais: inventariamento e impacto ambiental nas trilhas e cachoeiras do entorno de Arraias”, vinculado ao projeto guarda-chuva “Mapeamento do patrimônio cultural e natural das Serras Gerais”. Esse projeto foi idealizado e coordenado pela professora Alice Fátima Amaral e teve como objetivo mapear e avaliar os atrativos naturais com possibilidades para a prática de ecoturismo nas Serras Gerais, bem como identificar sinais de degradação ambiental nestes atrativos, visando a formar um banco de informações que possam ser utilizadas para fomentar o desenvolvimento do turismo local, bem como a divulgação desses potenciais. (AMARAL, 2016).

Ressalta-se que trabalhamos com o conceito de ecoturismo utilizado pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) em que o uso dos recursos naturais originais elenca princípios de como esses recursos devem ser utilizados, sem que percam seus valores cênicos e formas originais, envolvendo a participação das comunidades e buscando sensibilização ambientalista por meio da educação e interpretação ambiental.

2. MUNICÍPIO DE ARRAIAS: POTENCIALIDADES ECOTURÍSTICAS

Arraias, situado a 413 km da capital Palmas, é um dos municípios que compõem a Região das Serras Gerais. Assim como os outros municípios da referida região, tem paisagens diversificadas que variam de serras a praias de água doce (em pequenos rios), cavernas, cachoei-

ras, saberes e fazeres tradicionais. Diante deste cenário, compreende-se a prática do ecoturismo como importante forma de desenvolver a economia local, pois Arraias dispõe de ambiente propício para a atividade.

A cidade de Arraias originou-se no século XVIII com a exploração das minas de ouro. De acordo com os dados do último recenseamento do IBGE de 2010, o município tem aproximadamente 11.645 habitantes.

Arraias é popularmente conhecida no Tocantins como “Cidade das Colinas”, de clima ameno e agradável, pois está localizada a 682 metros de altitude e cercada por morros. A cidade ainda tem um conjunto de casas antigas, datadas do século XIX, com arquitetura estilo colonial português, localizadas na praça do centro da cidade (TOCANTINS, 2017, p. 8).

Os moradores locais preservam práticas culturais com tradições herdadas dos seus ancestrais indígenas, africanos, afro-brasileiros e colonizadores portugueses. Diversas festividades e manifestações populares como Festa da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios, Festa de São Sebastião, Divino Espírito Santo, Nossa Senhora das Candeias, entre outras, são realizadas anualmente em Arraias, recebendo muitos visitantes. (COSTA, 2008, p. 231).

Uma das ricas e contagiantes formas de expressão popular muito apreciada pelos arraianos é o animado Carnaval do Entrudo. Na ocasião, além dos comes e bebes, os participantes da festividade percorrem as ruas, sobem e descem ladeiras ao som de marchinhas carnavalescas e jogam água uns nos outros. Merece destaque também a rica gastronomia tradicional, que, a partir de 2017, passou a ser apresentada anualmente no Festival Gastronômico de Arraias¹⁸.

Assim, neste contexto diverso surge a necessidade de identificar e reconhecer, em Arraias, onde estão os potenciais atrativos turísticos para transformá-los em produto turístico e, conseqüentemente, colaborar para a atividade econômica, incrementando o leque de atividades ofertadas. Sob esta perspectiva foram feitos o mapeamento e a avaliação dos atrativos naturais com possibilidades para a prática de ecoturismo e identificados alguns sinais de degradação ambiental em um trecho do Rio Arraias.

A coleta de dados¹⁹ foi feita em 2018 por meio de incursões consecutivas, tendo como ponto de partida o local conhecido como “Barragem da Egesa”. Todo percurso foi feito a pé por dentro do rio, totalizando 10 km de extensão.

Em campo, foram observadas as características de cada uma das áreas no que diz respeito à cobertura vegetal, cor da água (turva ou límpida), atividade antrópica (presença de lixo, trilhas, fogueira, outros), características do local (cachoeira, cascata, poço) e possíveis atividades turísticas (mergulho, flutuação, banho, camping, observação de aves, outros). As características métricas dos pontos com potencial turístico foram feitas com uso de fita métrica e feito ao longo do percurso o registro fotográfico dos locais. O procedimento de avaliação aqui utilizado foi adaptado de Bento e Rodrigues (2009), Machado e Souza (2012). Os critérios apresentados por estes autores possibilitam reconhecer o potencial turístico de cada ponto natural observado. Para eles, “Cachoeira” e “Cascata” são distintas. Dessa maneira, nós também identificamos

18 Festival Gastronômico de Arraias é um Projeto de Extensão e Pesquisa, idealizado e coordenado pela Professora Thamyrís Carvalho Andrade, do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, da Universidade Federal do Tocantins, Campus Arraias. O projeto se desenvolve por meio de grupos de estudos, pesquisas, imersões e capacitações a partir do principal produto, o Festival Gastronômico de Arraias.

19 A pesquisa de campo foi feita em 2018, como parte do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado RIO ARRAIAS: uma análise do potencial turístico, da acadêmica Sandra Ferreira dos Santos, do Curso de Turismo Patrimonial, Campus Arraias/UFT.

como “cachoeiras” as quedas provocadas pela existência de um degrau no perfil longitudinal do leito do rio, caracterizadas por um declive abrupto, formando borbulhões; e “cascata” como uma sucessão de pequenos saltos em um curso em que aparecem blocos de rochas, ou seja, é quando há o escalonamento de rochas. Os poços formados pelas quedas das cascatas e cachoeiras tiveram suas medidas registradas como parte da cascata e das cachoeiras, entendendo como “poço” todo espaço com água suficiente para banho que não apresentasse cascata ou cachoeira.

3. RIO ARRAIAS: UMA REFERÊNCIA IDENTITÁRIA E UM POTENCIAL TURÍSTICO A EXPLORAR

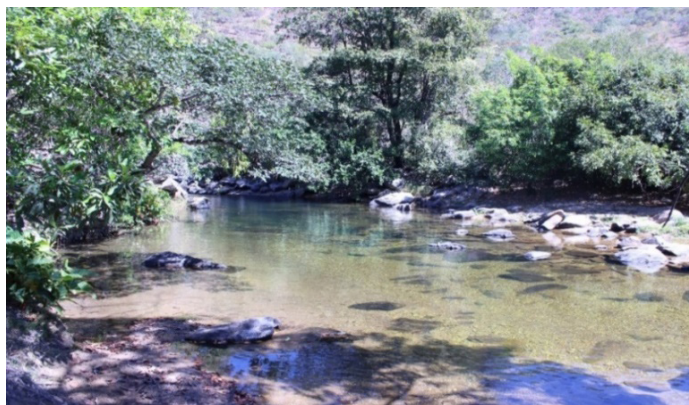
As memórias e as referências sobre a importância do Rio Arraias ainda estão bastante acesas para os arraianos. Os moradores arraianos recordam com saudades dos tempos de outrora em que o modo de vida cotidiano estava intrinsecamente ligado ao Rio Arraias. Alguns relembram que eles faziam a pesca, que lhes proporcionava fonte de sobrevivência, salientando que era um rio muito piscoso. Outros carregam em suas memórias prazerosas práticas de diversão como tomar banho e nadar no rio. Outros lembram que lavavam roupas. Tais memórias mostram quão significativo era o rio para os arraianos.

Com o tempo, algumas alterações prejudiciais ao ambiente, como, por exemplo, a poluição do rio, o desbarrancamento de suas margens, entre outras questões, resultou em mudanças no modo de vida dos moradores da cidade, e a relação identitária também foi transformada.

O Rio Arraias percorre o centro da cidade e tem sua nascente a cerca de 6 km da área urbana. Suas águas, juntamente com as águas do Rio Alazão, abastecem a cidade. Na área urbana, nas margens do rio, há muitas casas e a sede do Clube da Associação Banco do Brasil (AABB).

No período de chuva, o fluxo das águas do Rio Arraias é turbulento, visto o volume de excedente hídrico, a água fica turva, havendo escoamento de partículas para dentro do rio. Diante dessas circunstâncias, as atividades de campo foram desenvolvidas no período da estação seca, em que o nível da água estava baixo e a velocidade da água, mais lenta. Neste período, a água do rio estava sempre límpida, transparente, sendo possível a visualização do fundo do seu leito (Foto 01), tornando-o passível de uso para atividades de lazer.

Figura 1 – Transparência da água no trecho pesquisado do Rio Arraias/2018



Fonte: Fotografia tirada por Sandra Santos (2018).

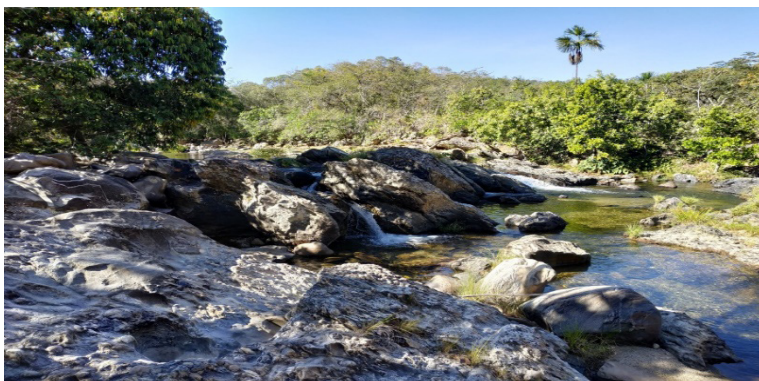
Para chegar ao ponto inicial do estudo no Rio Arraias foi preciso percorrer uma distância de 9,98 km. Os primeiros 5,81 km são feitos em estrada pavimentada (TO-050), sentido Arraias-Palmas, iniciado no centro da cidade de Arraias, praça da matriz. O segundo trecho tem 3,75 km, é feito em estrada não pavimentada e se encontra em boas condições, porém existem alguns buracos, mas que não impedem a chegada até o ponto conhecido como “Barragem da Egesa”.

O percurso do Rio Arraias, cuja análise foi feita, passa por pequenas propriedades particulares. A região está inserida na área do Bioma Cerrado (RIBEIRO; WALTER, 2008), com solo rico em pedras e relevo bem acidentado. Às margens do rio, há uma faixa estreita de vegetação remanescente de Cerrado. A vegetação, em alguns trechos, é mais densa e alta, caracterizando um cerrado denso e mata ciliar, o que permite sua utilização para visualização da vida silvestre, como pequenos macacos, aves e plantas do Cerrado (Foto 1). Porém em outros trechos, mesmo sendo acidentado, pode-se observar que a vegetação foi retirada para plantio de pequenas áreas para subsistência e para formação de pastagem para criação de gado.

Nos 10 km estudados do Rio Arraias, foram identificados quarenta e dois “pontos” com potencial para desenvolvimento de atividade turística - sete cachoeiras, seis cascatas e vinte e nove poços.

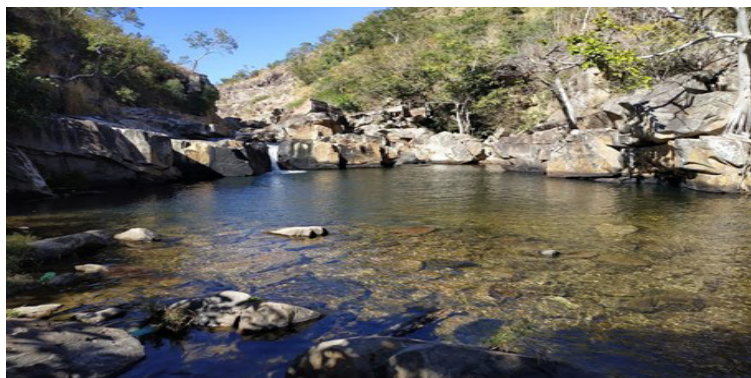
A maior parte das cachoeiras e cascatas observadas está localizada na parte mais acidentada do trecho inventariado. Os poços ficam em um trecho de relevo mais plano. O percurso estudado do rio está, em sua maior parte, entremeado por paredões rochosos e por pedras desenhadas e esculpidas pelas águas do rio (Foto 2). Em vários trechos, as rochas chamam atenção pelos desenhos irregulares e perfuração com desenhos estilizados.

Figura 2 – Rocha e pedras desenhadas e esculpidas no Rio Arraias/2018.



Fonte: Fotografia tirada por Sandra Santos (2018).

Outro trecho conhecido popularmente como Cachoeira da Usina (Foto 3) tem uma beleza cênica da vegetação do Cerrado. Neste local ainda existem ruínas, que, segundo os moradores arraianos, são de uma “usina hidrelétrica” que existiu neste lugar. O entorno desta cachoeira é cercado por morros e alguns muros de pedra.

Figura 3 – Vista geral da Cachoeira da Usina no Rio Arraias

Fonte: Fotografia tirada por Sandra Santos (2018).

Ao longo dos 10 km analisados, são observados alguns remanescentes de áreas de Cerrado, alguns trechos com bancos de areia e árvores às margens do rio, que oferecem possibilidades de camping, e outros trechos propícios para banho, mergulho e flutuação. Ao longo de todo trecho inventariado, há belezas naturais favoráveis ao turismo de observação das paisagens, especialmente no período de seca.

As cachoeiras identificadas medem entre um e quatro metros de altura. A Cachoeira da Usina é a que tem maior atividade, com um poço que mede 26 metros de comprimento, 16 metros de largura, 2,70 metros de profundidade, com grande volume de água, formando uma piscina natural, com probabilidades para a realização de uma variedade de atividades como banho, camping, flutuação, mergulho e observação da paisagem. Além da Cachoeira da Usina, identificamos outra cachoeira que se destaca por sua beleza cênica, com maior queda d'água, com poço para banho.

Em outro trecho, foram registradas uma cascata e uma cachoeira com poços que também são propícios a atividades de lazer (Foto 4). As cascatas têm alturas entre 50 centímetros e 1,65 metros de altura, sendo que ficam próximas a duas cachoeiras. Em uma das cascatas é possível observar uma vegetação preservada onde podem ser feitas atividades de camping, flutuação e observação da paisagem.

Figura 4 – Cascatas no Rio Arraias, com remanescentes de Cerrado e área para banho.

Fonte: Fotografia tirada por Sandra Santos (2018).

Os 29 poços identificados têm profundidade entre 50 centímetros e 4,50 metros. Entre eles, nove poços se destacaram pela profundidade e tamanho da superfície, favorecendo o uso concomitante de um número maior de pessoas (Foto 5).

Figura 5 – Poço com espaço para agregar maior número de pessoas e atividades diversas



Fonte: Fotografia tirada por Sandra Santos (2018).

Os potenciais atrativos observados e as características físicas do trecho estudado permitem também a organização de travessias, ou seja, percursos que podem ser percorridos dentro do leito do rio, passando por caminhadas, sobreposição de pedras e natação. Os 10 km percorridos no rio Arraias podem ser divididos em trechos com diferentes escalas de dificuldade, que atenderiam a públicos de diferentes idades e capacidade física.

No trecho analisado, há presença de resíduos sólidos que certamente tenham sido carregados pelas águas a partir da cidade ou jogados por frequentadores destes locais. Entre os resíduos encontrados às margens e leito do rio, foram observados recipientes de plástico, vidro, metal, pneus, sacolinhas, roupas, sapatos, aro de bicicleta, preservativo, fralda, absorvente e restos de alimentos.

Em outros pontos, foram observados churrasqueira improvisada com pedras e arames, girais de madeira com painelas, rede, sabonete, canos de PVC, entre outros. Tais objetos expostos de forma inadequada mostram que alguns locais já são conhecidos e visitados pela população local e/ou circunvizinha. Santos (2015), ao pesquisar a Caracterização Geoambiental das Cachoeiras do Município de Guarulhos/SP, observou que a visita local, sem organização e planejamento, causou impactos negativos como contaminação da água, perda da beleza cênica, desmatamento, ou seja, o uso inadequado dessas áreas naturais pode gerar danos e sua destruição. Isso nos leva a afirmar que o uso inadequado do leito e das margens do Rio Arraias provoca resultados indesejáveis sobre os recursos naturais, contribuindo para a degradação ambiental e a perda da beleza cênica daquela paisagem.

A disposição dos resíduos sólidos no Rio Arraias nos leva a crer que constituem fatores negativos para implantação do turismo local. O visitante não se sentirá satisfeito em se locomover ou utilizar o rio para banho em meio a resíduos depositados no rio e no seu entorno.

O turismo é uma atividade capaz de influenciar o desenvolvimento de um local. Todavia a implantação do turismo carece de um planejamento envolvendo prioritariamente a comunidade local. A comunidade residente é a peça chave para esse desenvolvimento, pois ela precisa conhecer e entender as formas de funcionamento da atividade (RODRIGUES; AMARANTE,

2009, p. 146). Para contribuir com o desenvolvimento da comunidade, o turismo deve ser implantado com cautela, adotando uma política de médio e longo prazo, por meio do planejamento e envolvimento dos integrantes da comunidade (DIAS, 2006, p. 16).

Bartholo, Bursztyn e Delamar (2009) salientam que para o turismo promover o desenvolvimento de um local, primeiramente ele precisa ser pensado numa política de turismo integrada juntamente com uma política de desenvolvimento mais ampla, com foco na inclusão social por meio da afirmação da identidade cultural.

Não resta dúvida de que há potencialidade turística no Rio Arraias. Todavia faz-se necessário pensar em estratégias para mudanças de hábitos da população bem como de políticas públicas efetivas para tratamentos dos resíduos produzidos na cidade. A Educação Ambiental e o Ecoturismo podem funcionar como ferramentas estratégicas para a sensibilização e educação da população, visto buscarem promover atividades reflexivas sobre o comportamento humano e suas relações com o ambiente em que está inserido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São inegáveis a beleza e o potencial turístico existente no Rio Arraias. Os locais naturais, como as cachoeiras, cascatas e poços inventariados, devem ser tratados com cuidado pelo Poder Público e pela coletividade, criando Reserva Particular do Patrimônio Natural às margens do Rio Arraias ou áreas protegidas, ainda que informalmente, pois representam um enorme potencial turístico, especialmente o Ecoturismo, e um inigualável patrimônio natural do município de Arraias. Para tanto, requer um planejamento que garanta seu aproveitamento sustentável, com o menor impacto possível para a população local e para a manutenção do equilíbrio ecológico.

É de fundamental importância que as autoridades competentes, gestoras do município, e os proprietários das terras adjacentes à área aqui estudada, ao promoverem ações de exploração turística, façam isso de maneira responsável e sustentável em relação aos recursos naturais. Para tanto, é imprescindível que haja debate com a comunidade local sobre a questão do turismo para que, juntos, decidam o que é melhor para o município de Arraias, a realização de ações de educação ambiental, o estabelecimento de políticas públicas de apoio aos pequenos proprietários e à população local que tenham interesse na atividade turística, como, por exemplo, apoio técnico profissional e financeiro.

Os professores e estudantes do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da UF-T-Arraias são agentes importantes para contribuir neste processo, colaborando com o planejamento e a implantação do turismo local por meio de estudos sobre diferentes segmentos do turismo para Arraias; continuidade dos inventariamentos de áreas naturais para identificação de locais com potencial para turismo; esclarecimento e orientação da população sobre os benefícios e prejuízos do turismo; identificação das necessidades e interesses da população local sobre o desenvolvimento do turismo no município; e estudos sobre aspectos hidrológicos, relevo, geomorfologia do Rio Arraias, identificando seu percurso, demarcando toda sua extensão, seus afluentes e importância para o município.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Alice Fátima. **Projeto Cachoeiras e Trilhas com Potencial Turístico nas Serras Gerais: inventariamento e impacto ambiental nas trilhas e cachoeiras do entorno de Arraias.** Arraias: UFT, 2016.
- BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan; DELAMARO, Maurício. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. *In:* BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan; SANSOLO, Gruber. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009. p. 76 - 91.
- BENTO, Lílian Carla Moreira; RODRIGUES, Silvio Carlos. **Geomorfologia Fluvial e Geoturismo – o potencial turístico das Quedas D’água do Município de Indianópolis/MG.** Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas, v. 2, n. 1, 2009.
- BRASIL. **Ecoturismo: orientações básicas.** 2. ed. Brasília, Brasil: Ministério do Turismo. Brasília – DF, 2010.
- COSTA, Magda Suely Pereira. **Poder local em Tocantins: domínio e legitimidade em Arraias.** Tese (Doutorado em Sociologia). UnB, Brasília, 2008.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural - recursos que acompanham o crescimento das cidades.** São Paulo: Saraiva, 2006.
- MACHADO, Gilnei; SOUZA, Bárbara Luísa Martins Mariano. As Potencialidades Turísticas das Cachoeiras e Corredeiras de Ituiutaba/MG como Subsídios ao Desenvolvimento Local. *In:* PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni de Farias; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (orgs.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.
- MESSIAS, Noeci Carvalho. **Projeto mapeamento do patrimônio cultural e natural das Serras Gerais.** Arraias: UFT, 2016.
- RIBEIRO, José Filipe; WALTER, Bruno Machado Teles, 2008. **Fitofisionomias do bioma Cerrado.** *In:* Sano SM, Almeida SP; Ribeiro J F (orgs.). Cerrado: ecologia e flora. Brasília: EMBRAPA-CPAC/EMBRAPA-IT. p. 151-212.
- RODRIGUES, Gabriela Barros; AMARANTE-JUNIOR, Ozelito Possidônio. Ecoturismo e conservação ambiental: contextualizações gerais e reflexões sobre a prática. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, Brasil, 2009, p. 142-159.
- SANTOS, Fabíola Menezes dos. **Caracterização Geoambiental das Cachoeiras do Município de Guarulhos/SP: Uma Avaliação do seu Potencial Geoturístico (Dissertação de mestrado).** Universidade Guarulhos – UnG, Guarulhos, 2015.
- TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento - Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. **Perfil Socioeconômico dos Municípios.** Arraias – TO, 2017.

VIANA, Fernanda Cauper; NASCIMENTO, Marcos Antônio Leite do. **O turismo de natureza como atrativo turístico do Município de Portalegre, Rio Grande do Norte.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal, 2009.

TURISMO RELIGIOSO NO TOCANTINS: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE NATIVIDADE (TO)

Poliana Macedo de Sousa²⁰

José Rogério Lopes²¹

1. INTRODUÇÃO

Natividade, cidade histórica da região sudeste do Tocantins, foi fundada na segunda metade do século XVIII, pelos colonos portugueses que buscavam ouro naquela região. A cidade possui edificações seculares, mantém preservadas muitas crenças, além de tradições folclóricas e festas religiosas.

A região de Natividade foi descoberta pelo português Manoel Ferraz de Araújo, que estabeleceu uma mineração de ouro na serra que domina a cidade, por volta de 1734. Em consequência disto, surgiu o povoado denominado São Luiz.

De 1805 a 1815, Natividade foi sede do Governo do Norte, sendo residência do Vigário Geral. Em 1834, possuía 300 casas e ruas guarnecidas de calçadas de laje. Por Decreto de 1º de julho de 1831, foi elevada à categoria de Vila. Em 22 de julho de 1901, foi criada a Comarca de Natividade, instalada em 23 de dezembro de 1905 (TOCANTINS, 2017).

Durante o ciclo do ouro, Natividade foi um dos mais importantes núcleos de garimpo na primeira metade do século 18. Há relatos que, em seu apogeu, a mineração chegou a ter cerca de 40 mil escravos, por volta de 1745. “E, a partir de 1770, por mais de 200 anos, o lugar permaneceu em relativa obscuridade, embora a produção de ouro jamais cessasse” (IPHAN, 2006, p. 7).

Natividade está situada na região sudeste do estado do Tocantins, distante 220 km da capital, Palmas, e conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, possui população com cerca de 9 mil habitantes (com população estimada em 9.244 habitantes²² no ano de 2019).

20 Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestre em Ciências do Ambiente e Bacharel em Comunicação Social também pela UFT. E-mail: polimacedo@uft.edu.br

21 Professor Titular do PPG em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Professor do PPG em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Coordenador do LaPCAB-Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil. E-mail: jrlopes@unisinos.br

22 Disponível: em <http://cod.ibge.gov.br/D76>. Acesso em: 30 jan. 2020.

Das festas religiosas realizadas em Natividade e que integram o patrimônio cultural da cidade destacam-se: a Romaria do Senhor do Bonfim, de 6 a 17 de agosto, no povoado do Bonfim; homenagem a Nossa Senhora de Candeias, no dia 2 de fevereiro, realizada na Igreja de São Benedito; festejos de Santos Reis, que vão de 31 de dezembro a 6 de janeiro, onde há o giro da folia na cidade, porém ela tem mais representatividade na zona rural. De 30 de agosto a 8 de setembro, acontecem os festejos a Nossa Senhora de Natividade²³, padroeira da cidade e do estado do Tocantins. E no mês de novembro, homenagens a São Benedito com novenas e leilões, realizados no período de 11 a 20 de novembro (MESSIAS, 2010).

Dados do IBGE (2014) apontam que a população de Natividade é religiosa, devido 84,5% (7.604 pessoas) declararem-se católicas, 11,5% (1.036) evangélicas e 0,5% (43) espíritas. Com relação ao seu perfil econômico divulgado pelo IBGE em 2015, a cidade possui Produto Interno Bruto-PIB voltado principalmente para o setor de Administração e Serviços Públicos, com 35,57%, seguido pelo setor de Serviços (25,06%) e Indústria (23,52%). Com relação à economia do município, Natividade possui 93% das suas receitas oriundas de fontes externas.

Percebe-se que, apesar de Natividade ser uma cidade que possui atrativos culturais e religiosos, durante quase todo o ano civil, a cidade mantém a economia ativa, devido ao setor de serviços públicos.

Ainda, conforme dados do IBGE (2017), o percentual de população ocupada equivale a 9,5%, equivalente a 883 pessoas, sendo que o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,9 salários mínimos. E ainda, 43,7% da população possuem rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo.

As festas religiosas na cidade promovem uma grande concentração de pessoas que se organizam todos os anos para manter essas tradições, fazendo com que essas festividades tornem-se uma característica local, ou seja, reforçando e/ou reconhecendo ali uma identidade do lugar.

Sendo assim, o estudo das festas não pode ser feito de modo estanque, sem correlacioná-las com a vida cotidiana, suas rotinas, especialmente com o mundo do trabalho. Elas fazem parte daquele universo do ‘lazer’, no qual as classes populares ingressam de modo mais intenso ao conquistar o direito do ‘ócio’, privilégio historicamente desfrutado pelas classes abastadas (MELO, 2000, p. 58).

Sabe-se que o homem se torna o resultado do meio em que foi socializado e adquire a capacidade de questionar os seus próprios hábitos e modificá-los adequando a sua atual condição na sociedade, passando a agir com fluência na promoção de uma identidade por meio de suas manifestações culturais.

Beltrão (1980, p. 61) afirma que a celebração das festas católicas decorre de um calendário religioso baseado no ano litúrgico, de amplitude universal e que assume caráter especificamente regional ou local, “quando se trata de comemorar o ‘dia do padroeiro’, isto é, do santo sob cuja proteção foi posta a localidade pelos seus fundadores”.

23 A construção da Igreja de Nossa Senhora da Natividade data de 1759 e guarda ainda aspectos da arte colonial do século XVIII, a exemplo da imagem de devoção, a qual é talhada em madeira, em estilo barroco. Com o passar do tempo, a Igreja sofreu por várias alterações no seu interior e também na fachada, com dois sinos de bronze, datados de 1858, uma pia batismal e a imagem de Nossa Senhora de Natividade que, no ano de 1735, foi trazida de Portugal pelos padres jesuítas e enviada ao Norte da capitania de Goiás, para a Vila de Nossa Senhora da Natividade.

Nos últimos anos também, a cidade ampliou sua rede hoteleira – passou de dois para cinco estabelecimentos –, que ainda continua modesta, e houve a abertura de mais alguns restaurantes, inclusive no centro histórico. E, a partir de 2017, a presença da mídia na cidade, principalmente para a produção de novelas²⁴, programas jornalísticos, filmes²⁵ e seriado da Netflix²⁶, impulsionou a procura pela cidade que foi mais divulgada nacionalmente (SANTANA JR, 2017; MATOS, 2017). “A cidade conta com algumas pousadinhas simples, alguns poucos restaurantes (o Casarão é o mais famoso) e uma sorveteria. Às sextas-feiras, uma feirinha movimentada o centro e é o grande ponto de encontro da comunidade” (MOREIRA, 2019).

Entende-se que Natividade segue esse modelo de expressão cultural por meio de suas festas populares e vive em torno de suas principais festividades religiosas durante seis meses do ano, de forma sequencial a partir de março e/ou abril, iniciando com a festa do Divino Espírito Santo e, logo depois, em agosto, a Romaria do Senhor do Bonfim. Esses eventos geralmente contam com apoio da Igreja e do Governo do estado.

Nesse capítulo, abordaremos as possibilidades do desenvolvimento do turismo religioso nas duas principais festas religiosas de Natividade: a Festa do Divino Espírito Santo e a Romaria do Senhor do Bonfim.

2. A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

A Festa do Divino Espírito Santo é caracterizada como uma festa católica, um sinal de partilha e de compromisso na missão de reunir os fiéis em torno da mensagem de Cristo. Também conhecida como festa de Pentecostes, ela dá lugar às manifestações comunitárias de regozijo e alegria em que as pessoas do campo juntavam-se na cidade mais próxima, seguindo em procissão, cantando e dançando em louvor ao Divino Espírito Santo.

Teve sua origem em Portugal com expansão do seu culto por toda a Europa Ocidental, durante o século XII e chegando ao Brasil por meio da colonização dos portugueses por meio das entradas e bandeiras. De um modo geral, as festas do Divino Espírito Santo tiveram um ciclo de implementação, expansão e decadência na história de Portugal. Porém, são imprecisas as referências que se possui acerca das origens das festas do Divino em terras brasileiras, que ainda são celebradas pelo país e nos remetem principalmente para o período compreendido entre o primeiro e o terceiro quartos do século XIX, embora, por exemplo, em Pirenópolis, no estado de Goiás, a mesma parece ter sido introduzida em meados do século XVIII, à semelhança, aliás, de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo com informações remontando a 1751 (ABREU, 1999).

24 Novela da Rede Globo, “O Outro Lado do Paraíso” teve sua cidade fictícia inspirada em Natividade. Disponível em: <https://bit.ly/35qzPrR>. Acesso em: 30 jan. 2020.

25 As gravações do filme “O Barulho da Noite” foram realizadas em Natividade e região, além de contar com a presença de Foliões do Divino. Disponível em: <https://bit.ly/2Fr3Ihe>. Acesso em: 30 jan. 2020.

26 Netflix é uma provedora global de filmes e séries de televisão, via streaming, sediada em Los Gatos, Califórnia, e que atualmente possui mais de 100 milhões de assinantes. A série “O Escolhido” é gravada na cidade. Disponível em: <https://bit.ly/2uhjOaS>. Acesso em: 30 jan. 2020.

Figura 1- Alferes com a Bandeira do Divino aguardando a Saída das Folias.



Fonte: Emerson Silva, 2011

No Tocantins, as festas vão de janeiro a julho de acordo com as características de cada localidade e são realizadas em várias cidades, especialmente nas regiões sudeste e central do Estado, entre elas Almas, Santa Rosa, Chapada de Natividade, Peixe, Silvanópolis, Paranã, Conceição do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Araguacema, Araguaçu, Monte do Carmo e Natividade (MESSIAS, 2010).

A festa do Divino Espírito Santo segue o calendário cristão, com data móvel, celebrada cinquenta dias depois da Páscoa, precisamente no 7º domingo após a Ressurreição de Jesus. A preparação para a festa inicia-se um ano antes, com o sorteio dos festeiros na Missa de Coração do Imperador, no Dia de Pentecostes.

Com o passar do ano, as atividades em torno da festa continuam: reuniões para escolha dos Alferes, foliões, locais e roteiros dos pousos, composição de músicas, entre outros. Até a chegada do dia das celebrações mais solenes como a Saída das Folias, no Domingo de Páscoa da Semana Santa, os 40 dias de Giro das Folias, a Festa do Capitão do Mastro, Coração e Festa do Imperador do Divino Espírito Santo (SOUSA, 2017).

Antes, durante e depois da Festa do Divino Espírito Santo em Natividade, todo o processo de organização da mesma demonstra que as pessoas envolvidas, cada qual com sua habilidade, trabalham para conseguir realizá-la da melhor maneira possível, com abundância de comida e bebida.

3. A ROMARIA DO SENHOR DO BONFIM

A Romaria do Senhor do Bonfim acontece na comunidade de Bonfim, que pertence ao município de Natividade e fica distante 23 km da sua sede. Realizada entre os dias 6 a 17 do mês de agosto, os romeiros peregrinam até o povoado, para cantar louvores ao Senhor do Bonfim, além de pagarem e/ou fazerem suas promessas, ou simplesmente, no intuito de entreter-se nos eventos profanos paralelos.

Figura 2- Fiéis acompanham a chegada da imagem do Senhor do Bonfim durante missa campal.



Fonte: Simone Camelo, 2019

Apontada como uma das festas religiosas mais expressivas do estado do Tocantins, a Romaria do Bonfim atrai pessoas de vários outros estados e desenvolve um papel regional relevante no que se tange ao cenário religioso.

Segundo Souza (2012, p. 228),

[...] a procura acentuada pela comunidade de Bonfim por motivos religiosos – movimento que, segundo a Igreja local, data do século 18 -, começa a se desenvolver mediante a uma crença mitológica que ainda hoje é forte. Um vaqueiro teria encontrado, em um ambiente pantanoso, a imagem do Senhor do Bonfim sobre um tronco de madeira e quando a retirava do local e a levava para a igreja de Natividade, ela reaparecia na mesma paragem onde havia sido encontrada. Segundo a crença popular, esse movimento de ida e volta da imagem, impulsionado pela vontade do “Senhor do Bom Fim”, teria ocorrido repetidas vezes.

Há registros da existência e movimentação de milhares de pessoas para a Romaria já datavam antes de 1883, data na qual “o Bispo de Goiás, Dom Cláudio Ponce de Leão faz uma visita pastoral em toda a sua diocese, alcançando também já a Romaria do Senhor do Bonfim e Porto Nacional” (PEDREIRA, 2016, p. 29).

Reunindo milhares de pessoas, peregrinos e comerciantes de diversas localidades que aproveitam o movimento de pessoas para repassarem seus produtos, a Romaria é a mistura do sagrado e do profano, simbolizando um ambiente social e econômico de trocas e confirmação de identidade e cultura.

Em 1998, a Diocese de Porto Nacional constituiu o local como Santuário Diocesano a Igreja do Senhor do Bonfim, devido, conforme os cânones 1230-1234, a existência bicentenária da devoção dos fiéis ao Senhor do Bonfim, o crescente número de romeiros da Diocese, de todo o estado do Tocantins e, mesmo, de outros estados. E, estabeleceu que o Reitor do Santuário seria sempre o Pároco da Paróquia Nossa Senhora da Natividade, em Natividade.

Atualmente, a missa campal do dia 15 de agosto ocorre debaixo do sol quente e no meio do chão batido. Na época da Romaria, na região é tempo da seca e não chove, os ventos fortes levantam poeira e castigam o romeiro. Apesar de haver banheiros públicos construídos, os mesmos não se mantêm limpos para uso, devido ao grande fluxo de pessoas utilizando e poucas pessoas para fazer a limpeza. Há um verdadeiro comércio instalado no local, principalmente ao redor e pelo caminho que leva até a igreja do Santuário, sendo muitas vezes impossível de transitar pela quantidade de gente, principalmente no dia 15 de agosto.

No Santuário, onde não é local “sagrado” tem uma barraca de comércio ambulante, os quais pagam taxas (conforme o tamanho da barraca) para estarem ali, no “shopping do Bonfim”, uma alusão que os romeiros fazem aos grandes centros comerciais das cidades. Muitos comerciantes de Natividade abrem filiais no Bonfim, como por exemplo, supermercados.

Apesar da motivação religiosa ser a principal, os romeiros também se interessam por todo o contexto de sociabilidade que a Romaria traz consigo: comércio, festa e reencontros. É no Bonfim que as famílias se reúnem, os amigos se reencontram, tem churrasco, tem festa, compram alguma novidade e tem reza.

4. TURISMO RELIGIOSO: CONCEITOS PRINCIPAIS

Para diversos autores, a prática do turismo religioso não pode ser balizada apenas como o ato de viajar, mas sim, por todo um complexo de valores e crenças inerentes de cada indivíduo (TERZIDOUA; SCARLES; SAUNDERS, 2018; PRAZERES; CARVALHO, 2015), sem contar com os locais onde ocorrem as festividades religiosas, que são também patrimônios e têm se transformado em elemento de atração turística (FORGA; VALIENTE, 2018; BARBOSA, 2005), e ainda, as transformações dessas manifestações religiosas e alteração dos modos de vivência da fé (PRAZERES; CARVALHO, 2015; LOPES, 2014).

Emerson Silveira (2007, p. 36) defende que nem todo deslocamento de visitantes em direção a lugares sagrados, templos ou festas pode ser inserido na categoria de “turismo religioso”, mas pelo fato dessa categoria de turismo ser “antiga prática social renomeada agora, em tempos de globalização e desterritorialização, constitui-se em visitar lugares considerados sagrados, usando-se estrutura de hospedagem”.

A motivação primordial, em se tratando dos elementos que contribuem para o turismo religioso, é por razões religiosas. Contudo, o turismo religioso também integra o turismo cultural e “as viagens são, em regra, multifuncionais, mesmo quando o fator religioso domina. Como

tal, as motivações de ordem religiosa não o impedem de desenvolver durante a viagem outras atividades de consumo turístico” (ALVES, 2014, p. 78).

Emerson Giumbelli (2018, p. 32) aponta que existem diferentes entendimentos que incidem sobre a ideia de turismo religioso, em que

[...] a dimensão religiosa é acompanhada por elementos ecológicos e culturais, formando um conjunto enquadrado pela ideia de turismo, para a qual o argumento econômico é fundamental. [...] Embora as referências oficiais sobre “turismo religioso” se enderecem quase sempre a sítios e eventos católicos, ele é apresentado como uma modalidade do “turismo cultural” (tradução nossa).

Dias e Silveira (2003) também explicam que o turismo religioso é uma viagem em que a fé é o motivo principal, mas que pode traduzir motivos culturais em conhecer outras manifestações religiosas. Os autores acrescentam ainda que o turismo religioso é aquele realizado por pessoas que se deslocam por motivações religiosas e/ou para participarem em eventos de caráter religioso que são as romarias, peregrinações, visitação a espaços, festas, espetáculos e atividades religiosas.

Para Lopes e Pereira (2017, p. 49), “os diferentes destinos turísticos não se distinguem somente pelos serviços e estruturas de lazer que proporcionam, senão que o fazem pela diferenciação que projetam de uma paisagem turística, como um lugar singular a ser habitado”.

Assim, o turismo brasileiro apresenta, a cada ano, números mais expressivos em relação ao segmento religioso. De acordo com dados preliminares do Departamento de Estudos e Pesquisas do Ministério do Turismo (MTur), em 2014, cerca de 17,7 milhões de brasileiros viajaram pelo país levados pela fé. E cerca de 10 milhões de pessoas fizeram viagens sem pernoitar no destino (excursionistas) e outras 7,7 milhões permaneceram pelo menos uma noite no local (BRASIL, 2015).

Gisbert Rinschede (1992, p. 652) explica que, atualmente, o turismo religioso está intimamente ligado ao turismo cultural e de férias. Geralmente, para quem participa de viagens e peregrinações organizadas, há um dia planejado na programação para que os peregrinos também possam fazer excursões pela área ao redor da festa, santuário ou local de visitação religiosa.

Entretanto, na maior parte das localidades, a infraestrutura para receber os visitantes ainda é precária e não atende as necessidades dos turistas. Nos locais onde existem santuários ou ocorrem manifestações religiosas há pouca compreensão do potencial econômico de visitas periódicas.

Com relação ao aspecto organizacional, o turismo religioso subdivide-se em romaria, peregrinação e penitência.

[...] por romaria entende-se o deslocamento de livre vontade a lugares sagrados e sem pretensões de recompensas materiais ou espirituais; a peregrinação compreende os deslocamentos a lugares sagrados objetivando o pagamento de promessas anteriormente feitas a espíritos bem-aventurados e, por último, a penitência, ou a viagem de reparação, que compreende os deslocamentos a lugares sagrados, cujo objetivo é redimir-se dos seus pecados em uma viagem de arrependimento (JALUSKA; JUNQUEIRA, 2012, p. 340).

Já Dias e Silveira (2003, p. 29) expõem que são utilizados seis atributos para classificar os atrativos turísticos e religiosos, podendo ser analisados para verificar a área de destino, o objetivo final e a motivação da viagem. Sendo eles: a) santuários de peregrinação (locais de valor espiritual e com datas devocionais especiais); b) espaços religiosos (locais com grande significado histórico-cultural, que podem ser considerados como atrações turístico-religiosas); c) encontros e celebrações (seminários e eventos de caráter religioso); d) festas e comemorações em dias específicos (eventos dedicados a determinados símbolos de fé, calendários litúrgicos ou manifestações de devoção popular); e) espetáculos artísticos de cunho religioso (encenação de eventos religiosos); e f) roteiros de fé (caminhadas de significado espiritual, pré-organizadas em um itinerário turístico-religioso).

O turismo religioso também pode ser diferenciado de acordo com os critérios de tempo de permanência: de curto prazo (sem pernoite) ou de longo prazo (com pernoite de pelo menos um dia). O turismo religioso de curta duração é caracterizado por distâncias curtas e o “objetivo desse turismo é ir a um centro religioso com área de captação local, regional ou suprarregional (locais de peregrinação) ou participar de uma celebração religiosa, uma conferência religiosa ou uma reunião da igreja” (RINSCHÉDE, 1992, p. 57).

Já o turismo religioso de longo prazo envolve visitas a centros religiosos ou santuários religiosos por vários dias ou semanas. Não se limita apenas à visita de locais de peregrinação, como também inclui a visita de outros centros religiosos (RINSCHÉDE, 1992).

Giumbelli (2018, p. 26) ressalta que “o religioso já não é suficiente ou pertinente para estipular o destino de uma peregrinação. [...] As noções de sagrado e de espiritual precisariam ser adotadas para dar conta dessas transformações”. Essa categorização é apresentada pelo autor como uma ideia de “turistificação” que é apreendida como recurso.

E ainda,

[...] lugares religiosos que são transformados – com ou sem a colaboração de autoridades religiosas – em destinações turísticas. Museus dedicados à religião ou mantidos por instituições religiosas são cotejados por parques temáticos nos quais a religião torna-se o foco. Espetáculos cujo tema é a religião fazem parte da programação cultural de algumas cidades. Há muitos exemplos de como turismo e peregrinação podem se misturar, como no caso de pessoas que viajam de volta a seus locais de origem (*diaspora tourism*) (GIUMBELLI, 2018, p. 25, tradução nossa).

Timothy e Olsen (2006) citado por Giumbelli (2018), questionam a pertinência das motivações como critério para distinguir o peregrino do turista.

Muitas pessoas viajam para uma variedade cada vez maior de locais sagrados [...] porque têm interesse educacional em aprender mais sobre a história de um local ou entender uma fé religiosa específica e sua cultura e crenças, em vez de serem motivadas apenas pela busca de prazeres ou crescimento espiritual. [...] Assim, falamos de tipos de turistas e não se uma motivação é mais importante que outra na definição de um turista. Desta perspectiva, então, um “peregrino” é um turista (turista religioso) motivado por fatores espirituais ou religiosos (GIUMBELLI, 2018, p. 26, tradução nossa).

Steil (2003) citado por Alves (2014, p. 87), esclarece que não se pode demarcar uma linha divisória entre turistas e peregrinos, uma vez que, dada a complexidade do fenômeno, existe “uma miscelânea de atos religiosos e turísticos praticados pela mesma pessoa, de modo que se toma muito difícil saber se estamos diante de um turista ou de um romeiro”.

Condicionar a compreensão do fenômeno do turismo religioso ao entendimento da motivação das viagens é reduzi-lo excessivamente. As motivações se transformam durante e, principalmente, depois da viagem, não se configurando como estáticas, mas advindas da função de estímulos externos, que se diversificam e se misturam às multiplicidades das experiências. É nessa temporalidade que os estudos do turismo religioso devem se adentrar, vendo-os como fenômeno de interação (ALVES, 2014, p. 88).

O turismo religioso também se destaca na área econômica, uma vez que os peregrinos e turistas consomem bens e serviços. E ainda, faz com que surjam atividades paralelas às atividades religiosas, como comércio ambulante e outros atrativos de diversão.

Rinschede (1992) comenta que o desenvolvimento econômico das cidades que são destinos de peregrinos está ligado ao crescimento do fluxo de turistas atraídos pela religiosidade. “Para as necessidades dos peregrinos, vários ramos econômicos se estabelecem, como em todos os locais turísticos, além das diversas instalações religiosas” (RINSCHEDÉ, 1992, p. 64). O centro religioso, geralmente está em um local aberto onde os peregrinos podiam se reunir e com isso, vários outros estabelecimentos vão se instalando ao redor desse centro. Esses estabelecimentos cercam o lugar sagrado que, inicialmente, estavam livres de atividades comerciais. São exemplos: mosteiros, hospitais, lojas de *souvenirs*, agências de viagens, estacionamentos e demais.

Em Natividade, cidade localizada na região turística das Serras Gerais no Tocantins, sua cultura e patrimônio podem oferecer/atrair desenvolvimento por meio do turismo religioso, tanto para a região e para quem participa de suas festividades. A cidade possui duas grandes festas religiosas que envolvem e reúnem peregrinos, comunidade e turistas.

5. TURISMO RELIGIOSO EM NATIVIDADE: É POSSÍVEL?

Pensar o turismo apenas sob o aspecto econômico e comercial pode levar a um empobrecimento, por ser este compreendido como um fenômeno mais complexo do que simples negócio ou produto, já que este envolve tanto as pessoas que realizam as viagens quanto as que recebem os viajantes e, portanto, o encontro entre diferentes culturas, sendo vivenciado dentro de contextos históricos, políticos e sociais (SOUZA, 2010).

Embora ainda muitos consideram que as motivações religiosas não têm nada de turístico, quando comparadas com outros propósitos de viagens, na realidade, o viajante pode ter um envolvimento grande com o sagrado, mas continua a necessitar de descanso, alimentar-se e desfrutar de momentos de calma e relaxamento, pois sua condição humana assim o exige. E, ao provocar essa demanda, usufrui dos mesmos equipamentos necessários para o atendimento do viajante que o faz com fins culturais, por exemplo (DIAS; SILVEIRA, 2003, p. 15).

Em Natividade, as festas movimentam a economia local (muitas vezes na informalidade), o turismo e toda uma cadeia de serviços que acaba por reunir diversas pessoas nos dias que as antecedem, como por exemplo, nas comemorações do dia do Senhor do Bonfim, que reúne milhares de visitantes que utilizam hotéis, pousadas, restaurantes e comércio local de forma geral.

Esse conjunto de atividades econômicas sustentado pelo que convencionamos denominar indústria do turismo, só existe de forma significativa em função da atividade turística. Desse modo, o conjunto de locais e atividades religiosas – santuários, eventos, caminhadas, romarias etc. que provoca o deslocamento de pessoas, quando estas permanecem no local mais de 24 horas, deve ser considerado como atrativo turístico e o fenômeno deve ser considerado como tipo particular de turismo, o religioso (DIAS; SILVEIRA, 2003, p. 15).

Irving *et al* (2005 apud Lopes e Pereira, 2017) explicam que

[...] a efetiva participação das comunidades locais no processo de planejamento e gestão da atividade turística parece, portanto, essencial, pois a população local é conhecedora e vivencia a sua realidade imediata, sendo capaz de identificar problemas e necessidades, avaliar alternativas, desenvolver estratégias para proteção e/ou valorização do patrimônio natural e cultural e buscar soluções para os problemas identificados, sugerindo caminhos que levem à melhoria da qualidade de vida, ao fortalecimento da cultura local e ao bem-estar social (LOPES; PEREIRA, 2017, p. 58).

Para o desenvolvimento do turismo religioso em Natividade, faz-se necessária a atuação de diversas entidades e ações direcionadas como: o estado com as políticas públicas, órgãos paraestatais com treinamentos e cursos, associação com a mobilização da comunidade e a iniciativa privada com o investimento, como é apontado por Moreira e Porta (2008), em que o “desenvolvimento da economia da cultura exige mecanismos diversificados de fomento, diferentes da política de fomento via leis de incentivo fiscal”.

Partindo dessas motivações, as ações desenvolvidas por diversos atores são fundamentais para o fomento do turismo religioso em Natividade, principalmente a comunidade local, que pode desenvolver ações e projetos por meio de suas associações, que além de cuidar do patrimônio e cultura local, são base de informação e de construção da história e memória do lugar.

Apesar das festas religiosas atraírem pessoas e movimentarem a economia local, não há estrutura adequada e satisfatória, nem para os turistas, nem para a comunidade e nem para os comerciantes que ali estão. Sendo assim, em Natividade não há como seguir um modelo e apenas aplicá-lo, como se fosse a solução para o desenvolvimento local.

A vontade e disposição para o desenvolvimento da cidade necessita partir da comunidade como um todo e todos seus atores sociais. Não basta apenas meia dúzia de comerciantes lutarem por espaço, o poder público também tem que contribuir para identificar e apoiar, por meio das políticas estratégicas, as ações para transformar a região, sem afetar suas características principais.

O momento da festa é o da geração de emprego e renda, da sustentação do local, do ritual religioso, do discurso político e também do grupo de forró, da

comida, das compras de produtos religiosos e artesanais, dos shows com bandas regionais e da dança. (ALVES, 2014, p. 88-89).

Todos que participam das festas religiosas atuam como atores sociais, seja por motivos religiosos ou não, compartilhando as decisões e estabelecendo as relações sociais necessárias para o desenvolvimento local.

Com isso, acredita-se que será por meio das festas religiosas de Natividade que o turismo religioso poderá ser possível, porém, só a partir das ações dos atores envolvidos (externos e locais), da visibilidade dos seus atrativos e da devida regulação para a construção de um modelo de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ALVES, Maria Lúcia Bastos. PEREQUINOS E TURISTAS: diferentes modos de ser e viver o mundo. **Estudos de Sociologia**, [S. l.], v. 1, n. 14, p. 75-93, mar. 2014. ISSN 2317-5427. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235355>. Acesso em: 23 set. 2019.

BARBOSA, Fábila Fonseca. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ ou regional. **Caminhos da Geografia (UFU)**, v. 6 n. 14, fev. 2005, p. 107-114. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15380>. Acesso em: 8 maio 2018.

BELTRÃO, Luís. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo religioso continua em alta no Brasil**. Brasília, 12 jan. 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/712-turismo-religioso-continua-em-alta-no-brasil.html>. Acesso em: 15 maio 2018.

DIAS, Reinaldo; SILVEIRA, Emerson José Sena da (orgs.). **Turismo religioso: ensaios e reflexões**. Campinas: Editora Alínea, 2003.

FORGA, José Maria Prat, VALIENTE, Gemma Cànoves. Las romerías, oportunidad turística y relaciones sociales entre locales y visitantes. el caso de la Cerdanya en Cataluña. **Cuadernos de Turismo**, n. 41, 2018; p. 575-589.

GIUMBELLI, Emerson. Religious Tourism. **Religion and Society: Advances In Research**, v. 9, p. 24-38, 2018. doi:10.3167/arrs.2018.090103.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1980 a 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas Regionais do Brasil, 2012**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 25 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Natividade – Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/natividade/panorama>. Acesso em: 25 out. 2019.

IPHAN. **Joias artesanais de Natividade**. Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006.

JALUSKA, Taciane; JUNQUEIRA, Sérgio. A utilização dos espaços sagrados pelo turismo religioso e suas possibilidades como ferramenta auxiliar para o estabelecimento do diálogo entre as nações. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 14, n. 3, p. 337–348, set./dez 2012. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/3142/2402>. Acesso em: 15 de mai. 2018.

LOPES, José Rogério. Coleções de fé, fluxos materiais e hibridismos nas festas religiosas. **Ciencias Sociales Y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 16, n. 20, p. 134-153, jan./jun. 2014.

LOPES, José Rogério; PEREIRA, Ângelo Moreira. Patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento local: Estudo de caso da Cidade Velha, ilha de Santiago, Cabo Verde. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 1, n. 2, p. 45-60, jul. 2017.

MATOS, Juliana. De Natividade, dona Romana comenta inspiração para personagem televisiva. **Jornal do Tocantins**. Palmas, 25 out 2017. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/magazine/de-natividade-dona-romana-comenta-inspira%C3%A7%C3%A3o-para-personagem-televisiva-1.1378559>. Acesso em: 28 out. 2019.

MELO, José Marques de. As festas populares como processos comunicacionais: roteiro para o seu inventário no limiar do século XXI. **Libero**: Ano III, v. 3, n. 6, 2000, p. 56-63.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Religiosidade e devoção**: as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade – TO. 2010, 352 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: http://portais.ufg.br/uploads/113/original_Tese_Noeci_Carvalho_Messias.pdf. Acesso em: 23 ago. 2011.

MOREIRA, Adriana. Conheça Natividade, cidade-cenário da série ‘O Escolhido’ da Netflix. **O Estado de São Paulo (Estadão)**. São Paulo, 29 jun. 2019. Disponível em: <https://viagem.estadao.com.br/noticias/geral,conheca-natividade-cidade-cenario-para-a-nova-serie-da-netflix,70002894630>. Acesso em: 28 out. 2019.

MOREIRA, Gilberto Passos Gil; PORTA, Paula. Economia da Cultura. **Ministério da Cultura**, Brasília, 3 fev. 2008. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlr9iTn/content/economia-da-cultura-138635/10883. Acesso em: 15 ago. 2018.

PEDREIRA, Pe. Jones Ronaldo. **Romaria do Senhor do Bonfim/Natividade – TO**. Porto Nacional: R&M Gráfica e Editora, 2016.

PRAZERES, Joana; CARVALHO, Adão. Turismo Religioso: Fátima no Contexto dos Santuários Marianos Europeus. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 13, n. 5, p. 1145-1170. 2015.

RINSCHÉDE, Gisbert. Forms of Religious Tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 19, p. 51-67, 1992.

SANTANA JR, Jesuíno. Joias de Natividade são destaques nos acessórios de personagens da novela O Outro Lado do Paraíso. **Portal Tocantins**. Palmas, 1 nov. 2017. Disponível em: <https://portal.to.gov.br/noticia/2017/11/1/joias-de-natividade-sao-destaques-nos-acessorios-de-personagens-da-novela-o-outro-lado-do-paraiso/>. Acesso em: 28 out. 2019.

SILVEIRA, E. J. S. Turismo Religioso no Brasil: uma perspectiva local e global. **Turismo em Análise**, v. 18, n. 1, p. 33-51, maio 2007.

SOUSA, Poliana Macedo de. **A festa do Divino Espírito Santo: memória e religiosidade em Natividade (TO)**. Editora Fi: Porto Alegre, 2017.

SOUZA, José Arilson Xavier de. Entendimentos geográficos da religião e peregrinações: em análise a Romaria do Senhor do Bonfim em Natividade (TO). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 219-238, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337127362013>. Acesso em: 1 ago. 2017.

SOUZA, Tatiana Roberta de. Lazer e Turismo: reflexões sobre suas interfaces. **SEMITUR**, 6. Universidade de Caxias do Sul. 2010. Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/gt11/arquivos/11/Lazer%20e%20Turismo%20Reflexoes%20Sobre%20Suas%20Interfaces.pdf. Acesso em: 10 ago. 2018.

TERZIDOUA, Martina, SCARLES, Caroline, SAUNDERS, Mark N. K. The complexities of religious tourism motivations: Sacred places, vows and visions. **Annals of Tourism Research**. v. 70, may 2018, p. 54-65.

TOCANTINS. **Natividade - Perfil socioeconômico dos Municípios**. Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN-TO): Palmas – TO, 2017.

O TURISMO EM NATIVIDADE: CULTURA E RELIGIÃO

*Valéria Maria Pereira Alves Picanço*²⁷

*Márcia Eloisa Lasmar Bieri*²⁸

*Tiese Rodrigues Teixeira Júnior*²⁹

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende apresentar o turismo religioso, cultural e patrimonial que atrai o turista ao município de Natividade. O turismo é um importante setor para estimular as economias nacionais, regionais e locais. Em Natividade, cidade do interior do estado do Tocantins há alguns eventos anuais que recebem um grande volume de visitantes. Trata-se, portanto, de empreendimento no setor de turismo, mais especificamente do turismo religioso, já que, durante os outros períodos, o município recebe uma quantidade menor de turistas para conhecer a sua cultura que estaria dentro do setor da arquitetura e do urbanismo do Centro Histórico tombado federalmente, da ourivesaria, em especial, da filigrana e dos bolos típicos, em que o mais conhecido é o Amor Perfeito da Tia Naninha.

O tema principal deste artigo é apresentar a Festa do Divino Espírito Santo que ajuda a fomentar o turismo religioso e cultural do município de Natividade, o mais longevo do antigo norte goiano que hoje compõe o estado do Tocantins.

Para tanto, utilizou-se a pesquisa qualitativa, e os resultados do estudo foram desenvolvidos por meio de análise e percepções. A pesquisa foi baseada em pesquisa bibliográfica e de campo.

Natividade foi escolhida por ser o primeiro município com um centro histórico tombado federalmente no Tocantins. Esse Centro Histórico ainda possui o uso residencial como uma constante em sua arquitetura colonial vernacular³⁰, pouco modificada em seu sítio tombado. Ainda é a primeira experiência brasileira de muitas intervenções executadas ao mesmo tempo, em imóveis privados, via Programa Monumenta. Natividade fazia parte do antigo norte de Goiás, preserva a arquitetura colonial, as festas religiosas tradicionais, o folclore, a gastronomia típica e possui atrativos naturais que encantam os turistas.

27 Arquiteta e Urbanista com especialização em restauração e conservação de bens históricos. Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora efetiva do curso de Engenharia Civil, Campus Palmas. *E-mail*: valeriapicanco@uft.edu.br.

28 Pedagoga. Professora doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Coordenadora de Educação da Associação Suíço-brasileiro de apoio à Amazônia. Pesquisadora Associada do Musée Du Quai Branly Jacques Chirac. *E-mail*: marcialasmar@hotmail.com.

29 Professor Doutor, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. *E-mail*: tiesejr@gmail.com.

30 Arquitetura vernacular é o nome dado a todo tipo de arquitetura na qual sejam empregados materiais e recursos do próprio ambiente no qual a edificação foi construída. Desse modo, a arquitetura apresenta caráter local ou regional (GOUVÊA, 2007; ROMÉRO, 2007).

Natividade comemora muitas festas religiosas durante o ano todo, contudo, escolheu-se para analisar aqui neste trabalho a **Festa do Divino Espírito Santo** por ser esta uma festa muito antiga, que tem um cunho na cultura Portuguesa e ser uma festividade que demarca a identidade cultural do estado, pois essa festa é comemorada em vários municípios do Tocantins. Ressalta-se, no entanto, que em Natividade essa festa segue o mesmo rito secular, por isso, atrai muitos visitantes turistas para o evento.

Como Natividade é uma das cidades que possui um centro histórico tombado federalmente, isso ajuda ainda mais a atrair turistas o ano todo, e é durante suas festas religiosas, principalmente na Festa do Divino Espírito Santos, que existe uma atração maior ao turismo, sendo assim, o turismo religioso é o que mais atrai visitantes para a cidade.

2. NATIVIDADE: BERÇO HISTÓRICO E CULTURAL

Natividade está localizada a 218 Km da capital do Tocantins, Palmas, no Sudeste do Estado e a 630 Km da capital do Brasil, Brasília. Está entre os paralelos 11°S e 12°S.

Conforme aponta Picanço (2009), a sede municipal localiza-se nas coordenadas geográficas de 11°42'35" de latitude sul e 47°43'24" de longitude oeste, a uma altitude de 323m acima do nível do mar. É circundada, do seu lado leste, pela Serra de Nossa Senhora de Natividade, conhecida como Serra Geral.

Segundo Vaz (1985), o município de Natividade, que inicialmente se chamou Arraial de São Luiz, foi fundado em 1734 e está ligado a Antônio Ferraz de Araújo, sobrinho de Bartolomeu Bueno da Silva³¹. A cidade nasceu da expansão mineradora do século XVIII no Centro-Oeste. Naquela época, havia cerca de 300 casas térreas, construídas com adobe, cobertas com telhas e dispostas uma junto da outra.

Vaz (1985) traz à tona as discussões e os levantamentos bibliográficos sobre o surgimento do núcleo inicial de Natividade, permeados de dúvidas que podem ser traduzidas em algumas hipóteses: a cidade teria suas origens no Arraial de São Luiz, localizado no alto da Serra (RODRIGUES, 1978); a Ruína de Nossa Senhora de Natividade teria acomodado apenas os garimpeiros e escravos, enquanto o núcleo original teria surgido nas encostas da elevação (PICANÇO, 2009), e Natividade e São Luiz seriam arraiais distintos nas encostas da elevação (ALENCASTRE, 1979).

De acordo com Picanço (2009), independentemente de seus primórdios, a cidade adquiriu o nome atual no ano de 1833, uma homenagem à Nossa Senhora, padroeira da cidade. Foi um dos maiores arraiais da Capitania de Goiás, ocupando o segundo lugar em importância na captação de ouro.

Segundo o que esclarece Parente (1999), o surgimento desse núcleo, em função das minas de ouro em Goiás, obedeceu a uma ordem cronológica no século XVIII. O período de 1722 a 1730 corresponde à descoberta das Minas do Sul e, conseqüentemente, ao surgimento de núcleos urbanos daquela região. E, só a partir da década de 1730, surgiram os primeiros núcleos urbanos do antigo norte goiano.

31 Ficou conhecido como Anhanguera, foi um dos mais importantes bandeirantes a desbravar o interior do Brasil durante o período colonial.

A opulência do ouro em Natividade e a sua exploração sistemática permitiram a fixação do homem, o estabelecimento mais eficiente do comércio, a formação social e a construção do ambiente urbano (PICANÇO, 2009)

A decadência da mineração desencadeou o empobrecimento e a ruralização do Arraial de Natividade, que passou a subsistir basicamente da pecuária e da agricultura rudimentar. Embora o seu espaço tenha sido alterado, guardou em si a autenticidade de sua origem aurífera. Entre 1809 e 1815, a cidade foi sede do “Governo do Norte”, período em que a Capitania de Goiás se dividiu em duas comarcas: Comarca do Sul e Comarca do Norte. Em 1831, o arraial foi elevado à categoria de cidade (PARENTE, 1999).

Progressivamente, a pecuária passou a exercer o papel de sustentáculo da economia em Natividade, que, configurando-se como região pecuarista, desenvolveu fortes relações comerciais com a Bahia. Esses ciclos econômicos pelos quais passou o arraial exprimem historicamente nos espaços as etapas vividas por essa sociedade, guardando todas as características de cada uma delas. Do início do ciclo do ouro é possível observar no cume da serra as ruínas das primeiras construções, o lago artificial, o aqueduto e a ponte, tudo construído em pedra. Ao pé da serra, é possível observar também ruínas em pedras, mas com características bem menos provisórias do que em outros núcleos iniciais. Com a exploração sistemática do ouro, as casas assumiram um caráter de permanência, configurando espacialmente o arraial (PARENTE, 1999).

A prosperidade econômica ocorrida com a pecuária a partir do final do século XIX, início do século XX, permitiu aos proprietários locais introduzirem uma série de modificações em suas habitações, embora tenham mantido ainda a base de suas construções de origem colonial. Casas térreas construídas sobre o alinhamento das ruas e sobre os limites das laterais dos terrenos eram características correntes, o que garantia uma aparência portuguesa ao arraial (PICANÇO, 2009).

Natividade, atualmente, tem uma população de 9.291 habitantes (IBGE, 2010) e apresenta uma estrutura urbana colonial, com ruas irregulares. O conjunto arquitetônico destaca-se por sua simplicidade, com ausência de monumentalidade nas construções públicas e privadas. As fachadas são de dois tipos e correspondem aos ciclos econômicos pelos quais passou. As mais simples correspondem à fase da mineração e as mais ornamentadas à fase da pecuária.

Picanço (2009, p. 74) alega que “[...] o sítio arquitetônico tombado da cidade, atualmente, é formado por 260 unidades. A estrutura urbana original de Natividade se encontra praticamente íntegra [...]” e as áreas de ocupação mais recentes não interferem no núcleo original.

Natividade foi tombada por ser uma cidade que mantém o seu traçado urbano original, compatível com as das cidades colônias, e ainda ter um conjunto arquitetônico colonial pouco alterado.

O município de Natividade foi escrito no livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Histórico e Belas Artes do IPHAN no dia 16 de outubro de 1987. Sendo nesse ato protegidos aproximadamente 18 ha. (PROGRAMA MONUMENTA, 2007).

Natividade é considerada uma cidade turística e possui um calendário extenso de eventos religiosos. No núcleo tombado, destacam-se a igreja de São Benedito e a Matriz de Nossa Senhora da Natividade, de 1759. No altar, os nativitanos respeitam a imagem da padroeira do Tocantins que chegou ao estado pelo rio Tocantins e foi levada pelos escravos até o Arraial (PICANÇO, 2009). Os negros também ergueram a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos

Pretos, construída em pedra canga. A obra, até hoje inacabada, foi iniciada no século XVIII e paralisada por volta de 1817. As ruínas de natividade são uma das referências da raça negra no coração do Brasil (PICANÇO, 2009).

As tradições dos povos quilombolas também estão presentes no folclore e nas festas religiosas, entre elas, a do Festejo do Divino Espírito Santo e a Romaria Senhor do Bonfim (no povoado de Bonfim). Há também o Centro Bom Jesus de Nazaré (Sítio da Jacuba) que se destaca pelas construções feitas com pedras. São figuras que representam humanos, magos, pássaros gigantes, formas estelares e geométricas. O local é considerado místico pelos moradores da região e pelos visitantes. As obras são feitas a partir das “visões” de Dona Romana, moradora local.

Em seus quase 300 anos de existência, a cidade cultivou a miscigenação de raças e de culturas, revelando um povo que ostenta grande apreço às tradições. As atividades culturais e religiosas, os hábitos e tradições locais são ainda muito presentes no cotidiano dos moradores do Centro Histórico, e os principais festejos anuais atraem uma grande quantidade de visitantes, o que os torna importantes fatores econômicos para a cidade (PARENTE, 1999).

3.3 TURISMO RELIGIOSO

Nas literaturas publicadas, é possível encontrar distintas definições de turismo. Algumas se fundamentam na distância entre o destino temporário e o local de residência, outros no tempo em que a pessoa permanece nesse destino, outros, ainda, na motivação da viagem (FRANCO, 2000). Uma característica comum às definições sobre o construto é a existência de ação dos indivíduos em se deslocarem do local onde residem para outro em caráter temporário.

O turismo existe em nossa sociedade há muitos anos, por esse motivo, acredita-se que no Império Romano já havia deslocamentos de pessoas que se assemelham aos do turismo moderno, em que indivíduos viajavam para locais que possuíam praias ou para Spas, na busca por prazer, divertimento ou cura (BARRETTO, 1995).

O conceito de turismo, atualmente adotado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), é o mesmo utilizado por De La Torre (1997, p. 19):

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

O setor de turismo é visto como uma oportunidade de desenvolvimento das regiões, estimulado nas últimas décadas por múltiplos fatores que cooperaram para a permuta de conhecimento e para o acesso a esses locais. Entre eles, destacam-se a redução da jornada de trabalho e o acréscimo da renda do trabalhador; a ampliação da oferta de transporte, possibilitando mais deslocamentos em menor tempo e custo e descimento do custo do transporte aéreo; o desenvolvimento e a ampliação no acesso a tecnologias de comunicação e informação, facilitando a disseminação de informações sobre um local turístico e atraindo a atenção de turistas para aqueles locais (FRANCO, 2000).

Vijayanand (2012) observa que por meio do arranjo mercadológico para atendimento das demandas oriundas do turismo, países com pouca base industrial têm oportunidade de obter uma fonte alternativa de desenvolvimento econômico, principalmente para o fortalecimento das receitas de países em desenvolvimento.

Apenas uma parcela dos viajantes é considerada visitante, e a definição de visitante, apresentada pela OMT, também apresenta uma divisão em duas categorias que são importantes para o entendimento do turismo.

Um visitante é um viajante que realiza uma viagem para um destino diferente do seu local de habitação, durante um período inferior a um ano. Para fins de negócios, lazer ou outro objetivo pessoal, exceto quando contratado por uma entidade residente no país ou local visitado. Um visitante (doméstico, de entrada ou de saída) é classificado como um turista se sua viagem inclui um pernoite, ou como um excursionista caso o visitante não pernoite no local. (UNWTO, 2014, p. 13).

Ao analisar estudos sobre o turismo religioso, é possível descobrir uma diversidade de pesquisas envolvendo a multiplicidade de filiações religiosas, além de pesquisas de locais de destino desse segmento turístico situados em diversas partes do mundo.

Entre as obras brasileiras publicadas sobre turismo, algumas se referem, principalmente, ao turismo religioso, que são: a de Andrade (2000), de Aoun (2001), de Beni (2000), de Dias (2003), da Embratur (2000) e de Oliveira (1999; 2004). É possível destacar, ainda, os estudos de Maio (2004) e de Christoffoli (2007). A pesquisa de Maio (2004) aponta alguns avanços e deficiências em relação ao turismo religioso como fundamento para o desenvolvimento local. Já a de Christoffoli (2007) colabora com a compreensão do discurso dos autores de turismo sobre o deslocamento religioso e o turismo religioso na produção científica sobre turismo no Brasil.

Collins-Kreiner e Kliot (2000), Maoz e Bekerman (2010) e Olsen (2010) debatem as diferenças e as semelhanças entre peregrinos e turistas, dois grupos que primeiramente podem parecer distintos na teoria, mas que, como demonstram os autores, na prática, são considerados iguais para o turismo religioso, dada a utilização, por exemplo, de transporte e de hospedagem e a aquisição de produtos vinculados.

Notando o potencial econômico desse segmento, Shani, Rivera e Severt (2007) e Hung *et al.* (2013) identificam e estudam uma nova forma de atrair turistas para locais com motivação religiosa. Trata-se da construção de edifícios e de estruturas temáticas de cunho religioso, como já é habitualmente explorado em outras modalidades de turismo, como a Disneylândia nos Estados Unidos ou o Beto Carrero World no Brasil.

O turismo religioso é um importante segmento do mercado turístico mundial, regional e local que abarca dois dos mais importantes fenômenos sociais do mundo contemporâneo: Turismo e Religião. O turismo religioso tem atraído cada vez mais atenção dos pesquisadores por suas singularidades. A propriedade mais acentuada e que o distingue dos demais segmentos é a motivação, pois, como o próprio nome sugere, o turista busca uma conexão com o religioso, com o sagrado, com o divino. É possível citar romarias, peregrinações e visitações a espaços, festas, espetáculos e atividades religiosas (RIBEIRO, 2010) dentro do turismo religioso. Pesquisas como as de Stănculescu e Țîrca (2010) mostram, por exemplo, o grande potencial econômico do turismo durante o Hajj, em Meca, na Arábia Saudita, que movimentava aproximadamente 1,5

bilhões de dólares. Ou a construção de edifícios e de estruturas com temáticas religiosas para atrair turistas, como apontam Hung *et al.* (2013).

Moreno (2009 *apud* LANES FILHO; OLIVEIRA, 2018, p. 308) numa entrevista, em 2009, com o Padre Darci Nicolini, Reitor do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, afirmou que,

[...] para o religioso, a atividade econômica resultante do turismo religioso é importante e que isso impacta positivamente na vida de muitas pessoas, não devendo ser ignorada pela igreja. Também acrescenta que o turismo religioso tem como consequência a evangelização dos turistas que visitam aquele Santuário. Pereira, Bessa e Simões (2005) partilham dessa opinião, apontando que apesar de os diferentes pontos de vista, o turismo religioso constitui um importante instrumento evangelizador.

Assim sendo, conforme alega Dias (2003), o turismo religioso é um turismo em que a fé é o motivo principal, mas que pode traduzir motivos culturais em conhecer outras manifestações religiosas. Dessa forma, o “[...] turismo religioso é aquele empreendido por pessoas que se deslocam por motivações religiosas e/ou para participarem em eventos de caráter religioso. Compreende romarias, peregrinações e visitações a espaços, festas, espetáculos e atividades religiosas” (DIAS, 2003, p. 17).

No Brasil, há vários eventos religiosos que atraem muitos turistas, a saber: Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que ocorre em Belém (PA) há mais de 225 anos e acontece sempre no segundo domingo de outubro; as festas de São Francisco de Assis, cujo centro de romarias é Canindé (CE), em Canindé ocorre a segunda maior romaria Franciscana do mundo; a Festa da Padroeira do Brasil movimenta o Santuário de Aparecida, na cidade de Aparecida (SP); a paixão de Cristo em Nova Jerusalém (PE), onde todos os anos, nas semanas que antecedem a Páscoa, realiza-se o espetáculo da Paixão de Cristo de Fazenda Nova, na cidade de Brejo da Madre de Deus, no agreste pernambucano. O evento é encenado no maior teatro ao ar livre do mundo; entre vários outros eventos no Brasil. Mesmo que de forma mais simples do que esses apresentados, o Tocantins possui várias festas religiosas que atraem muitos visitantes e, entre essas festas, estão as festas do Divino Espírito Santo que são muito comuns em várias cidades do Brasil. A Festa do Divino Espírito Santo do município de Natividade é uma das mais famosas no Estado do Tocantins.

As principais festas religiosas de Natividade são: a Festa do Divino Espírito Santo e a Romaria do Senhor do Bonfim, apesar de a comunidade comemorar tantas outras, como o Dia de Santos Reis, São Sebastião, Nossa Senhora das Candeias, Dia de São Brás, Terços de São José, Semana Santa, Santo Expedito, São Jorge, São João, São Benedito, São Cosme e Damião, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Natividade, padroeira do estado (SOUZA; LOPES, 2019). A Festa do Divino Espírito Santo e a Romaria do Senhor do Bonfim são estabelecidas como tradição no Tocantins, que, apesar de ter sido desmembrado do Estado de Goiás em 1988, contém uma cultura peculiar e híbrida que merece ser preservada e compreendida.

Souza e Lopes (2019) mencionam que são poucas as publicações que discutem as festas religiosas no Tocantins, dessas poucas, ainda é possível listar a de Messias (2010; 2016), a de Oliveira (2010), a de Souza (2012), a de Sousa (2017), entre outras publicações.

Em Natividade, o turismo religioso vem aumentando a cada ano, tanto que em 2019 houve um fórum para tratar sobre o efeito do turismo na Serra Geral, mesmo o foco não sendo o turismo religioso, ele foi tratado de forma delicada e especial devido á quantidade de pessoas que esses eventos religiosos trazem para Natividade. Assim, fica claro que a cultura e a religião fortalecem o turismo em Natividade.

4. FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM NATIVIDADE

Considerada uma das festividades religiosas mais antigas das expressões do catolicismo popular brasileiro, a Festa ao Divino Espírito Santo é comemorada em várias regiões brasileiras, com dimensões próprias e peculiares. Para Amaral (1998), a transmissão da Festa do Divino no Brasil está diretamente vinculada aos percursos da colonização portuguesa, pois segundo o autor,

[...] elas parecem ter tido início, no Brasil, nas áreas de mineração do ouro, como Minas Gerais e Goiás. [...] A respeito dos primeiros tempos da Festa do Divino no Brasil e as formas pelas quais teria sido levada à região central, existem poucas e imprecisas informações, tanto nos vários autores que dela trataram como também segundo alguns moradores desta região. (AMARAL, 1998, p. 200).

Documentos e publicações antigas mostram que a Festa do Divino Espírito Santo em Natividade remonta do início do século XX, pois existem dados do primeiro imperador³², Sr. Herme-negildo da Silva Carneiro, de 1904. Segundo a Associação Comunitária Cultural de Natividade (ASCCUNA, 2015), nesses documentos constam os nomes de todos os imperadores desde 1904. A organização da Festa do Divino Espírito Santo, em Natividade, é fruto da colaboração de toda a população, pois as comemorações incluem a distribuição de grande quantidade de comidas, bebidas, lembrancinhas e decoração, sendo a cor-símbolo do evento o vermelho. Os anfitriões da festa são: o Imperador e o Capitão do Mastro, personalidades importantes do evento.

A data da festa é móvel, seguindo o calendário cristão, como apresentam Souza e Lopes (2019):

A festa segue o calendário cristão, com data móvel, celebrada 50 dias depois da Páscoa, precisamente no 7º domingo após a Ressurreição de Jesus, na qual símbolos com a pomba e a cor vermelha que representam, respectivamente, o Divino e o fogo, estão presentes em toda parte, seja nas bandeiras, decoração da Igreja e até mesmo na vestimenta dos devotos e foliões. (SOUZA; LOPES, 2019, p. 5).

A preparação do evento inicia-se no ano anterior, na Igreja Matriz, no mesmo dia da festa de coroação do Imperador. A festa dura em média 50 dias, a rotina da cidade muda durante esse período para que todos possam ajudar e participar de todas as etapas da festividade, assim, a identidade da Festa do Divino Espírito Santo de Natividade demarca o seu diferencial entre as outras festividades ao Divino Espírito Santo. Cancline (2006) ainda acrescenta que é nesse território que a identidade é posta em cena, comemorada nas festas e dramatizada também nos rituais cotidianos.

32 Dados da memória de Leofácia Araújo, nativitana que fez um resgate de todos os Imperadores do ano de 1904 para os arquivos da Asccuna.

Na Asccuna (2015) relata-se que a festa se inicia com o giro no Domingo de Páscoa, que tem a duração de 40 dias. O giro é feito com montaria a cavalo, e as folias percorrem a zona rural e os municípios vizinhos arrecadando donativos para a festa e levando mensagens bíblicas sobre passagens do ressuscitado por meio do Divino Espírito Santo, derramando o seu amor a todos os fiéis de Deus. As famílias que o recebem oferecem o que há de melhor em sua residência e em contrapartida os fólhos se desdobram em cantos e benditos. Os fólhos pousam em moradas que os recebem (ASCCUNA, 2015).

De acordo com dados da Asccuna (2015), as folias são em número de três, pois, assim, representam o Deus pai, Deus filho e o Espírito Santo e são integradas por alferes (líder do grupo e quem leva a bandeira do Divino), foliões (músicos que tocam e dançam as danças típicas, como: catira, rodas, minuanos, serragem e a alegre que contagia a Súcia), caixeiros (tocam a caixa para anunciar a chegada e a saída das folias e são aqueles que dão os avisos), os arrieiros (cuidam dos animais e do mantimento da tropa) e os despachantes. Os despachantes têm um papel fundamental, pois são eles que organizam o grupo formado por 15 homens ou mais, são os que assumem as famílias dos fólhos durante o giro, por isso que cada folia possui vários despachantes (ASCCUNA, 2015).

O giro termina na quinta-feira da Hora, dez dias antes da comemoração do Dia de Pentecostes, dia da Ascensão do Senhor ao céu. As folias se encontram, com muitos cânticos e alegria, na praça da Igreja Matriz de Natividade, que fica no Centro Histórico tombado. Após a chegada das folias, é dado início ao Tríduo do Divino Espírito Santo, quando os devotos cantam e louvam o Espírito Santo durante três dias seguidos (ASCCUNA, 2015).

Como apontam os dados da Asccuna (2015, p. 3), no sábado, anterior ao Domingo de Pentecostes, “[...] ocorre à procissão da Esmola Geral, quando o povo e os alferes saem pelas principais ruas de Natividade com a Bandeira da Misericórdia e as Bandeiras dos Devotos, visitando os moradores e arrecadando donativos para grande festa”. Depois da peregrinação, todas as pessoas que participaram da Esmola Geral “[...] se dirigem para [a] casa do Imperador, onde entregam as bandeiras e os donativos arrecadados” (ASCCUNA, 2015, p. 3). Após a Esmola Geral, toda a comunidade e os visitantes se reúnem no local onde acontecerá a festa do Imperador e do Capitão do Mastro para ajudar nas ornamentações e na produção das bebidas e comidas típicas que serão oferecidas na festa.

No mesmo dia da Esmola Geral, após o término da missa, à noite, é realizada a Festa do Capitão do Mastro. No término da missa, o Capitão é levado até a porta da Igreja Matriz em cima de um mastro todo enfeitado com as cores do Divino e uma bandeira no seu topo, de aproximadamente cinco metros de altura. Os personagens dessa etapa da festa são carregados por vários homens que sacodem o andor para que o capitão possa ser testado em sua “[...] resistência e habilidade em manobrar as ‘ondas’ [...]” (ASCCUNA, 2015, p. 4), dificultando o equilíbrio do Capitão, seguindo, assim, a tradição. “O mastro, com a bandeira no alto, significa uma grande seta apontada para o céu de onde o Espírito Santo virá para encher o coração dos fiéis de dons divinos” (ASCCUNA, 2015, p. 4). É um momento muito divertido, no qual acompanham

[...] a procissão do mastro ao toque da sanfona e iluminando o caminho com velas e rolos de cera acesos. Na praça da Igreja Matriz, baixam o mastro, cantam e dançam a suça. Depois retornam para o local da festa do mastro para se deliciar com bolos, bebias e comidas típicas até o amanhecer. (ASCCUNA, 2015, p. 4).

Pela manhã, no Domingo de Pentecostes, acontece o grande dia do reinado, o cortejo, no qual incide a coroação do Imperador, a missa solene e a transmissão dos cargos. A Missa de Domingo é o momento que todos esperam, “[...] onde o Espírito Santo derrama bênçãos e graças em 7 dons: Sabedoria, Entendimento, Conselho, Fortaleza, Ciência, Piedade e Temor a Deus” (ASCCUNA, 2015, p. 4). Quando a missa acaba, todos os participantes recebem o “[...] pão do Divino e acompanham o Reinado até a casa do Imperador, onde tudo já está preparado para a grande festa com muita fartura de comidas, bolos, doces, bebidas e licores” (ASCCUNA, 2015, p. 4). O Imperador e sua esposa, a Imperatriz, usam os símbolos do Divino que são a coroa, o cetro, o manto e a salva [bandeja de prata].

Na mesma missa é realizado o sorteio da escolha do Imperador do Capitão do Mastro do ano seguinte, e a transmissão é feita na missa que ocorre no mesmo dia à noite, nela há um simbolismo que “o fim é o começo de tudo” (ASCCUNA, 2015, p. 4).

Dessa forma, essa festa é perpetuada, passando a tradição cultural do festejo da festa do Divino Espírito Santo no Município de Natividade (TO) de pai para filho, fazendo com que a tradição não morra, assim, a cada festejo, há um aumento de turistas na cidade para conhecer e viver essa festa tão tradicional que marca tanto a identidade local e regional e é cheia de simbolismo para a população nativitana e tocantinense.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da festa religiosa católica do Divino Espírito Santo permite que se compreendam diversos elementos que colaboram com a constituição da identidade cultural nativata e a importância dessas festividades para o desenvolvimento local.

O setor de turismo tem um papel muito importante de impulsionar a economia de um local em vários tipos de escala. O turismo fomenta a economia dos serviços: hoteleiro, gastronômico, de lazer, entre outros. Natividade é muito conhecida por ter um serviço típico e artesanal na ourivesaria, com peças com *design* local e gastronomia de bolos típicos, como o já mencionado Amor Perfeito, além de ter o primeiro Centro Histórico tombado pela esfera federal.

Em Natividade, entre os setores do turismo, o turismo religioso é um dos que mais fomenta a economia devido às festas culturais religiosas seculares que acontecem na cidade. Existem duas festas que aumentam o turismo religioso no município: a Festa do Divino Espírito Santo, que ocorre na cidade; e a Romaria do Bonfim, que acontece no povoado do Bonfim. Neste trabalho deu-se ênfase à Festa do Divino Espírito Santo por ela ser uma das mais importantes e tradicionais comemorações de devoção ao Divino Espírito Santos no Estado do Tocantins.

A Festa do Divino Espírito Santo também movimenta a economia local (algumas vezes na informalidade), o turismo e toda uma cadeia de serviços que acaba por reunir muitos visitantes que utilizam hotéis, pousadas, restaurantes e comércio local de forma geral. Tal efervescência, porém, pode não se traduzir em modelo de desenvolvimento apropriado.

Independentemente da complexidade de uma festa religiosa, o ser humano crente na religião sente a necessidade de participar do tempo sagrado, pois é um acontecimento que foi originado há muito tempo e, por meio do rito, torna-se presente naquele momento. No tempo sagrado, tempo dos ritos e das festas religiosas, o homem quer se aproximar dos modelos divinos

e ficar mais próximo de seus deuses, por isso, ele simula e recria outro ser baseado nos mitos, enfim, na história (SOUSA, 2017).

Percebeu-se, durante a pesquisa, a importância que as festas religiosas têm para a cultura e para a religião do Estado do Tocantins, apesar disso, a quantidade de pesquisas sobre essas festas ainda é escassa, no entanto, as que existem são de boa qualidade. Há necessidade de se ter um olhar mais específico para as festividades tradicionais típicas religiosas e culturais do Tocantins, em especial em Natividade.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás – 1863**. Goiás: Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

AMARAL, Rita de Cassia de Mello Peixoto. **Festa à Brasileira – Significados do Festejar no País que ‘Não é Sério’**. 1998. 387p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: doi:10.11606/T.8.1998.tde-21102004-134208. Acesso em: 25 ago. 2020.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: Fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2000.

AOUN, Sabah. **À procura do paraíso no universo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2001. (Coleção Turismo).

ASCCUNA – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE NATIVIDADE. Festejos do Divino Espírito Santo Divino. **Folheto da festividade**, Natividade, Tocantins, 2015.

BARRETTO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BARRETTO, Margarita. O Grand Tour revisited. *In*: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (org.). **Turismo com Ética**. Fortaleza: FUNECE, 1998. p. 74-283.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2000.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CHRISTOFFOLI, Ângelo Ricardo. **Turismo e religiosidade no Brasil: um estudo dos discursos da produção acadêmica brasileira**. 2007. 139p. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale de Itajaí, Balneário Camboriú, SC, 2007.

COLLINS-KREINER, N.; KLIOT, N. Pilgrimage tourism in the holy land: the behavioural characteristics of Christian pilgrims. **GeoJournal**, Danvers, v. 50, n. 1, p. 55-67, 2000.

DE LA TORRE, Oscar. **El turismo: fenómeno social**. 2. ed. México: Fondo de cultura económica, 1997.

DIAS, Reinaldo. O Turismo Religioso como Segmento do Mercado Turístico. *In*: DIAS, Reinaldo; SILVEIRA, Emerson J. S. (orgs.). **Turismo Religioso: ensaios e reflexões**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003. p. 7-37.

EMBRATUR – EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. **Turismo brasileiro: roteiro da fé católica no Brasil**. Brasília, DF: [s.n.], 2000.

ERIG, Geruza Aline; SANTANA, Aline Gomes; FERREIRA, Mayele Cristina de Andrade. Turismo e Evento: Festa do Divino Espírito Santo em Natividade, Tocantins, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 594-606, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v10i3p594>.

FRANCO, Nery Alberto Dominguez. **Potencialização do turismo das ruínas Jesuíticas da Região das Missões**. 2000. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Biocidade: conceitos e critérios para um desenho ambiental urbana**. Minter Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade de Brasília (UnB). Disciplina de mestrado, Palmas, TO, 2007. (Notas de aula).

HUNG, K. *et al.* Exploring buddhist travelers' expectations toward buddhist-themed hotels. **Journal of China Tourism Research**, Beijing, v. 9, n.2, 191-206, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População de Natividade**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/natividade/panorama>. Acesso em: 25 ago. 2020.

LANES FILHO, Roberto da Silva. **Turismo religioso e seus impactos no Santuário das Aparições de Nossa Senhora em Natividade-RJ**. 2015. 115 p. Dissertação (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Candido Mendes, Campos, RJ, 2015. Disponível em: https://pep.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2014/11/Roberto_da_Silva_Lanes_Filho.pdf. Acesso: Acesso: 1º set. 2020.

LANES FILHO, Roberto da Silva; OLIVEIRA; Elzira Lúcia de. Turismo Religioso e Seus Impactos no Santuário das Aparições de Nossa Senhora em Natividade-RJ. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 14, n. 1, p. 297-328, jan.-abr. 2018.

MAIO, Carlos Alberto. Turismo Religioso e Desenvolvimento Local. **Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 53-58, jun. 2004.

MAOZ, Darya; BEKERMAN, Zvi. Searching for Jewish Answers in Indian Resorts: the Post-modern Traveler. **Annals of Tourism Research**, [S.l.], v. 37, p. 423-439, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/256986993_Searching_for_Jewish_Answers_in_Indian_Resorts_The_Postmodern_Traveler. Acesso: 1º set. 2020.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Religiosidade e devoção: as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade, TO**. 2010. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Religiosidade e devoção**: as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade, TO. 1. ed. Goiânia, GO: Espaço acadêmico, 2016.

MORENO, Júlio Cesar. **A ação do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e o fomento do turismo religioso**. 2009. 136p. Tese (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-19112010-084056/publico/4845751.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro. Centro de apoio ao romeiro de Aparecida: um complexo religioso ou turístico? *In*: RODRIGUES, A. B. **Turismo, modernidade, globalização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 91-101. (Coleção Teoria e Realidade).

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro. **Turismo religioso**. São Paulo: Aleph, 2004. (Coleção ABC do Turismo).

OLIVEIRA, Frederico Salomé de. O catolicismo rústico ganha uma cidade nova: a Festa do Divino da Comunidade Canela, antes e depois de Palmas, TO. **ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador, v. 6, 2010.

OLSEN, D. H. Pilgrims, tourists and Marx Weber's "ideal types". **Annals of Tourism Research Journal**, New York, v. 37, n. 3, p. 848-851, 2010.

PARENTE, Têmis Gomes. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: UFG, 1999.

PEREIRA, V.; BESSA, F.; SIMÕES, C. O turismo religioso em Braga: diagnóstico e impacto nos sectores do alojamento e da restauração. **Xeográfica: Revista de Xeografia, Território E Médio Ambiente**, Logroño, Espanha, n. 5, p. 127-146, 2005.

PICANÇO, Valéria Maria Pereira Alves. **Preservação patrimonial X qualidade de vida: avaliação pós-ocupação no Programa Monumenta – Centro histórico de Natividade, Tocantins**, 2009. 171 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4116>. Acesso: 14 ago. 2020.

PROGRAMA MONUMENTA. **Programa Monumenta de Natividade**. 2007. Disponível em <http://www.monumenta.gov.br/site/>. Acesso em: 10 ago. 2007.

RIBEIRO, C. M. Turismo religioso: fé, consumo e mercado. **Revista FACITEC**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, 2010.

RODRIGUES, J. Lopes. **Natividade**: fragmentos do passado, grande Loja do estado de Goiás. [S.l.: s.n.], 1978.

ROMÉRO, Marta Adriana Bustos. **Bioclimatismo na Arquitetura e no Urbanismo**. Minter Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade de Brasília (UnB). Disciplina de mestrado, Palmas, TO, 2007. (Notas de aula).

SHANI, Amir; RIVENA, Manuel Antonio; SEVERT, Denver. To Bring God's Word to All People: The Case of a Religious Theme-Site. **Tourism: An International Interdisciplinary Journal**, [S.l.], v. 55, n.1, 55, p. 39-50, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/27208518_To_bring_God's_word_to_all_people_The_case_of_a_religious_theme-site. Acesso em: 20 ago. 2020.

SOUSA, Poliana Macedo de. **A festa do divino Espírito Santo**: memória e religiosidade em Natividade-Tocantins. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

SOUZA, Poliana Macedo de; LOPES, José Rogério. Agenciamentos comunitários, desenvolvimento local e turismo religioso: o caso de Natividade, TO. *In*: DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PROCESSOS, POLÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, de 11 a 13 de setembro de 2019. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul, Brasil, 2019. ISSN: 2447-4622. Disponível em: <file:///C:/Users/Val%C3%A9ria/Downloads/19383-1192617423-1-PB.pdf>. Acesso em: 1º set. 2020.

SOUZA, José Arilson Xavier de. Entendimentos geográficos da religião e peregrinações: em análise a Romaria do Senhor do Bonfim em Natividade (TO). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 219-238, jul.-dez. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Val%C3%A9ria/Downloads/Dialnet-EntendimentosGeograficosDaReligiaoEPeregrinacoes-4785501.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2017.

STĂNCIULESCU, G. C.; ȚÎRCA, A. M. Implications of commercial activity within monastic settlements as a way to maintain the sustainable development of religious tourism in Romani. **Amfiteatru Economic Journal**, Bucareste, Romênia, v. 12, n. 27, fev. 2010. Disponível em: http://www.amfiteatruconomic.ro/Home_Ro.aspx. Acesso em: 20 maio 2015.

UNWTO – WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Glossary of tourism terms**. New York: UNWTO, 2014. Disponível em: <https://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/Glossary+of+terms.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho. **Natividade**: série – oito vertentes e dois momentos da arquitetura brasileira. Brasília, DF: MEC – Pró-memória, 1985.

VIJAYANAND, S. Socio-Economic Impacts. *In*: Pilgrimage Tourism. **International Journal of Multidisciplinary Research**, Texas, USA, v. 2, n. 1, 2012.

TURISMO RELIGIOSO: MONTE DO CARMO E AS FESTAS TRADICIONAIS

Marinalva do Rego Barros Silva³³

Kátia Maia Flores³⁴

6. INTRODUÇÃO

Monte do Carmo, município do estado do Tocantins, está localizado a cerca de 96 km da capital Palmas. No censo do IBGE em 2010 a população era constituída de 6.716 pessoas, com uma densidade demográfica de 1,86 hab/km², mas estimativa de 2018 aponta 7.827 habitantes.

A cidade tem como base econômica a lavoura e a pecuária de pequeno porte, os empregos se limitam ao serviço público estadual e municipal. Segundo o IBGE, 87,8% das receitas do município são oriundas de fontes externas, sem empreendimentos que resultem em oferta de empregos locais. Essa circunstância leva as gerações mais jovens a buscar oportunidades de trabalho e formação profissional em cidades próximas como Porto Nacional e na capital, Palmas.

A despeito da realidade econômica acima, Monte do Carmo mantém um calendário de festividades religiosas que se distribuem ao longo do ano, algumas delas centenárias, e de raiz europeia, trazidas, ainda no século XVIII, quando a região foi tomada por mineradores na escavação de ouro. Na esteira da mineração, a justiça, o clero e a burocracia do estado imprimiram suas marcas culturais, dentre elas as festas.

Para manter esse extenso calendário, toda a sociedade se articula em uma dinâmica social própria, onde valores sociais e econômicos modernos, são postergados em razão das festividades. Nesses momentos, outras “temporalidades” (HEIDEGGER, 1997) são estabelecidas, algo que encontra sentido por meio da imaginação e das vivências do sujeito. O que nos remete, ainda, ao conceito de “duração” (BERGSON, 2006; BRAUDEL, 1984), que diz respeito ao modo como se opera uma mudança no tempo, a velocidade, o ritmo e a duração ou permanência de alguma coisa, independentemente do tempo regulado pelo relógio ou pelo calendário, e que é percebido ou sentido pelo ser humano de forma subjetiva.

Pois é um tempo diferente que se instala na cidade, uma alteração no ritmo de vida do lugar, com grande parte das funções rotineiras do cotidiano sendo substituídas pelos reclames das festas. A percepção desse fato não é difícil, basta observar o contingente de pessoas que se apresenta aos festeiros para prestar serviço voluntário durante vários dias. Ora, para que isso seja possível é necessário fazer arranjos domésticos, desembaraçar-se de compromissos familiares, sociais e profissionais, adiar ou antecipar providências da vida ordinária para dedicar-se à realização das festas.

33 Doutora em Artes pela UNESP/SP. Professora da Universidade Estadual do Tocantins.

34 Pós-doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Presentes desde o período colonial em Monte do Carmo, as festas tradicionais ligadas ao catolicismo guardam em seu bojo a transmissão de saberes relativos à realização de rituais e preparação de alimentos, bem como um modo próprio de vivenciar a religiosidade.

Figura 1 - Pessoas em trabalho voluntário na preparação da festa do Divino, 2017 – Monte do Carmo/TO.



Fonte: Marialva do Rego Barros Silva.

Marta Campos ao estudar as festas de Monte do Carmo considerou que todos os momentos compõem um período extraordinário para os habitantes do lugar, uma vez que por meio da alteração do cotidiano se pratica na verdade uma suspensão do tempo, e para os participantes proporciona uma vivência de eternidade (CAMPOS, 1988, p. 51). Esse mergulho em outro tempo, obedecendo a outro calendário, o das festas, é a obediência a um roteiro intenso que vai da preparação a realização de uma série de providencias e rituais que envolvem cada festividade.

7. MONTE DO CARMO DAS MINAS DE OURO

A história de Monte do Carmo está relacionada ao surgimento das minas de ouro no norte do território de Goiás no início do século XVIII. A princípio subordinadas à capitania de São Paulo, as jazidas de Goiás foram surgindo e se espalhando do sul para o norte, em regiões distantes e de acesso difícil, dando origem a vilas e arraiais que se firmavam ou desapareciam, conforme a quantidade de ouro encontrada nos rios ou córregos.

Matos (1979) assinala que no norte da Capitania de Goiás a população mestiça se sobrepôs sobre a branca, dado ratificado por Apolinário (2007), nos estudos sobre a escravidão negra no

Tocantins colonial. Analisando o contingente populacional da região entre os anos de 1780 a 1785 verificou a predominância de negros com um percentual de 89,3%, seguida por pardos e por uma minoria de brancos.

A criação da Capitania de Goiás em 29 de janeiro de 1748 conferiu autonomia administrativa ao território, mas Parente (1999) faz referência às dificuldades enfrentadas pelos arraiais do ouro no norte de Goiás, principalmente o isolamento, o rareamento populacional, os atritos pela posse das lavras, a falta de segurança nas estradas que dificultava o povoamento. O embate entre os indígenas e os colonizadores foi uma constante no decorrer do século XVIII, e no antigo arraial do Carmo não foi diferente.

Emanuel Pohl, que esteve no Brasil de 1817 a 1821, relatou em sua passagem pelo Arraial do Carmo:

Como tantas outras povoações semelhantes, este arraial deve sua origem à cobiça do ouro. Foi fundado em 1746 por Manuel Sousa Ferreira. [...] Como outros povoados análogos, comparticipa atualmente o destino da decadência e está quase em ruínas [...] possui 150 casas. Na realidade, consiste numa única rua com casas uma ao lado da outra [...] na maioria, as casas são construídas de tijolo queimado e, por causa dos ataques dos índios, que incendeiam os tetos de palha com flechas ardentes, são cobertas de telhas (POHL, 1976, p. 266).

Sobre o surgimento do arraial do Carmo Matos (1979) informa o ano de 1741, enquanto Pohl (1976) aponta o ano de 1746, dado confirmado por Palacín (1994). Cunha Matos ao passar pelo Arraial do Carmo no século XIX relatou a existência da igreja de Nossa Senhora do Carmo, bem como da igreja de Nossa Senhora do Rosário cujos vestígios foram apagados, sendo criada em seu lugar a Praça Alexandrino Pinto Cerqueira em outubro de 1978. Quanto à igreja definitiva de Nossa Senhora do Carmo, foi construída em 1801 com recursos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no valor de 1.200 oitavas de ouro, segundo informa a historiografia regional (Palacin, 1979; Godinho, 1988), por meio de contrato assinado com João Ayres da Silva, administrador do Arraial.

Figura 2 - Igreja de Nossa Senhora do Carmo – Monte do Carmo/TO³⁵

Fonte: Portal da Prefeitura Municipal de Monte do Carmo/TO.

Em 25 de setembro de 2012 a igreja de Nossa Senhora do Carmo foi tombada como Patrimônio Cultural do Estado do Tocantins no Livro do Tombo Histórico e Etnológico e Livro do Tombo Arquitetônico. Na justificativa do tombamento foi considerado que a igreja conserva características da arquitetura colonial, remetendo a vários aspectos de influências coloniais, onde predomina a imponência da instituição sobre o contexto em que está inserida.

Considerou-se ainda que a Igreja reúne aspectos e símbolos característicos da identidade cultural do Estado do Tocantins, e que se apresenta como um ponto de referência para a realização das manifestações culturais e religiosas do município, sendo motivo de orgulho para a comunidade ali inserida, conforme consta no Portal da transparência da Prefeitura municipal.

O município passou por várias denominações: até 1810 foi cabeça de jugado como Arraial do Carmo, quando então foi transferida para o Arraial de Porto Real; em 1938 foi denominado Monte do Carmo por meio do Decreto Lei 1233; em 1943 o nome foi alterado para Tairusú; recebeu de volta a denominação de Monte do Carmo em 23 de julho de 1953, com a Lei Municipal nº 186 da Câmara Municipal de Porto Nacional (Messias, 2010). A emancipação política aconteceu em 23 de outubro de 1963.

8. MONTE DO CARMO E AS FESTAS COLONIAIS

A festa barroca portuguesa chegou ao Brasil, no século XVIII, especialmente nas regiões mineradoras e orientou o modelo a ser seguido na colônia. Aliados à Igreja, os colonizadores utilizaram a festa para marcar a presença da coroa, além de promover a inserção e dominação nos novos territórios. Amaral (1988. p. 18) assinala que a festa brasileira

³⁵ Imagem disponibilizada no portal da Prefeitura de Monte do Carmo, sobre história e dados gerais do município. Disponível em: <http://www.montedocarmo.to.gov.br/pagina?i=1305271214334286144>.

[...] se consolida no período colonial, quando foi necessário estabelecer o contrato social brasileiro. Contudo, sendo uma festa transplantada da sociedade portuguesa para o Novo Mundo, ela é profundamente marcada pela cultura e religiosidade medievais. Junta-se a isso a necessidade de estabelecer mediações entre natureza local e o instrumental cultural dos colonizadores, entre etnias, mitos e tempos históricos diferentes, o que a festa teria o poder de fazer ao estabelecer uma linguagem possível para o diálogo entre os muito diferentes.

Com o reconhecimento do cristianismo como religião oficial pelo Império Romano, no século IV, a Igreja iniciou processo de exaltação da vida dos santos (Souza, 2002): aqueles seres que transcendiam a condição humana e apartavam-se dos prazeres do mundo em busca de uma existência dedicada ao Senhor e quase sempre com heroísmo.

A atuação leiga no território da religião estava eivada de ressignificações do catolicismo por muitos setores da população. Hoornaert (2001) afirma que esses setores criaram um catolicismo próprio, distante do cânone eclesiástico. Além disso, pouco ortodoxo e considerado supersticioso, ignorante e fanático pelos representantes e defensores do sistema colonial.

Desse modo, o calendário festivo colonial servia ao propósito de ajustar as populações locais à aliança Igreja-Estado de maneira a interferir nas formas de sociabilidades dos colonos. Porém, Priore (1994, p. 27) aponta que as festas também ofereciam brechas de “resistências, transculturalidades e utopias” que desempenhavam o papel de ponte simbólica entre o mundo profano e o sagrado.

Como o catolicismo era a religião oficial, não é difícil compreender que a sociedade colonial toda se envolvia na realização das festas, muitas vezes financiadas com recursos de particulares. Priore (1994) afirma que não se poupavam esforços para atrair o povo para festa, no Brasil colonial. Claro que era preciso ter vínculos com o rei ou a Igreja para participar da realização, uma vez que ela estava ligada ao calendário litúrgico ou real.

Espécie de caldo cultural da vida cotidiana na colônia, na qual misturavam-se indivíduos de raças, condições e credos diferentes, essa *ouverture* dava a impressão sacro-profana contida nos festejos de rua, dirimindo sensivelmente as pendências entre brancos e negros, senhores e escravos, pobres e ricos (PRIORE, 1994, p. 44).

Por trás das imagens expostas nas festas religiosas havia discurso doutrinário que transmitia valores religiosos e oficiais. O luxo de vestimentas e carros alegóricos fazia par com a representação de figuras ameaçadoras, como dragões, monstros e gigantes cujo propósito era seduzir e cultivar o temor, além de demonstrar a supremacia da civilização sobre a força intempestiva da natureza; o império do mal vencido pela religião. A distribuição de comidas e bebidas foi também um elemento das festas coloniais, aspectos que continuam presentes em suas edições atuais, muitas vezes ressignificados para atender às demandas dos contextos atuais.

9. CALENDÁRIO FESTIVO EM MONTE DO CARMO

Monte do Carmo se destaca na região por um calendário anual pontilhado de festividades. Em janeiro festeja-se os reis magos, é a Festa de Santos Reis, com folias, reinados, coroação de três reis e cortejos. Essa festa passou por alterações, segundo relata uma moradora: “meu pai foi imperador de reis, só que naquela época não era aqui, era na roça. Fazia três festas, para os três reis magos; meu pai fez três vezes pra completar. Agora faz a festa na cidade já com os três reis magos juntos” (REIS, 2019, p. 114).

Também se festeja São Sebastião com novenas, leilões e cavalgada dos vaqueiros, de quem é o santo protetor. A semana Santa é cultuada com procissão, vigília ao Senhor Morto, missa do lava-pés, contrição e recolhimento interior. Já o sábado de Aleluia amanhece com um boneco em tamanho natural em frente a porta da igreja, de onde é levado pelas ruas em meio a galhofas e desrespeito, pela traição cometida contra Jesus.

O domingo de Páscoa é reservado à saída das Folias do Divino para seu giro no sertão. São duas: a Folia de cima sobe a Serra do Carmo para visitar as moradas nos boqueirões e traçados da serra; a Folia de baixo percorre a região entre Monte do Carmo e Porto Nacional, passando próximo à capital Palmas.

Figura 3 - Saída das folias, 2016 – Monte do Carmo/TO



Fonte: Marinalva do Rego Barros Silva.

As folias, formadas por foliões, cavalheiros montados que fazem o giro por cerca de 40 dias, cumprem extensos rituais, que passam por cerimônias que antecedem o giro, bem como posterior a ele. Todas com presença de um grande público. Primeiro, na casa do Imperador do Divino que serve a todos um lauto almoço, finalizado com os cantos específicos daquele momento. Em seguida todos seguem para a Igreja onde são vários os cantos entoados, ao fim dos quais o sacerdote abençoa as folias, ressalta que eles serão apóstolos no sertão, deverão pregar o evangelho em todos os pousos, reavivar a fé no Divino Espírito Santo, portar-se com dignidade e respeito nas estradas e nas casas de cada morador.

Após os ritos na igreja, as folias rodeiam-na cavalgando, os sinos tocam, a caixa rufa e os alferes fazem suas vênias à porta do templo em uma coreografia elaborada em várias sequências. Por fim, dirigem-se à saída da cidade, descem dos animais e todos fazem fila para se ajoelhar e reverenciar a bandeira, dos adultos às crianças, em um misto de devoção e respeito.

As folias partem ao finzinho da tarde para cumprir sua missão: levar a mensagem do evangelho, pedir esmolas para o imperador e convidar as pessoas para o festejo do Divino no mês de julho em Monte do Carmo. Como ressalta Brandão (1989), a festa é uma viagem, ali transita-se entre seus lugares. Por isso o desfile, o cortejo, a folia, tudo que possibilite o deslocamento entre as pessoas e pelos lugares que ela simbolicamente reescreve: sujeitos, cerimônias e símbolos.

Por cerca de trinta dias os dois grupos de foliões cavalgam nesse recorte do sertão do Tocantins. Vão liderados pelos alferes das bandeiras, carregados de suprimentos, para o caso de chegar a alguma morada em que seja necessário acudir a precisão da família ao dar abrigo à folia. Levam violas, pandeiros e caixa de rufar que anuncia a chegada em cada pouso. Revivem uma devoção transmitida pelos antepassados, como podemos conferir no relato de Audrin (1963) sobre a chegada da folia em um pouso no início do século XX no Tocantins:

[...] O alferes desenrola, então, a bandeira sagrada, pano vermelho em que resplandece a pomba do Divino. A chegada à casa suscita a mais intensa emoção e todos caem de joelhos, pressurosos em beijar a imagem e envolver, um instante, a sua cabeça, nas suas dobras sagradas. Entretanto, os cantores entoam os louvores ao Divino, acompanhados por violas plangentes e sonoros pandeiros. Continuam a saudar, em diversas estrofes, os moradores, exaltam o imperador, anunciam grandezas e dádivas copiosas prometidas a todos os que se dignarem ajudá-lo, convidam, enfim, a todos, a virem participar dos festejos. (AUDRIN, 1963, p. 122).

Quando retornam, dão ensejo a outra festa: a Chegada das folias. Os rituais que acontecem se assemelham aos da partida acrescentada do encontro dos dois grupos, agora com a missão devocional cumprida e com os donativos recebidos para auxiliar o imperador na realização do festejo.

No início do mês de junho a cidade realiza a Festa de Nossa Senhora do Livramento, que passou a integrar oficialmente o calendário turístico do Tocantins em 11 de abril de 2019, por meio da Lei nº 3.447. Cerca de 50 dias após a páscoa, acontece a Festa de Pentecostes protagonizada por crianças, conhecida como Festa do Imperador Mirim do Divino, uma réplica do evento realizado pelos adultos no mês de julho.

Um fluxo de transmissão de conhecimento da comunidade às novas gerações nutre essa festa. Embora não seja proclamado em nenhum momento que ela tenha esse propósito, os sinais não passam despercebidos para quem esteja presente: os ritos cerimoniais são praticados com observância; o manto, a coroa, o cetro e a bandeira são portados e conduzidos com respeito; os cantos das folias são entoados com devoção; a divindade é reverenciada. Faz-nos pensar em uma refinada escola para formação de foliões, folionas, alferes e imperadores, figuras necessárias nos escalões do império do Divino.

Uma festa concebida em uma comunidade que a repete no decorrer dos anos, até que passe de pai para filho e se torne tradição, não pertence à consciência psíquica individual, é um bem coletivo, transmitido e moldado pelos sujeitos que a realizam, segundo Bakhtin (2003, p. 354):

As tradições culturais e literárias (inclusive as mais antigas) se conservam e vivem não na memória individual e subjetiva de um homem isolado em algum “psiquismo” coletivo, mas nas formas subjetivas da própria cultura (inclusive nas formas linguísticas e verbais), e nesse sentido elas são intersubjetivas e interindividuais (consequentemente, também sociais). (Aspas e parênteses do autor).

Figura 4 - Folias mirins do Divino, 2011 – Monte do Carmo/TO



Fonte: Marinalva do Rego Barros Silva.

Em julho três festas são reunidas em um conjunto conhecido como *Festa do Carmo*³⁶, quando são reverenciados Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade, o Divino Espírito Santo e Nossa Senhora do Rosário. Nos estudos realizados sobre as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo, Messias (2010) constatou que no passado esse conjunto de festejos incluía Nossa Senhora da Conceição, conforme matéria do periódico regional Norte de Goyaz sobre o evento, em 1908.

As festas são precedidas de novenas que têm início em sete de julho com jaculatória, ladainha de Nossa Senhora, missa, leilões e barraquinhas com o propósito de arrecadar fundos para as despesas com a igreja e a casa paroquial. A comunidade se organiza em comissões para

36 A rigor, a festa do Divino é celebrada no domingo de Pentecostes, cerca de cinquenta dias após a Páscoa, e a festa de Nossa Senhora do Rosário no mês de outubro. Os moradores consideram que elas foram reunidas no passado para favorecer a participação dos devotos, grande parte vivendo na zona rural. Comparecer a festas várias vezes ao ano contribuía para reduzir consideravelmente a participação das pessoas. Outra razão mencionada refere-se ao reduzido contingente eclesiástico da época para atender às demandas de vários festejos em datas diversas. Sobre o assunto ver MESSIAS, Noeci Carvalho. *Religiosidade e devoção: as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade, TO*. Tese (Doutorado em História). Goiânia: UFG, 2010.

fazer frente a essas demandas e garantir a realização dos eventos de cada noite e do dia dezesseis consagrado à padroeira.

As festas do Divino e de Nossa Senhora do Rosário ficam a cargo dos festeiros que mobilizam a comunidade em seus respectivos eventos. O último acontecimento que precede as festas é o levantamento dos mastros do Divino e de Nossa Senhora do Rosário, mas antes disso a comunidade se enreda em eventos e folguedos cortesãos, acompanhados de foguetório, música, comida e tambor.

Fechando o calendário, festeja-se novamente Nossa Senhora do Rosário no mês de outubro, com todas as encenações, rituais e folguedos que ocorrem no reinado do mês de julho. O ciclo se cumpre a cada ano, mas certamente nunca é o mesmo:

O tempo festivo é repetido, contudo, não é imóvel, nem imutável e nem isolado, uma vez que freia o ritmo regular cotidiano, promovendo sociabilidades e ressignificando as marcas identitárias. Em outras palavras, vivenciar a festa anualmente significa estabelecer um elo entre o tempo pretérito e o tempo presente e assim reafirmar uma identidade ressignificada (MESSIAS, 2016, p. 19-20).

Segundo Flores (2013, p. 102-103), “os viajantes presenciaram várias festas religiosas, e registraram inúmeros fatos pitorescos que muitas vezes, passavam despercebidos para as populações locais, sendo motivo de grande curiosidade para os estrangeiros”. Alguns aspectos são comuns em todas elas, como a separação entre homens e mulheres, comum na vida cotidiana e a pobreza das festas, de caráter eminentemente rural, apesar de ocorrer nos arraiais.

O calendário festivo de Monte do Carmo apresenta duas situações em relação ao público. Enquanto em algumas festas a participação é mais de caráter local, acrescida de convidados, parentes e amigos de festeiros ou de pessoas da comunidade, em outras comparece um número expressivo de visitantes, notadamente as festas que são reunidas no mês de julho - de Nossa Senhora do Carmo, do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora do Rosário.

Para atender à demanda de hospedagem e alimentação nesses períodos são poucas as pousadas e restaurantes, ou espaços que funcionem de modo temporário. Do mesmo modo, não são disponibilizados ao público visitante espaços ou meios de informação sobre a cidade e sobre as festas, o que resulta em um certo distanciamento desse público na compreensão do acontecimento festivo, e na percepção cultural da cidade.

Monte do Carmo reside à sombra da Serra Geral que cobre aproximadamente 70% da área territorial do município na porção leste e norte, definindo um caráter acidentado ao relevo. A presença marcante da serra na paisagem confere uma beleza aconchegante ao lugar, que tendo surgido com as minas de ouro estabeleceu-se como território de muitas festas.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sentimento de pertencimento da comunidade em relação às festas em Monte do Carmo é perceptível, participando e se envolvendo em todo processo de preparação e realização, à frente da gestão do evento. A igreja católica detém o controle sobre as cerimônias religiosas e os rituais relacionados a ela, como a coroação dos festeiros, por exemplo, mas em todos os outros aspectos

as festas, do Divino, de Nossa Senhora do Rosário, de Reis, de Nossa Senhora do Livramento, são geridas pela comunidade e pelos ocupantes do papel principal: imperadores, reis e rainhas.

Figura 5 - Cortejo real, Festa de N. S. do Rosário, 2016 – Monte do Carmo/TO



Fonte: Marinalva do Rego Barros Silva.

Ao longo de dois séculos, não obstante a fragilidade econômica da região, gerações de carmelitanos se encarregaram de manter vivas as festas, sem distanciar-se das tradições que as geraram no antigo arraial minerador. Em sua ocorrência os habitantes de Monte do Carmo reafirmam sua importância, seus valores, os traços que os caracterizam, a consciência de que reelaboram algo importante e único, que eleva a cidade e a si mesmos, um acontecimento cujo modo particular eles sabem tecer.

O certo é que as festas de Monte do Carmo guardam em suas essências, aspectos seculares que cuidadosamente são transmitidos e preservados no conjunto dos rituais. No entanto, como em qualquer fenômeno social, elas são atualizadas e ressignificadas a cada ano, e de forma particular aos realizadores e patrocinadores, o que não as invalida como os mais importantes patrimônios imateriais do estado do Tocantins.

Para além da pouca divulgação fora do município e da falta de estrutura para recebimento de turistas esse seria um atrativo que certamente atrairia investimentos econômicos para o município. Para isso, haveria de necessidade entre outras coisas da preparação da comunidade para duas situações urgentes: a primeira, ver as festas também como atrativo. Como festas que atendem as necessidades interiores ao grupo, como também ao público exterior. Em segundo lugar, preparação da comunidade para atendimento ao turista. Isso envolveria uma ação sistemática de educação para o turismo, o que demanda um olhar mais global sobre as festas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Rita de Cássia. **Festa à brasileira: significados do festejar no país que “não é sério”**. São Paulo: USP, 1998. Tese de Doutorado em Antropologia Social.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)**. Goiânia: Kelps, 2007.
- AUDRIN, Frei José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BERGSON, Henri. **Duração e Simultaneidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- CAMPOS, Marta Silva. **As festas do Carmo**. São Paulo: Gráfica Lider / COMSAÚDE, 1988.
- FLORES, Kátia Maia. **Estrangeiros no Tocantins no século XIX**. Palmas: Nagô Editora, 2013.
- GODINHO, Durval Cunha. **História de Porto Nacional**. Porto Nacional, S/Ed.; 1988.
- HEIDEGGER, Martin. **O ser e o tempo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro (1500-1800)**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MATOS, Raymundo José da Cunha. **Chorographia histórica da Província de Goyaz**. Goiânia: Líder, 1979.
- MESSIAS, Noeci Carvalho. **Religiosidade e devoção: as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade, TO**. Tese (Doutorado em História). Goiânia: UFG, 2010.
- MESSIAS, Noeci Carvalho. **Religiosidade e devoção: as festas do Divino e do Rosário, em Monte do Carmo, TO**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.
- PALACÍN, Luís. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura em uma capitania de minas**. Goiânia: UCG, 1994.
- PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: UFG, 1999.
- POHL, Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1976.
- PRIORE, Mary Del. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS Ana dos. Entrevista. *In*: SILVA, Marinalva do Rego Barros. **Festas e sociabilidades nos sertões**: a rainha Nossa Senhora do Rosário. São Paulo: UNESP, 2019. Tese de doutorado em Artes.

SOUZA, Neri de Almeida. Hipóteses sobre a natureza da santidade: o Santo, o Herói e a Morte. *In*: **Signum – Revista da Abrem**, São Paulo: Fapesp 2002, n. 4, p. 11-46.

TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO: COMO AGREGAR VALOR AO PROJETO TURÍSTICO MUMBUCA PELAS VIAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC)

Maria de Fátima de Albuquerque Caracristi³⁷

Jaci Câmara de Albuquerque³⁸

Felipe Ventura Vargas³⁹

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de discutir a importância do Turismo de Base Comunitária para o povoado de Mumbuca e do atrativo Mumbuca na composição do pacote turístico Jalapão. As visitas e experiências com a atividade turística acontecem prioritariamente no interior do Parque Estadual (PEJ), onde estão localizadas a Cachoeira da Formiga, o Fervedouro de Mateiros, a Cachoeira da Velha, a Serra do Espírito Santo e as Dunas os destinos mais visitados da região Encantos do Jalapão, além do quilombo Mumbuca. (TRIPADVISOR, 2020; MELHORES DESTINOS, 2020; DESVIANTES, 2020).

O artigo teoriza acerca do Turismo de Base Comunitária (TBC), que passou a ser um projeto de resistência e de proteção territorial das comunidades tradicionais, que se organizam em defesa da grilagem e da especulação territorial. Percebe-se que as condições identitárias do quilombo de Mumbuca são promissoras para o êxito da proposta de implantação da prática do (TBC), que visa, também, estimular atividades econômicas necessárias para a operacionalização da oferta turística: hotéis, restaurantes, guias e passeios, que se conectam com fins de participarem do turismo local.

37 Professora do Curso de Jornalismo da UFT; pós doc. em Turismo pela Universidade Federal do Paraná; doutorado em Geografia pela UFG; Mestre em Ciência da Comunicação pela ECA/USP, coordenadora do grupo de pesquisa MITAS; editora da revista científica Espaço e Tempo Midiáticos. E-mail: mariaf@uft.edu.br.

38 Professora do Curso de Turismo e hospitalidade do IFTO; doutoranda em Ciências da cultura pela UTAD (Portugal); mestre em Gestão de Turismo pelo PPGTUR (UFRN). E-mail: jaci@ifto.edu.br.

39 Aluno de doutorado do programa de pós-graduação em astrofísica da Universidad Nacional Autónoma de México. Mestre em Física pela Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: f.ventura.vargas@gmail.com.

As questões norteadoras da pesquisa são: Quais atores sociais são essenciais na propositura de concretizar o TBC no povoado de Mumbuca, minimizando o problema de produção de emprego e renda local? Qual é o elemento aglutinador dessa proposta de revitalização deste espaço turístico que possibilite o rearranjo institucional na promoção do turismo no quilombo?

A justificativa de elegermos o povoado de Mumbuca como área territorial do estudo reside no fato de que se reconhece em Mumbuca aspectos humanos, históricos e culturais que lhes permite ser uma oferta turística alinhada com o que preconiza o TBC e que este diferencial lhe atribuiria condições satisfatórias para a receptividade dos turistas e uma certa autonomia financeira dos seus habitantes.

A metodologia é qualitativa, descritiva e analítica, com a utilização da netnografia para a coleta e operacionalização das variáveis⁴⁰. A revisão bibliográfica está restrita aos conceitos e experiências com o TBC, além de autores como Castells (2018) e Hall (2020), utilizados para dar embasamento teórico ao processo de formação identitária na configuração do quilombo. Elencamos três objetivos específicos: i) Confrontar os aspectos positivos e negativos dos comentários da plataforma referentes ao povoado; ii) Apontar o direcionamento desses comentários para auxiliar a estratégia de reconfiguração do atrativo; iii) redefinir a participação do povoado de Mumbuca na composição do produto Jalapão com base no Turismo de Base Comunitária.

2. IDENTIDADE CULTURAL SUBSIDIANDO O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O viés mais importante nas estratégias do TBC é a capacidade de gerar a inserção da comunidade local, eleger atores sociais construtivos, que assistidos por oficinas e treinamentos obtenham autonomia e metodologias participativas, com base no empoderamento e na defesa dos seus territórios. O que o TBC promove é a transformação dos territórios ameaçados, ocupados pelos povos tradicionais, num ambiente de visitação turística de baixo impacto cultural e potencialidades econômicas.

Os estudos de Mendonça (2004), Burtztyrn (2005) e Coriolano (2009) citado por Matos; Araújo; Teixeira (2013) mostraram o funcionamento do TBC em defesa da Prainha de Canto Verde, uma comunidade de pescadores tradicionais que se uniram em defesa do litoral cearense contra a especulação imobiliária e a grilagem. Unificando segmentos sociais importantes como a igreja católica, o Centro de Direitos Humanos, universidades oferecendo uma resposta aos ataques de grileiros e especuladores imobiliários, que tiveram seus projetos de loteamento na Prainha do Canto Verde judicializados e emperrados na burocracia das ações judiciais. (MATOS *et al*, 2013).

As experiências exitosas como a Rede Tucum conta com o apoio institucional de três ONGs: o Instituto Terramar (Brasil), a Associação Tremembé (Itália) e a Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde (Suíça). A Rede Tusoco (online) de La Paz na Bolívia, criada em 2009, trabalha com operação de receptivo, realiza oficinas e trata de marketing promocional e comercializa ofertas turísticas personalizadas operando a nível nacional e internacional. A Rede Nhandereko, na tradução dada pelo site “O nosso jeito de ser”; é outra experiência que atende às

40 O tratamento netnográfico foi um trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisa do CNPq (CORE) Centro de Observação Estudos Regionais da UFPR.

comunidades de caiçaras, indígenas e quilombolas, em Costa Verde, no Rio de Janeiro. Muitas dessas organizações estão ligadas ao Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (online) é uma organização criada entre uma parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT).

O Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) é um espaço tecnopolítico de geração de conhecimento crítico, a partir do diálogo entre saber tradicional e científico, para o desenvolvimento de estratégias que promovam sustentabilidade, saúde e direitos para o bem viver das comunidades tradicionais em seus territórios.

Galho (2003) explica que a ocupação desses espaços é uma luta para fazer valer os direitos dos territórios. “[...] uma luta contra uma visão atrasada e preconceituosa que se tem desses grupos. Por isso, nos juntamos em torno do objetivo desse movimento: fortalecer nossa luta, a permanência aqui no território”

A proposta de Turismo de Base Comunitária (TBC) do Instituto Mamirauá, na Amazônia, assessora comunidades locais desde 1988 para a prestação de serviços turísticos, a Pousada Uacari é um dos projetos de TBC pioneiros no Brasil. Por trás estão redes de comunicação importantes e que dão apoio e sustentação política e promovem constantes oficinas de capacitação para as comunidades envolvidas.

3. O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO TOCANTINS

Souza, Santos e Cançado (2017) publicaram um artigo que faz referência a experiência com o turismo de base comunitária nas comunidades dos quilombos do Jalapão. Segundo os autores, o artigo objetivou descrever a experiência ocorrida nas comunidades do Prata e Mumbuca, “mas logo o reconhecimento pelas próprias comunidades da riqueza da sua identidade cultural e do potencial natural parece ser o que ficou de maior valor nessa experiência. (SANTOS *et al.*, p. 234-235).

O Estado do Tocantins via Agência de Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa (ADTUC) com o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), que está voltado ao fomento do turismo de experiência em comunidades quilombolas, desde 2014 tem reiterado o objetivo de reestruturar a atividade turística nos quilombos de Mumbuca em Mateiros e do Prata em São Félix do Tocantins, ambos na região do Jalapão e Barra de Aroeira em Santa Tereza do Tocantins. (ADTUC, 2019).

Os gastos para esses projetos foram distribuídos de acordo com as tabelas abaixo e foram extraídas do documento Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável - PDITS - versão final do PDITS - Vol I - resumo executivo, (2013).

A tabela apresenta o dimensionamento do Investimento total resultante da implantação das ações do PDITS, tendo como fonte de recursos o Prodetur e outras fontes, e (ii) os investimentos prioritários, previstos para os primeiros 18 meses de implantação do PDITS até 05 anos, com recursos provenientes do Prodetur.

As tabelas acima dão visibilidade aos gastos investidos pelo governo do Tocantins no turismo nos últimos cinco anos. Percebe-se que os dados elaborados pelo Technum Consul-

toria SS são de 2014. Nestes gastos foram destinados para Mumbuca e comunidades quilombolas do Prata a quantia de R \$340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) e posteriormente R \$2.000.000,00 (dois milhões de Reais). No ano de 2017 há divulgação realizada pela Secretaria de Comunicação do Governo (SECOM) dando informações de que

[...] a proposta interinstitucional conta com R\$ 900 mil do Banco Mundial e visa qualificar, inicialmente, as comunidades quilombolas de Mumbuca e Boa Esperança, em Mateiros; Prata, em São Félix do Tocantins; e Barra da Aroeira, em Santa Tereza; todas localizadas em municípios da região do Jalapão. (SECOM.TO, 2017).

Estima-se pelos documentos acessados que o Governo do Estado despendeu R\$ 2.340.000,00 (Dois milhões e 340 mil reais) em cinco anos, a contar pela data do documento em ações de execução do projeto do Ecoturismo de Base Comunitária nos quilombos do Prata e Mumbuca pelo PDRIS.

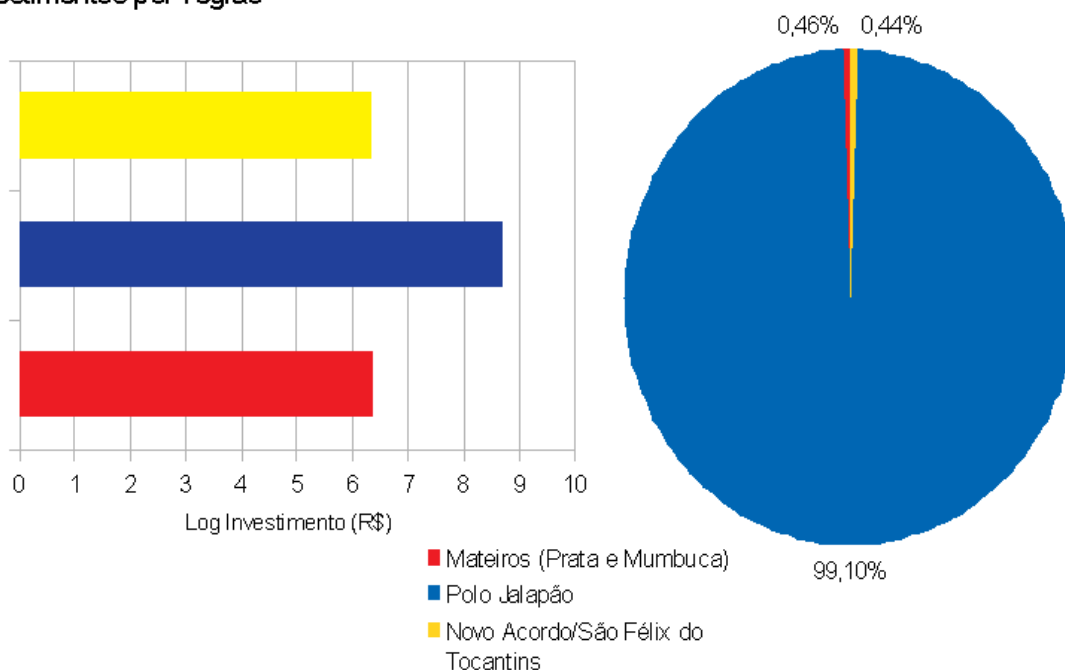
Percebe-se que os gastos do governo com o Polo Jalapão representa quase 100% do montante apresentado. 99% do orçamento foi direcionado ao Pólo Jalapão, o restante ficaram divididos entre os municípios de Mateiros para os Quilombos do Prata e de Mumbuca (0,46%) e o restante 0,44% para o município de Novo Acordo.

É importante levar-se em conta que mesmo sendo uma fração diminuta do orçamento os R\$340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) e posteriormente R\$2.000.000,00 (dois milhões de Reais) no cômputo geral das verbas, as comunidades que foram beneficiadas com os recursos são aquelas que pelas políticas públicas do Estado do Tocantins estariam inseridas no projeto de turismo do TBC.

Figura 1 - Tabela e gráficos baseados em dados do PDITS Polo Jalapão

Tabela 1 - Descrição de Ações e gastos com a atividade turística		
Ações	Local	Investimento (R\$)
Elaboração do Projeto de ecoturismo de base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca –PDRIS	Mateiros (Prata e Mumbuca)	340000
Execução do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca –PDRIS	Mateiros (Prata e Mumbuca)	2000000
Execução do Programa de Qualificação Gerencial e Técnico Operacional da Atividade Turística no Estado Tocantins	Polo Jalapão	816666
Implantação do Programa de Qualificação dos Empreendimentos e Serviços Turísticos – “Selo de Conformidade”	Polo Jalapão	240000
Construção de dois Mirantes do Polo	Novo Acordo – São Félix do Tocantins	1000000
Implantação da Infraestrutura Turística nos Atrativos Públicos no Polo do Jalapão	Polo Jalapão	4000000
Construção do Parque Ecológico do Alecrim em São Félix do Tocantins	São Félix do Tocantins	1000000
Revitalização da Estrutura no Polo do Jalapão	Polo do Jalapão	2140000
Construção do Centro de Atendimento ao Turista de Novo Acordo	Novo Acordo	250000
Estruturação dos Roteiros de Turismo de Aventura – Rafting Caminhada de longa distância Turismo-fora-de-estrada e Trekking	Polo Jalapão	500000000
Promoção de Incentivos para Estruturação de Equipamentos Turísticos	Polo Jalapão	250000
Execução do Programa para de Aventura Segura	Polo Jalapão	250000
Assistência Técnica para Elaboração do Plano de Negócio no Segmento de Turismo de Aventura	Polo Jalapão	100000
Projeto de Identificação e Qualificação da Produção Associada ao Turismo-Artesanato e Gastronomia	Polo Jalapão	250000
Estruturação de Produtos para o Turismo Criativo –Artesanato Patrimônio e Cultura	Polo Jalapão	200000
SUB TOTAL COMPONENTE PRODUTO TURÍSTICO		512836666

Investimentos por região



Fonte: Tabela e gráficos elaborados pelos autores.

4. A IMPORTÂNCIA DO ESTADO NA LIDERANÇA DOS PROJETOS DE TBC

A atitude e atuação da gestão pública em todas as instâncias federal, estadual e municipal através dos órgãos de turismo são muito importantes para os projetos de implantação do TBC. Nogueira (1987) atribui ao Estado a responsabilidade pelo êxito ou fracasso de boa parte dos projetos turísticos, a exemplo do TBC.

No estudo sobre o tema diz que a coordenação da atividade turística é de competência do Estado e que:

A atividade só se torna possível pela elaboração e implementação de uma política pública para o setor, e para se chegar a ela faz-se necessário uma estreita colaboração entre o órgão federal de turismo e as entidades direta e indiretamente ligadas à atividade. (NOGUEIRA, 1987, p. 35-36).

A consulta aos órgãos governamentais e às associações representativas de empresários e profissionais do turismo, são essenciais na visão do autor, para tanto, faz-se necessário a coordenação dessa administração que deve despender esforços na distribuição das atribuições dos setores envolvidos, para que todos estejam cientes do papel a desempenhar.

O autor considera que a administração pública deve atuar “como um despachante privilegiado” (NOGUEIRA, 1987, p. 38), encaminhando a outros órgãos e instâncias do governo e entidades as reclamações e solicitações, pressionando politicamente para facilitar o processo de implementação dessa política.

As medidas que segundo o autor devem ser assumidas pela coordenação da gestão dos projetos TBC são: a) assumir de fato a coordenação e oferecer aconselhamento às diversas entidades do turismo; b) garantir a participação dos representantes das entidades públicas e privadas do setor no processo decisório; c) alargar a base de consultas às entidades de turismo, e também a organizações sem fins lucrativos, tais como clubes esportivos, sociedades culturais, grêmios sociais; d) integrar os esforços dos órgãos de turismo do país e do exterior; e) distribuir os benefícios culturais, econômicos e sociais do turismo; f) conscientizar as comunidades para os efeitos positivos e negativos do desenvolvimento turístico; g) preparar o pessoal da administração do turismo para o atendimento das demandas impostas pela cooperação, pela própria coordenação e pela melhoria da qualidade do produto turístico.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PESQUISADO: SENSACIONES AMBIENTAIS SOBRE MUMBUCA

As casas que abrigam as 100 famílias em Mumbuca são construídas de adobe e alguns banheiros foram dispostos na área comum, fora das moradias. Há uma escola no interior do quilombo, a Escola Estadual Silvério Ribeiro Matos, que esteve sob a supervisão do Ministério Público por falta de infraestrutura física. (CARACRISTI, 2016).

A comunidade que introduziu a comercialização do artesanato do capim dourado, é matriarcal e dona Guilhermina Matos da Silva, conhecida como dona Miúda, foi liderança até o ano

de 2010, quando faleceu. As várias peças produzidas com o capim são comercializadas numa loja de adobe, geralmente por mulheres, a maior parte dele produzido pela associação dos produtores de capim dourado do Jalapão⁴¹ inclusive com selo de identificação geográfica do Instituto Nacional da Propriedade Industrial⁴² (INPE).

A comunidade de Mumbuca é evangélica, fechada, basicamente as relações se estabelecem entre os parentes, como a maior parte dos quilombos. A gênese que compõe a narrativa sobre o quilombo de Mumbuca põe em evidência os fatos históricos comuns ao surgimento dos quilombos no Brasil, entre eles o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que concede às comunidades remanescentes de quilombo que estejam ocupando suas terras o direito à propriedade definitiva das mesmas, proporcionando uma demanda desses remanescentes para a regularização fundiária. (SILVA, S, G. S; SILVA, V. J.)

O povoado de Mumbuca está localizado no município de Mateiros, que tem a seguinte referência no site Cidades sobre Mateiros (IBGE):

O nome da cidade se deve à grande quantidade de veados mateiros encontrados na região. O município é referência na produção do artesanato do capim dourado, cujo núcleo está localizado na comunidade Mumbuca, composta por descendentes de quilombolas. (IBGE, 2019, online).

A referência à comunidade composta por descendentes de quilombolas na descrição feita pelo IBGE Cidades, oferece menção da importância simbólica que Mumbuca adquiriu e do reconhecimento desse patrimônio junto aos órgãos e institutos governamentais, aos demais habitantes de Mateiros e a outras comunidades quilombolas ali existentes. Mumbuca foi a comunidade que deu representação e corporificou o artesanato de capim dourado como “O ouro do Jalapão”.

A indicação de Mumbuca na descrição institucional de Mateiros não minimiza o problema de insegurança e de pertencimento identitário ao qual o povoado está inserido, já que o quilombo foi territorialmente engolido pela área de proteção do Parque Estadual do Jalapão, no ano de 2002. (DIÁRIO OFICIAL, 2001).

Historicamente Mumbuca foi ocupada há muitas décadas, no início do século XX segundo Miguel Von Behr (2008, p. 55) apud Caracristi, (2016) “provavelmente por descendentes de ex-escravos, remanescentes de quilombos fugidos da seca das cidades de Formoso e de Santa Rita, na Bahia, na primeira década do século passado”.

Motivados pela necessidade de abastecer o mercado do látex durante a Segunda Guerra Mundial, alguns extrativistas entraram no Jalapão, na medida em que a maniçoba era encontrada naquelas terras, o que levou ao incremento do povoamento da área. O sul e o sudeste dos estados do Piauí e Bahia foram os principais produtores da maniçoba na região, durante a fase da exploração do látex no Brasil. (QUEIROZ, 2006, p. 52).

Não encontramos outra fonte de informação sobre essa população anterior à ocupação do povoado. Ela é reconhecida como quilombola e compõe os fragmentos humanos comuns à

41 O reconhecimento é na categoria indicação de procedência (IP), que delimita uma área conhecida pela fabricação de certos produtos, mas sem relação direta com o meio.

42 O Selo de Indicação Geográfica é certificado pelo INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), regulamentado pela Lei da Propriedade Intelectual n.º 9.279, de 14/05/1996, e pode assumir dois modelos: Indicação de Procedência (IP) – artigo 177, e Denominação de Origem (DO) – artigo 178 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm).

estrutura populacional das terras do Cerrado, como os indígenas e sertanejos. A maior parte das informações sobre Mumbuca são oriundas dos órgãos institucionais, o que dificulta a descrição do povoado e do Jalapão de maneira mais integrada, contemplando os aspectos sociológicos, as trajetórias humanas e históricas.

4.2. IDENTIDADE E ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DE MUMBUCA

A questão da identidade desse grupo social é um ponto importante nessa discussão, uma vez que é através de um projeto político comum (CASTELL, 1999) que se constroem identidades e que é na forma de atuação das entidades que são identificados o caráter de legitimidade das mesmas. O autor oferece três formas de serem construídas as identidades:

[...] identidade legitimadora: introduzida pelas instituições da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação. Identidade de projeto: quando os atores, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade. (CASTELL, 1999, p. 24).

Hall (2003) também contribuiu com estudos teóricos e os aplicou empiricamente a partir da análise das identidades dos imigrantes latinos, buscando entender como esses indivíduos instauraram um projeto político para se proteger e poderem participar como cidadãos na sociedade americana, adequando-se, criando parcerias e conquistando espaços políticos, ao tempo que o Estado lhes assegurava direitos e oportunidades.

A identidade é uma fonte de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação e de autoconstrução e individuação. “Toda e qualquer identidade é construída e para isso é preciso haver um: a partir de quê, por quê e para quem essa construção acontece”. (CASTELL, 1999, p. 45)

A identidade de projeto produz sujeitos e esses sujeitos, passam a ser atores sociais e atuam na coletividade. A identidade de um povo traz a cena aqueles atores que se importam, que se diferenciam, o que neste artigo, definimos como lideranças, ou melhor conceituando seriam os atores interessados no desenvolvimento da atividade turística no povoado de Mumbuca, ou melhor explicando quem se interessa em alavancar o destino turístico do quilombo de Mumbuca.

5. MATERIAIS E MÉTODO

Para realizar este trabalho efetuou-se uma pesquisa netnográfica, utilizando-se como fonte o banco de dados do site TripAdvisor. A técnica da Análise de Conteúdo, instrumento utilizado para ponderar e dar significado às mensagens postadas nos comentários deixados pelos turistas, fez uso das premissas de Bardin (1977).

A Netnografia é uma forma de conduzir pesquisas em comunidades virtuais e dedicada, também, aos fenômenos sociais. O método é mais rápido, simples e menos oneroso que a etnografia e, ao mesmo tempo, mais natural e menos invasiva que o grupo focal ou a entrevista. As diferenças dos métodos etnográficos tradicionais para o etnográfico é a coleta de dados, pois como eles são em sua maioria digitais, existem ferramentas capazes de traçar padrões e coletar volumes de dados maiores. A aferição e medição quantitativa dos comentários extraídos da plataforma Tripadvisor é realizada pelo programa do software R, que tem entre outros atributos, pacotes de mineração de texto (SILGE & ROBINSON, 2017).

A intenção é identificar e quantificar a qualidade dos comentários sobre o povoado e evidenciar como e quais atributos culturais, ecológicos, ou humanos são enfatizados nesses comentários e quais mais representam o quilombo de Mumbuca.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Imagem da mineração de palavras

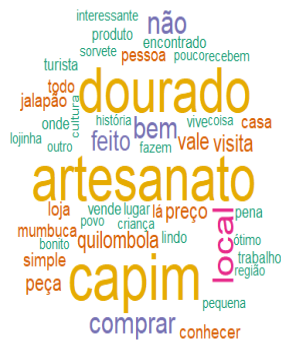


Imagem da nuvem de palavras

ngrams	freq	26	encontrado artesanato capim	2	
1	artesanato capim dourado	31	27	vende artesanato feito	2
2	feito capim dourado	13	28	iniciou artesanato capim	2
3	artesanato feito capim	8	29	tudo feito capim	2
4	capim dourado peça	7	30	capim dourado vegetação	2
5	peça capim dourado	6	31	vende artesanato capim	2
6	vale pena conhecer	5	32	sorvete feito fruta	2
7	produto capim dourado	5	33	atração loja artesanato	2
8	capim dourado preço	4	34	capim dourado local	2
9	capim dourado bonito	3	35	capim dourado comunidade	2
10	capim dourado encontrado	3	36	local comprar algum	2
11	loja artesanato capim	3	37	vive comércio artesanato	2
12	sorvete fruta cerrado	3	38	famoso artesanato capim	2
13	coisa capim dourado	3	39	fazem artesanato capim	2
14	artesanato bem feito	2	40	capim dourado arte	2
15	comércio artesanato feito	2	41	vale pena visita	2
16	loja artesanato local	2	42	mateiro ponte alta	2
17	colhe capim dourado	2	43	comprar artesanato lojinha	2
18	sorvete sabor cerrado	2	44	capim dourado vários	2
19	trabalho capim dourado	2	45	produz artesanato capim	2
20	famoso artesanato feito	2	46	capim dourado porém	2
21	recebem bem turista	2	47	tal capim dourado	2
22	capim dourado nada	2	48	fomentar economia local	2
23	comunidade vale visita	2	49	feito fruta cerrado	2
24	arte capim dourado	2	50	local ideal comprar	2
25	pode ser adquirida	2			

Este gráfico é o resultado em trigramas união de três palavras que mais aparecem nos comentários dos turistas que visitam o destino Mumbuca. Foram computadas 98 vezes a palavra “capim dourado”; 94 vezes a palavra artesanato; 92 vezes a palavra dourado; povo/comunidade 61 vezes; quilombola 26 vezes; Jalapão/loja 19 vezes; Mumbuca 18 vezes. Os adjetivos mais citados são bem 38; simples 20; lindo 14; interessante 13; pouco 13; bonito 12. Os verbos são comprar/fazem 12 vezes. O mesmo resultado se confere nas nuvens de palavras.

As palavras que geraram a nuvem de palavras são bastante significativas na identificação do que o turista leva como impressão e é reflexo da experiência vivenciada na viagem ao quilombo. São mencionadas as palavras: Artesanato capim dourado em quantidade maior e em detrimento de todas as outras interlocuções postadas pelo turista. Essas constatações são significativas na construção de uma política pública que dê conta de atender às necessidades inerentes ao quilombo de Mumbuca, no que se refere a um projeto de planificação do turismo no quilombo.

Reorganizar a estrutura comunal e efetivamente estabelecer os elos de construção que dão base ao TBC são prioridades importantes e que já foram referendadas pelas políticas públicas do governo, conforme identificou-se na análise realizada das experiências e pelos fatos apresentados pelo governo do Estado e que não foram suficientes para consolidar a estrutura do TBC no quilombo de Mumbuca.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contraditoriamente a todos os atributos históricos e culturais e ao investimento que há quatro anos o Estado do Tocantins vem despendendo no projeto de Turismo de Base Comunitária, o povoado de Mumbuca não tem fortalecido os laços de cooperação para que se estabeleça a atividade do TBC no quilombo.

A pauperização dos moradores e a ambientação sem atrativos é segundo os comentários dos turistas extraídos da plataforma Tripadvisor o que mais contribui para que Mumbuca seja depreciada, enquanto atrativo turístico. Ao mesmo tempo, os turistas reconhecem a receptividade e acolhida dos habitantes do povoado, além da referência ao capim dourado como palavra indissociável ao quilombo.

As questões norteadoras da pesquisa foram: Quais atores sociais podem dar corporificação ao TBC de maneira a concretizar o destino turístico do povoado de Mumbuca minimizando o problema de produção de emprego e renda local? Qual é o elemento aglutinador dessa proposta de revitalização deste espaço turístico que possibilite o rearranjo institucional na promoção do turismo no quilombo?

Pudemos considerar que o Turismo de Base Comunitária é um formato de atividade econômica e social complexa e multidisciplinar. Para o modelo ser implementado em Mumbuca há necessidades de várias orientações de todas as ordens: técnica, política e educacional e de gestão contínua entre os integrantes do quilombo.

Nesta linha de raciocínio ainda debruçados sobre os dados do Tripadvisor visualizamos que o elemento unificador da história da cultura e da narrativa adotada para fazer de Mumbuca um destino turístico está o “capim dourado”.

Aliado a essas duas constatações visando estabelecer o nexu de relação entre os atores importantes para a implementação do TBC no quilombo de Mumbuca estão:

1. O Estado, em todas as suas esferas de poder, faz-se referência aqui à prefeitura de Mateiros, ao governo do Estado e aos órgãos como Mtur, representando o ministério do turismo e do Planejamento, como responsável pela operacionalização dos recursos que foram despendidos sem uma participação efetiva que justifique o montante de verba destinada a este projeto. Não evidenciou-se melhoria da infra-estrutura da comunidade, não foram edificados novos estabelecimentos comerciais. Não houve indício de capacitação sistêmica ou em etapas para dotar a comunidade das técnicas e dos atributos necessários ao TBC com efetividade.

2. A associação de artesãos de Mumbuca que pela importância atribuída ao capim dourado em Mumbuca, localmente, e em Mateiros e no Jalapão deve empreender esforços para encampar este projeto de maneira a atender às necessidades de ordem comunitária e de participação local, gerar atores de liderança que evidenciem a valorizem o patrimônio histórico de Mumbuca e o protagonismo iniciado por dona Miúda, na acepção de revigorar a história do quilombo com o poder simbólico adquirido pelo capim dourado.

3. Parque Estadual do Jalapão é a instância que legisla e define a vivência secular de Mumbuca, que foi alterada desde que foi inserida nos limites do PEJ. Há um patrulhamento sobre a população de Mumbuca, e a instituição gestora deste espaço territorial é a responsável por oferecer um projeto educacional e oficinas capacitadoras no auxílio aos moradores do quilombo.

4. Por fim, tornam-se inseparáveis três elementos basilares na política do TBC: Mumbuca-Capim dourado- deserto do Jalapão. Mumbuca que deu início a essa saga cultural e latente na história do Tocantins; o Capim dourado que é hoje o que revigora essa história de resiliência.

REFERÊNCIAS

ADETUR. **PDRIS**. Disponível em: <https://adetuc.to.gov.br/desenvolvimento-do-turismo/projetos-estrategicos/pdris/>. Acesso em: 13 set. 2020.

ALMEIDA, M. C. F; SOUTO, A. M. *et al.* **Interesses, políticas públicas e desenvolvimento do turismo de base comunitária no Ceará**. Revista Turismo-Visão e Ação. Univali, Camboriú, Brasil, v. 15, n. 3, set./dez. 2013. p. 419-433. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056072009.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, 70. 1977. 225 p.

CARACRISTI, M. F. A. **Poder e legitimidade na disputa pelo Jalapão**. Doctoral thesis, Federal University of Goiás, IESA, UFG, Brazil, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6875>. Acesso em: 13 set. 2019.

CASTELL, M. **O poder da identidade: a era da Informação: economia, sociedade e cultura**. 9. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

CIDADE. BRASIL. **Microregião do Jalapão**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-mateiros.html>. Acesso em: 21 fev. 2020.

DESVIANTES. Disponível em: <https://desviantes.com.br/o-que-fazer-no-parque-nacional-do-jalapao/>. Acesso em: 19 set. 2020.

DIÁRIO OFICIAL. **Cria o Parque Estadual do Jalapão e adota outras providências**. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/3402_20180509_162445.pdf. Acesso em: 19 set. 2020.

GALLHO, E.; NASCIMENTO, V. (org.). **Territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina**. Paraty, R.J: Fiocruz, 2019. Disponível em: <https://www.otss.org.br/livros>. Acesso em: 1 set. 2020.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Governo do estado incentiva atividade turística de base comunitária**. Disponível em: <https://portal.to.gov.br/noticia/2017/3/23/governo-do-estado-incentiva-atividade-turistica-de-base-comunitaria/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Agência do desenvolvimento do turismo, cultura e economia criativa**. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/encantos-do-jalapao/principais-atrativos/mateiros/cachoeira-do-formiga/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Regiões turísticas do Tocantins**. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/encantos-do-jalapao/>. Acesso em: 8 ago. 2020.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2020. Disponível em: https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

HINE, C.; CAMPANELLA, B. **Por uma etnografia para a internet: transformações e novos desafios**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/111722>. Acesso em: 12 ago. 2019.

IBGE. **Brasil. Tocantins. Mateiros**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/mateiros/panorama>. Acesso em: 13 ago. 2020.

INSTITUTO MAMIRAUÁ. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MATOS

MELHORES DESTINOS. Disponível em: <https://www.melhoresdestinos.com.br/jalapao-dicas.html>. Acesso em: 29 nov. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Jalapão os encantos do deserto das águas**. 2017, Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/component/content/article.html?id=7568>. Acesso em: 8 ago. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **2018 a natureza é o principal atrativo de destinos tendência no Brasil**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/10664-2018-natureza-%C3%A9-principal-atrativo-de-destinos-tend%C3%Aancia-no-brasil.html>. Acesso em: 26 jul. 2020.

NOGUEIRA, M. G. **O Papel do turismo no desenvolvimento econômico e social do Brasil**, 1987. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/9772/8795>. Acesso em: 26 jul. 2020.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAIUVA. Disponível em: <https://www.otss.org.br/observatorio>. Acesso em: 26 jul. 2020.

PEREIRA, A. L. **Famílias quilombolas: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca, Tocantins**. Doctoral thesis. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106244/pereira_al_dr_arafcl.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 jul. 2020.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Avá Canoeiro**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Av%C3%A1-Canoeiro>. Acesso em: 22 jul. 2020.

QUEIRÓZ, T. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1990-1930**. 2. ed. ed. Teresina: FUNDAP, 2006.

REDE TUSOCO. Disponível em: <http://tusoco.com/es/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

REDE TERRAMAR. Disponível em: <http://terramar.org.br/tag/rede-tucum/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

REDE NHANDEREKO. Disponível em: <https://www.otss.org.br/turismo-de-base-comunitaria>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SILVA, G. S.; VANDEIR, V. J. **Quilombos brasileiros**: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. Disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/viewFile/4120/2352>. Acesso em: 20 set. 2020.

SCHMIDT, Isabel Belloni; FIGUEREDO, Isabel Benedetti; SAMPAIO, Maurício Bonesso. **Capim dourado e buriti: práticas para garantir a sustentabilidade do artesanato**. Brasília: PEQUI, 2007. Disponível em: <http://www.pequi.org.br/cartilha%20cd%20e%20buriti.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SCHMIDT, Isabel Belloni; FIGUEREDO, Isabel Benedetti; SCARIOT, Aldcir.

Ethnobotany of Syngonanthus nitens (Eriocaulaceae): a non-timber forest product (NTFP) from the Brazilian Cerrado, at Jalapão region, Tocantins. *In*: ANNUAL MEETING OF THE SOCIETY FOR CONSERVATION BIOLOGY, 19. 2006,

Brasília. Abstracts... Brasília: 2005.

SILGE, J. & ROBINSON, D. Text mining with R. A tidy approach. O' Reilly Media, Inc. 2017.

SOUZA, M. A. V.; SANTOS, N. S; CANÇADO, A. C. **O turismo de base comunitária no território da cidadania do Jalapão (TO)**: a experiência das comunidades quilombolas do Prata e Mumbuca. 2020. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=-cache:TY7pZV3onOkJ:seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/download/6168/3369+&-cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 25 ago. 2020.

TRIPADVISOR. Disponível em: [https://www.tripadvisor.com.br/Attractions-g2441392-Activities-\(Jalapao_State_Park_State_of_Tocantins.html\)](https://www.tripadvisor.com.br/Attractions-g2441392-Activities-(Jalapao_State_Park_State_of_Tocantins.html)), https://www.tripadvisor.com.br/Tourism-g2441392-Jalapao_State_Park_State_of_Tocantins-Vacations.html. Acesso em: 25 ago. 2020.

POSFÁCIO

Veruska Chemet Dutra⁴³

O *Livro Identidades do Turismo no Tocantins* mostra-se como uma importante contribuição ao estado e a academia científica, no que tange a discussões sobre o turismo local.

O Tocantins é um estado jovem criado no ano de 1989 e embora tenha surgido através do desmembramento do antigo estado do norte de Goiás, percebemos através de pesquisas realizadas com esse objetivo, que sua identidade cultural não é somente representada em sua totalidade pela cultura goiana, pois naquele período iniciou-se um forte movimento de incentivo de pessoas de todas as parte do Brasil a imigrarem para o mais novo estado do país, com a finalidade de crescimento populacional e econômico da região.

Assim o Tocantins passou a receber pessoas de diversas áreas do Brasil o que fez com que o mesmo atualmente seja caracterizado por uma diversidade cultural, nesse processo devemos nos preocupar com a identificação cultural originária de cada local antes da criação do novo estado, para que não se perca as raízes identitárias de cada região.

O presente livro, trás exatamente esse olhar de busca das raízes identitárias de diversos destinos turísticos do estado do Tocantins como Natividade, Pedro Afonso, Porto Nacional, Arraias e Monte do Carmo.

Além disso, buscou-se também compreender as características das comunidades quilombolas reconhecidas no Tocantins, destacando um estudo das potencialidades turísticas realizado na comunidade de Cocalinho, o que colabora na preservação da identidade regional e reflexões sobre o turismo nas comunidades tradicionais.

As discussões do livro apontam para questões importantes para o pensar o desenvolvimento do turismo local, como as questões culturais, religiosas, festas tradicionais, comunidades tradicionais, educação patrimonial e a sustentabilidade.

Esses olhares que nortearam a composição do presente livro mostram-se de suma importância para direcionar a gestão do turismo no estado, pois assim como o mesmo é ainda um estado jovem, devemos ressaltar que a atividade do turismo, também ainda é novidade no Brasil e portanto estando em processo de organização e consolidação.

Como pesquisadora da atividade do Turismo no estado do Tocantins a mais de 15 anos, destaco que o presente livro além de proporcionar o conhecimento e o compreender das diversas culturas regionais tocantinenses, é um incentivador da preservação das raízes identitárias locais e fortalecimento cultural dos produtos turísticos tocantinenses.

A busca por entender a diversidade cultural do Tocantins e como ela pode ser explorada na atividade do turismo, é mais do que um registro em um livro acadêmico, é uma forma de manter viva a cultura do estado e colaborar no direcionamento de novas políticas públicas do turismo estadual, almejando uma atividade verdadeiramente sustentável.

43 Turismóloga, Doutora em Ciências - USP, Mestre em Ciências do Ambiente – UFT, Professora do Instituto Federal do Tocantins, Pesquisadora pelo Núcleo de Estudos em Educação, Turismo e Hospitalidade IFTO/CNPq. E-mail: veruska@ifto.edu.br.



EDUFT

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

